



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Brasília - DF / 2015

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em observância à Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 134/2013 (com alterações da DN TCU nº 139/2014) e Portaria TCU nº 90 de 16 de abril de 2014.

Unidades Consolidadas:

Gabinete do Ministro (GM)

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)

Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)

Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES)

Secretaria Executiva

Brasília-DF / 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE A – CONTEUDO GERAL

1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório.....	17
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	18
1.3. Organograma Funcional.....	20
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	24
2. Informações sobre a Governança	28
2.1. Estrutura de Governança	28
2.2. Sistema de Correição.....	28
2.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	30
3. Relacionamento com a Sociedade.....	39
3.1. Canais de Acesso ao Cidadão.....	39
3.2. Carta de Serviços ao Cidadão	41
3.3. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	41
3.4. Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada.....	42
3.5. Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	42
3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade	43
4. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados	44
4.1. Planejamento da Unidade.....	44
4.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	50
4.3. Informações sobre outros Resultados da Gestão.....	99
4.4. Informações sobre Indicadores de desempenho operacional	102
4.5. Informações sobre custos de produtos e Serviços	108
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	109
5.1. Programação e Execução das Despesas	109
5.2. Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	115
5.3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	116
5.4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	116
5.5. Transferência de Recursos.....	117
5.6. Suprimento de Fundos.....	123
5.7. Renúncias sob Gestão da UJ	124
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	125
6.1. Estrutura de Pessoal da Unidade	125
6.2. Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários	136
6.3. Situação Econômica Financeira dos Contratos Vigentes e Vencidos Beneficiados com a Desoneração.....	138
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	141

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	141
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	143
7.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros	144
8. Gestão da Tecnologia da Informação	145
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	145
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	155
9.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	155
10. Atendimento de Demandas de Órgão de Controle.....	156
10.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	156
10.2. Tratamento de Recomendações do Órgãos de Controle Interno (OCI)	168
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93	171
10.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	171
10.5. Alimentação SIASG E SICONV	173
11. Informações Contábeis	174
11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	174
11.2. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas	174
11.3. Conformidade Contábil	174
11.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	175
12. Outras Informações Sobre a Gestão	177
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	177
13. Considerações Finais - Resultados e Conclusões.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	17
Quadro A.1.3 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	21
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	26
Quadro A.2.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	30
Quadro A.4.2.1 – Programa Temático.....	50
Quadro A.4.2.2 – Objetivo Fixado pelo PPA.....	53
Quadro A.4.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da UJ - OFSS	90
Quadro A.4.2.3.4.– Ações do Orçamento de Investimento - OI	92
Quadro A.4.4 – Indicadores de Desempenho	102
Quadro A.5.1.1 – Programação de Despesa.....	109
Quadro A.5.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	110
Quadro A.5.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	111
Quadro A.5.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	112
Quadro A.5.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários - Total	113
Quadro A.5.2 – Despesas com Publicidade.....	115
Quadro A.5.4 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	117
Quadro A.5.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	117
Quadro A.5.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	119
Quadro A.5.5.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	121
Quadro A.5.5.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	122
Quadro A.5.6.1 – Concessão de Suprimento de Fundos	123
Quadro A.5.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	123
Quadro A.5.6.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência	123
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	125
Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	125
Quadro A.6.1.1.3 – Detralhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ...	126
Quadro A.6.1.2 – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Ministério dos Transportes	129
Quadro A.6.1.3 – Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	130
Quadro A.6.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	136
Quadro A.6.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra.....	136
Quadro A.6.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	137
Quadro A.6.3.3 – Contratos Beneficiados pela Desoneração da Folha.....	139
Quadro A.7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	143
Quadro A.7.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	144
Quadro A.8.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	152

Quadro A.9.1 – Aspectos da Gestão Ambiental	155
Quadro A.10.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	156
Quadro A.10.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	163
Quadro A.10.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	168
Quadro A.10.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	169
Quadro A.10.3.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR	171
Quadro A.10.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	172
Quadro A.10.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	173
Quadro A.11.4 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	175
Quadro A.11.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição dos itens do Relatório de Gestão	13
Tabela 2 – Tabela dos Procedimentos Disciplinares Instaurados.....	29
Tabela 3 – Tabela dos Procedimentos Disciplinares Julgados	29
Tabela 4 – Tabela dos Resultados dos Procedimentos Disciplinares	29
Tabela 5 – Indicadores de Desempenho da Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes.....	40
Tabela 6 – Atendimentos Efetuados nos Núcleos nos Exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014	40
Tabela 7 – Pesquisa de Satisfação de Atendimento em 2013.....	41
Tabela 8 – Pesquisa de Satisfação de Atendimento em 2014.....	41
Tabela 9 – Comparativo Percentual de Satisfação de Serviços Prestados por Ano	43
Tabela 10 – Iniciativas Estratégicas por Órgãos	45
Tabela 11 – Indicadores de Desempenho do Mapa Estratégico	47
Tabela 12 – Indicadores de Tendência para o Mapa Estratégico	49
Tabela 13 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 129	55
Tabela 14 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 130	56
Tabela 15 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 130	56
Tabela 16 - Iniciativas Individualizadas do Objetivo 131	57
Tabela 17 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 131	58
Tabela 18 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 132	59
Tabela 19 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 132	59
Tabela 20 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 136	60
Tabela 21 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 136	60
Tabela 22 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 137	61
Tabela 23 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 137	62
Tabela 24 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 138	63
Tabela 25 - Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 138	63
Tabela 26 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 139	64
Tabela 27 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 139	64
Tabela 28 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 140	65
Tabela 29 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 140	65
Tabela 30 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 280	67
Tabela 31 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 281	67
Tabela 32 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 141	69
Tabela 33 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 141	69
Tabela 34 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 142	71
Tabela 35 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 143	71
Tabela 36 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 144	72

Tabela 37 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 145	73
Tabela 38 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 145	73
Tabela 39 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 146	74
Tabela 40 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 147	75
Tabela 41 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 148	76
Tabela 42 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 148	76
Tabela 43 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 149	77
Tabela 44 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 484	78
Tabela 45 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 492	78
Tabela 46 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 1002	79
Tabela 47 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 234	80
Tabela 48 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 234	81
Tabela 49 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 236	82
Tabela 50 – Iniciativas Individualizadas do Objetivo 278.....	83
Tabela 51 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 278	84
Tabela 52 – Iniciativas não Individualizadas do Objetivo 757	85
Tabela 53 – Exemplo de Casos de Contratação de Quatro Projetos	102
Tabela 54 – Programação dos Recursos para o Ano a Ser Avaliado no Caso do Exemplo	103
Tabela 55 – Nota de Relevância.....	103
Tabela 56 – Classificação dos Indicadores	104
Tabela 57 – Projetos Executados em 2014, Segundo o Enfoque (A) (B) e (C)	104
Tabela 58 – Evolução dos Projetos ao Longo dos Quatro Trimestres de 2013.....	105
Tabela 59 – Classificação de Valores do IDG.....	107
Tabela 60 – Custo Total Autorizado das Campanhas	115
Tabela 61 – Valores Pagos a Fornecedores de Serviços Especializados.....	116
Tabela 62 – Valor Per Capita a Partir de 1º/01/2013	118
Tabela 63 – Resumo do Quantitativo de FCTs Ocupados e Vagos.....	126
Tabela 64 – Quantidade de Vagas Necessárias para Complemento de Força de Trabalho por UO.....	128
Tabela 65 – Estimativa de Ocorrências de Aposentadorias	129
Tabela 66 – Indicadores Gerenciais – Recursos Humanos	132
Tabela 67 – Veículos com a Respectiva Classificação por Grupo	141
Tabela 68 – Média Anual de Quilômetros Rodados	142
Tabela 69 – Idade Média Ponderada da Frota por Veículo Até 2014 por Grupo.....	142
Tabela 70 – Custo Anual Associado à Manutenção da Frota em 2014.....	142
Tabela 71 – Ocorrência da UJ 390058 Sanadas no Exercício.....	175
Tabela 72 – Quantitativo das Atividades Desenvolvidas pelo Programa Passe Livre	178
Tabela 73 – Execução Orçamentária.....	180
Tabela 74 – Quantitativo e Valor dos Processos em 2014	182
Tabela 75 – Análise de Processos Relativos a Demandas Judiciais.....	183

Tabela 76 – Cálculos Administrativos e Judiciais.....	183
Tabela 77 – Análise de Documentos Relativos a Demandas Judiciais	183
Tabela 78 – Evolução dos Cálculos de Processos de Exercícios Anteriores Referentes a Pensionistas	184
Tabela 79 – Valor Referente aos Processos de Pensão Lançados e Autorizados no Módulo de Exercícios Anteriores do SIAPE, Aguardando Pagamento por Parte do MPOG.....	184
Tabela 80 – Evolução dos Cálculos de Processos de Exercícios Anteriores Referentes a Aposentados	184
Tabela 81 – Valor Referente aos Processos de Aposentadoria Lançados e Autorizados no Módulo de Exercícios Anteriores do SIAPE, Aguardando Pagamento por Parte do MPOG.....	184
Tabela 82 – Evolução da Atividade de Reversão de Créditos em Relação aos Exercícios de 1997 a Dezembro de 2014.....	191
Tabela 83 – Evolução da Atividade de Reversão de Créditos em Relação aos Exercícios de 2008 a Dezembro de 2014.....	191
Tabela 84 – Evolução da Atividade de Reversão de Créditos em Relação aos Exercícios de 2013/2014	191
Tabela 85 – Evolução da Atividade de Reversão de Créditos de Aposentados e de Pensionistas – Período de Janeiro de 2013 a Dezembro de 2014	193
Tabela 86 – Evolução da Atividade de Reversão de Créditos de Aposentados e de Pensionistas – Período de Janeiro de 1997 a Dezembro de 2014	193
Tabela 87 – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do MT – PQVT 2014	194
Tabela 88 – Indicadores de Desempenho da Central de Relacionamento.....	195
Tabela 89 – Estatística Anual da Divisão de Administração para Assuntos Técnicos Judiciais.....	195
Tabela 90 – Estatística da Divisão de Normas de Gestão de Pessoas - DINOR	196
Tabela 91 – Dados Processuais que Tramitaram no SEAINF.....	197
Tabela 92 – Documentos Expedidos pelo Serviço de Apoio Administrativo	198
Tabela 93 – Estatística Anual – SAMS Ano 2014 Apoio	198
Tabela 94 – Indicadores de Desempenho de Gestão da CGTI.....	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Organograma Funcional do Ministério dos Transportes	20
Figura 02 – Cadeia de Valores dos Processos	24
Figura 03 – Acompanhamento de Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes	25
Figura 04 – Gerir Monitoramento de Empreendimentos Públicos de Transportes	25
Figura 05 – Prover Suporte Ministerial	26
Figura 06 – Gráfico do percentual de Satisfação de Serviços Prestados	42
Figura 07 – Gráfico do percentual de qualificação no atendimento prestado pelo teleoperador	43
Figura 08 – Mapa Estratégico do Sistema de Transportes	44
Figura 09 – Diagrama de Desempenho	106
Figura 10 – Gráfico ii Demandas de Expedientes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos	177

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Descrição
AGEF	Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU	Advocacia-Geral da União
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASCOM	Assessoria de Comunicação – MT
ASI	Automation System of Inventory
ATIT	Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
BGU	Balanço Geral da União
BPM	Business Process Management
BR-LEGAL	Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
CDFMM	Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDU	Classificação Decimal Universal
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETIIT	Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – MT
CGDC	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGJA	Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos MT
CGMO	Coordenação-Geral de Modernização e Organização – MT
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – MT
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – MT
CGU	Controladoria Geral da União
COAD	Coordenação de Administração do Pessoal Ativo – MT
COAP	Coordenação de Administração de Aposentados e Instituidores de Pensão e de Pensionistas
COEX	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira – MT
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – MT
CONIT	Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR	Consultoria Jurídica – MT
CONSETRANS	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CORREG	Corregedoria – MT
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CTICS	Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG	Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CV	Casa Civil
CVC	Contagem Volumétrica Classificatória
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEDL	Departamento de Desenvolvimento e Logística – MT
DITC	Divisão de Treinamento e Capacitação – MT
DMM	Departamento da Marinha Mercante – MT
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EPL	Empresa de Planejamento e Logística

ETAV	Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM	Fundo da Marinha Mercante – MT
FNS	Ferrovia Norte-Sul
GEIPOT	Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
GM	Gabinete do Ministro – MT
GTPE	Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICE	Índice de Conformidade Executiva
ICP	Índice de Pertinência Complementar Propositivo
IDG	Indicador de Desempenho Geral
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC	Índices de Preços ao Consumidor
IPE	Índice de Porte Econômico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITE	Índice de Temporalidade Executiva
ITP	Índice de Temporalidade Propositivo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MF	Ministério da Fazenda
MFN	Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
NEAT	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
NMAM	Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
NMAT	Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
NMEA	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
OCI	Órgão de Controle Interno
OTM	Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEA	Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
PAM	Percentual de Ações Monitoradas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEF	Pagamento Eletrônico de Frete
PFA's	Postos de Fiscalização e Atendimento
PHE	Plano Hidroviário Estratégico
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PMGP	Programa Modernizando a Gestão Pública
PMI	Plano de Metas e Investimentos
PNCV	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
PNIH	Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNP	Plano Nacional de Paisagem

PNTN	Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público-Privada
PROCREMA	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
PRODEFENSAS	Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
PROPASS	Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
PROSINAL	Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
RFB	Receita Federal do Brasil
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAAD	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
SAFF	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
SE	Secretaria Executiva – MT
SECR	Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
SEGES	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
SEP	Secretaria Especial de Portos
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFAT	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMIC	Sistema de Microfilmagem
SIORG	Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG	Sistemas de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPCE	Sistema de Painel de Controle de Eficácia
SPF	Sistema de Programação Financeira
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes – MT
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN/MF	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TRC	Transporte Rodoviário de Cargas
TRF	Tribunal Regional Federal
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias
VMDA	Volume Médio Diário Anual

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por finalidade relatar as principais realizações do Ministério dos Transportes – MT, por intermédio de sua Secretaria Executiva, no exercício de 2014, de forma a permitir uma visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Trata-se, portanto, de Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes, no qual são apresentados, de maneira consolidada, dados e análises atinentes aos resultados alcançados em seus principais programas, ações e gestão orçamentária e financeira institucionais. São apresentadas, também, as responsabilidades e competências deste Ministério, seus objetivos estratégicos, seus macroprocessos, plano de metas, indicadores e a execução física das ações realizadas.

Este relatório unifica as informações sobre a gestão das seguintes unidades da estrutura do Ministério dos Transportes: (i) Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD; (ii) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO; (iii) Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT; (iv) da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES; e (v) Gabinete do Ministro - GM.

Em observância aos normativos sobre a matéria, em especial, à Decisão Normativa TCU nº 140, de 15 de outubro de 2014, Anexo I, este relatório não agrupa as informações sobre a gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT, uma vez que essa unidade jurisdicionada do Ministério dos Transportes está obrigada a apresentar o Relatório de Gestão e o Processo de Contas individualizado, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo da Marinha Mercante – FMM e do Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DFMM.

Este Relatório de Gestão está estruturado de acordo com o Anexo II, Parte “A” – Conteúdo Geral – da Decisão Normativa TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013, alterado pela Decisão Normativa TCU nº 139, de 24 de setembro de 2014 e com a Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014. O relatório é composto por 13 (treze) itens, conforme detalhado na Tabela I a seguir:

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DOS ITENS DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Itens do Relatório de Gestão
Elementos Pré-textuais
Introdução
1 – Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
2 – Informações sobre a Governança
3 – Relacionamento com a Sociedade
4 – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados
5 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
6 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
7 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
8 – Gestão da Tecnologia da Informação
9 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
10 – Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle
11 – Informações Contábeis
12 – Outras Informações sobre a Gestão
13 – Considerações Finais – Resultados e Conclusões

Fonte: Secretaria Executiva - SE

Os itens e subitens deste relatório foram numerados conforme orientação contida no Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 134, de 04/12/2013 – Requisitos Mínimos para a Apresentação do Relatório de Gestão. Aqueles que não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada (UJ) ou que, apesar de se aplicarem, não ocorreram no período de que trata este Relatório de Gestão, não foram citados no texto e estão a seguir relacionados, com as respectivas justificativas.

a) Itens e subitens que não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada (UJ) conforme itemização da Parte “A” do Anexo II - Conteúdo Geral - da Decisão Normativa TCU nº 134, de 04/12/2013, observando-se, ainda o disposto no Quadro A1 do mesmo anexo, onde constam os conteúdos obrigatórios para esta UJ.

- Item 2.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna – A UJ não possui estrutura de Auditoria Interna de que trata o subitem.
- Item 2.5 – Remuneração paga a Administradores – A UJ é órgão da administração pública federal direta, não se confundindo com empresas estatais que remuneram os membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.
- Item 4.1 – Informações sobre o Ambiente de Atuação – O ambiente de atuação de responsabilidade deste Ministério tem caráter exclusivo não admitindo produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada.
- Item 6.8 – Gestão de Precatórios – Não é de competência legal das unidades que integram este relatório da Secretaria Executiva a gestão de precatórios.
- Item 12.5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 – Aplicável somente às unidades jurisdicionadas que não executam sua contabilidade no SIAFI. A contabilidade do Ministério dos Transportes é executada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- Item 12.6 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/76 – Aplicável somente às unidades jurisdicionadas regidas pela lei das sociedades anônimas, o que não é o caso do Ministério dos Transportes.
- Item 12.7 – Composição Acionária das Empresas Estatais – Aplicável somente a Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União, o que não é o caso do Ministério dos Transportes.
- Item 12.8 – Relatório de Auditoria Independente – Aplicável somente a órgãos integrantes da Administração Pública Federal Indireta, o que não é o caso do Ministério dos Transportes.

Após a exclusão dos itens e subitens acima citados, foi feita a renumeração dos demais, cujo conteúdo consta neste relatório, não sendo, portanto, seguida na íntegra a numeração apresentada na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, da mesma forma foi realizada a renumeração dos quadros a fim de ajustá-los aos itens e subitens.

b) Itens e subitens deste relatório que não ocorreram no período, apesar de se aplicarem à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada (UJ).

- Item 4.2.3.2 – Ações/Subtítulos, OFSS - Não houve ocorrência. Inexistem subdivisões das ações sob responsabilidade desta UJ.
- Item 4.2.3.3 - Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados – OFSS - Não houve ocorrência. Inexistem ações desta UJ não previstas na LOA.
- Item 5.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Não houve ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2014. Assim sendo, não há comentário ou análise crítica a fazer em relação ao subitem 5.3.1.
- Item 5.7 – Renúncias sob Gestão da UJ – Não houve ocorrência. Todas as informações concernentes a este subitem estão contempladas no relatório de gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT.
- Item 6.1.4.2 – Terceirização Irregular de Cargos – Não houve ocorrência de nenhuma terceirização irregular de cargos.
- Item 7.2.3 – Imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ – Não houve ocorrência deste subitem para esta UJ.
- Item 7.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros – Não houve ocorrência. Inexiste imóveis locados de terceiros nesta UJ.
- Item 11.4.2 – Declaração com Ressalva – Não houve ocorrência. Não se aplica especificamente a esta UJ.

É importante destacar que os conteúdos constantes da Parte “B” do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134, de 24 de setembro de 2013, não se aplicam ao Ministério dos Transportes, já que são conteúdos específicos de determinadas unidades jurisdicionadas ou grupo de unidades afins, tais como: Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; Instituto Nacional de Meteorologia e outros órgãos específicos relacionados na Parte “B”.

Sobre as principais realizações da gestão do Ministério dos Transportes no exercício, pode-se destacar a especial atenção ao aprimoramento da governança dentro de sua área de atuação. Para tanto, tem sido estabelecidas metas permanentes para o ajuste da matriz de transportes, orientadas para o aumento de capacidade das vias nos modais rodoviários, ferroviários e hidroviário, com o fim de obter maior competitividade dos produtos transportados no âmbito do comércio nacional e internacional, com redução de custos logísticos.

Os resultados obtidos em 2014, seguindo as diretrizes dos programas e planos do Governo, destacando-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Investimentos em Logística (PIL), denotam a acertada condução das atuais políticas de transporte, que avançam a partir da conjunção de interesses públicos e privados e pavimentam caminhos para o desenvolvimento nacional com geração de emprego e renda.

Mereceram ênfase, no ano em análise, os investimentos na área de fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira; os programas de manutenção da malha rodoviária nacional e a consolidação do programa de concessões rodoviárias.

A médio e longo prazos, os investimentos objetivam aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável de importantes setores econômicos, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

As dificuldades encontradas pelo Ministério dos Transportes, neste exercício, foram relacionadas a realizações dos leilões de concessão de rodovias, que ocorreram com base no Programa de Investimento em Logística – PIL, que prevê investimentos vultosos para a logística dos transportes, com reais benefícios à população, aliados à modicidade tarifária. Depois de não conseguir despertar o interesse de investidores, o MT decidiu mudar as regras dos leilões de rodovias e remover outros obstáculos encontrados no processo de concessão, obtendo resultados promissores, já que essas obras são de grande importância, pois representam mais uma etapa da modernização da malha rodoviária federal e as duplicações de rodovias previstas conferirão maior segurança à sociedade.

EDSON GIROTO
Secretário-Executivo, Substituto

1. Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1. Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes			Código SIORG: 002846
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SE			
Código SIORG: 003412	Código LOA: 39000	Código SIAFI: 390032	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2029-7080	(061) 2029-7090	(061) 2029-7845
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@transportes.gov.br			
Página na Internet: http://www.transportes.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ed. Sede, 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Gabinete do Ministro		390035	02846
Subsecretaria de Assuntos Administrativos		390037	08956
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento		390002	14165
Secretaria de Política Nacional de Transportes		390040	74708
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes		390041	74709
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Organização dos Ministérios			
Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, publicada no DOU de 05/06/2013. Altera a Lei nº 10.683, de 2003			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, publicado no DOU de 05/04/2012. Aprova Estrutura Regimental do MT			
Portaria/GM/MT nº 250, de 31 de outubro de 2012, publicada no DOU de 01/11/2012. Regimento Interno do MT			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT			
Plano Hidroviário Estratégico – PHE			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
390004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
390007	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas		
390056	Subsecretaria de Assuntos Administrativos		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
390004		00001	
390007		00001	
390056		00001	
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Código SIAFI	Nome		
39101	Ministério dos Transportes		

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Ministério dos Transportes, órgão da Administração Pública Federal direta, tem por objetivo assegurar a adequada infraestrutura viária, a racionalização dos transportes de pessoas e bens, buscando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e para integração do território nacional e sul-americano. Nesse sentido, os investimentos aplicados no setor têm sido essenciais para o alcance dessa missão.

Para tanto, o Ministro dos Transportes tem promovido a articulação entre as suas unidades supervisionadas para a consecução das diretrizes da política de transportes, integrando ações com vistas a contribuir para redução do custo Brasil por meio do aumento da eficiência logística e do equilíbrio da matriz de transportes.

O Ministério dos Transportes tem como área de competência os seguintes temas, conforme previsto na Lei nº 10.863, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e no Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, o qual aprovou sua estrutura regimental:

- a) Política nacional de transportes ferroviários, rodoviários e aquaviários;
- b) Marinha mercante e vias navegáveis; e
- c) Participação na coordenação dos transportes aeroviários.

As competências atribuídas ao Ministério dos Transportes nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior compreendem:

- I – a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;
- II – a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;
- III – a aprovação dos planos de outorgas;
- IV – o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;
- V – a formulação e supervisão da execução da política referente ao Fundo de Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI – o estabelecimento de diretrizes para o afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas.

O novo marco regulatório dos Portos, a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, transferiu as competências atribuídas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, relativas aos portos fluviais e lacustres, à Secretaria de Portos da Presidência da República, exceto as competências relativas a instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4. Transfere, também, a vinculação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, do Ministério dos Transportes para a referida Secretaria de Portos.

Tal iniciativa, por parte do Governo Federal, teve como premissa a retomada da capacidade de planejamento no setor portuário e a redefinição das competências institucionais da Secretaria de Portos - SEP, do Ministério dos Transportes - MT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Em suma, o Ministério dos Transportes, dentre as principais responsabilidades, permaneceu como órgão central para a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais referentes ao transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário (inclusa as competências sobre a marinha mercante, as vias navegáveis e as instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4, já os portos marítimos, fluviais e lacustres, isto é, os portos organizados foram excluídos de sua competência com a publicação das Leis nºs 11.518/2007 e 12.815/2013). Além disso, o Ministério dos Transportes preside o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT, tendo como atribuição assessorá-lo de forma técnica e administrativa.

Essas responsabilidades são compartilhadas com as entidades vinculadas, compreendendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a VALEC – Engenharia, Construções Ferrovias S.A., a EPL – Empresa de Planejamento e Logística S.A. e a Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR.

À Secretaria Executiva – SE compete assistir direta e imediatamente ao Ministro de Estado, além de auxiliar na coordenação e supervisão das secretarias da Pasta e das entidades vinculadas, supervisionando e coordenando as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas, visando potencializar ações e favorecer o alcance dos resultados desejados, cabendo a ela a coordenação do Planejamento Estratégico Institucional.

A Secretaria Executiva tem desenvolvido diversas iniciativas com o objetivo de reforçar a governança do Ministério dos Transportes e seus órgãos vinculados, entre elas, a adoção de providências metodológicas, objetivando a implantação de planejamento e gestão estratégica. Essa ação integrou as prioridades da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC e foi traduzida na implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública no Ministério dos Transportes - PMGP/MT.

A Secretaria Executiva busca estreitar relações com os demais Ministérios, outras esferas de governo e entidades, objetivando aperfeiçoar a atuação no desenvolvimento das políticas afetas ao Ministério dos Transportes.

No exercício de 2014, além da execução de importantes obras públicas em todos os modais, foi ampliada a participação da iniciativa privada nos investimentos logísticos. O ano foi marcado pelo início das obras de duplicação de estradas no âmbito das concessões rodoviárias e pelas chamadas públicas de manifestação de interesse para desenvolvimento de estudos e projetos de novas concessões de rodovias e ferrovias.

A médio e longo prazos, os investimentos no setor objetivam aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável dos setores agrícola e mineral, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana. A maior participação privada nos investimentos contribui para ampliar a capacidade logística brasileira.

A expansão dos investimentos públicos e privados e os resultados obtidos no período dão mostras dos avanços na condução das políticas públicas e do reconhecimento do setor como motriz para o desenvolvimento.

As perspectivas para 2015 apontam para a ampliação e qualificação da rede de transportes, com o aperfeiçoamento do arcabouço institucional, normativo e das medidas voltadas à gestão eficiente e transparente dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, fundamentais ao desenvolvimento socioeconômico e sustentável do País.

1.3. Organograma Funcional

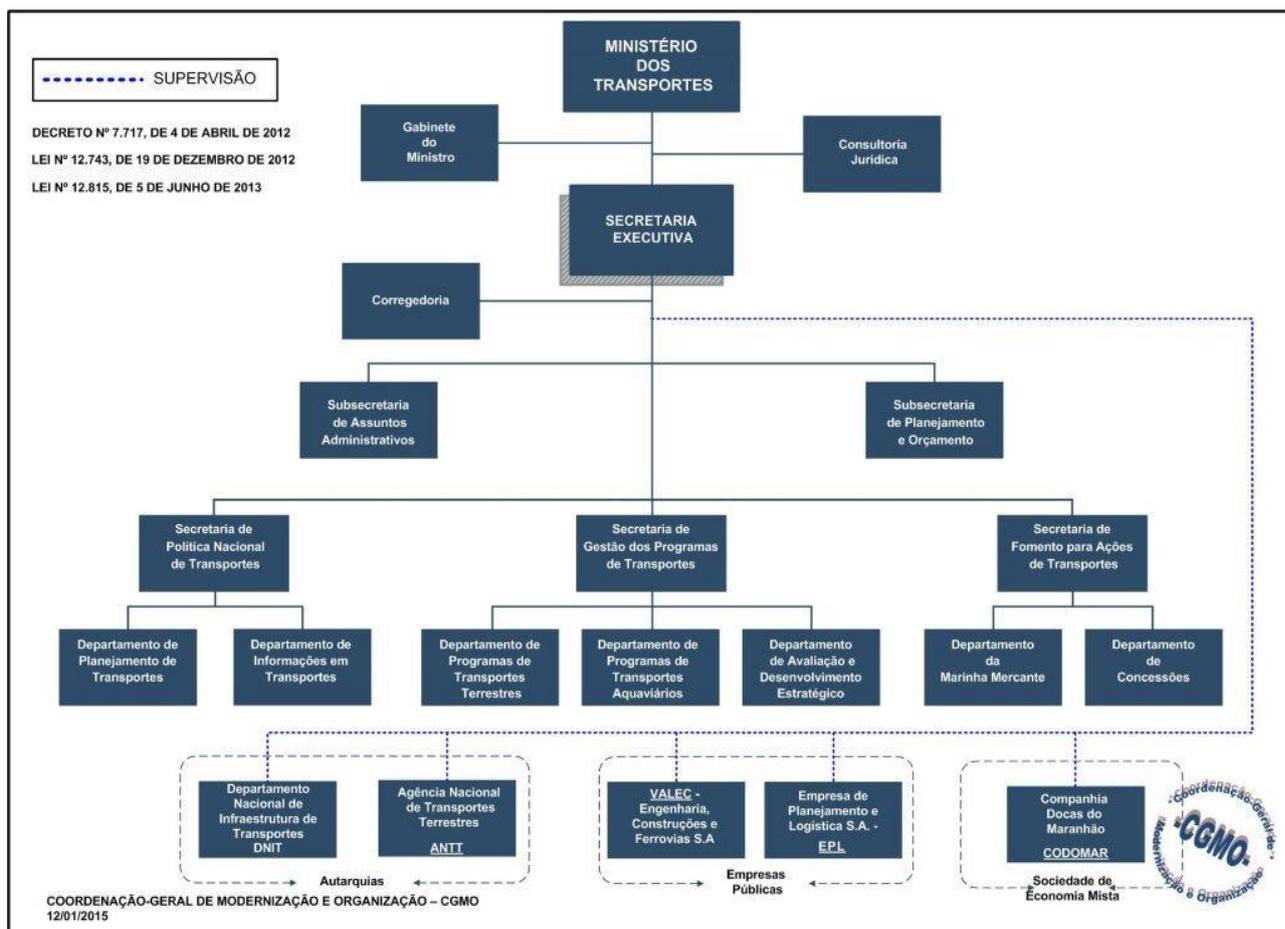


Figura 01: Organograma Funcional do Ministério dos Transportes

A atual estrutura organizacional do Ministério dos Transportes foi aprovada pelo Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, cujas atribuições foram definidas no Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 250/GM/MT, de 31.12.2012. Hoje, o Ministério dos Transportes tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete;
- b) Secretaria Executiva:
 1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e
 2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e
- c) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Política Nacional de Transportes:
 - 1. Departamento de Planejamento de Transportes; e
 - 2. Departamento de Informações em Transportes;
- b) Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes:
 - 1. Departamento de Programas de Transportes Terrestres;
 - 2. Departamento de Programas de Transportes Aquaviários; e
 - 3. Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico; e
- c) Secretaria de Fomento para Ações de Transportes:
 - 1. Departamento da Marinha Mercante; e
 - 2. Departamento de Concessões;

III - entidades vinculadas:

- a) autarquias:
 - 1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;
 - 2. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
- b) empresa pública:
 - 1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
 - 2. Empresa de Planejamento e Logística - EPL; e
- c) sociedade de economia mista: Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR; e

IV - órgão colegiado: Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM.

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete do Ministro (GM)	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal. Monitorar o andamento dos projetos de interesse do Ministro no Congresso Nacional. Exercer as atividades de cerimonial e de apoio à organização de solenidades oficiais no âmbito do MT. Exercer as atividades de comunicação social, de cerimonial e de assuntos internacionais.	Herbert Drummond e Nélida Ester Zacarias Madela	Chefe de Gabinete	01 de janeiro a 08 de julho de 2014 08 de julho a 31 de dezembro de 2014
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério, bem como prestar assistência ao Ministro de Estado dos Transportes, no controle da legalidade e compatibilidade com o ordenamento jurídico, das propostas de atos normativos. Realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos. Informar à Procuradoria Geral da União acerca da presença de indícios de atos de improbidade administrativa detectados no exercício de suas funções.	Arthur Cerqueira Valério	Consultor Jurídico	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Executiva (SE)	Assistir o Ministro na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias e das entidades vinculadas. Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento/orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização, de administração de recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas. Coordenar as atividades relacionadas à Corregedoria. Supervisionar as entidades vinculadas ao Ministério.	Miguel Mário Bianco Masella. e Anivaldo Juvenil Vale	Secretário-Executivo	01 de janeiro a 08 de abril de 2014 09 de abril a 31 de dezembro de 2014
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração de Recursos Humanos, de Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais. Realizar as tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outras irregularidades que resultem em dano ao erário. Liquidar e executar as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual e suas alterações, as inscrições em restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, inclusive as referentes a pessoal e encargos sociais, levantando e atestando a exatidão dos valores a serem liquidados e executados.	Moacyr Roberto de Lima	Subsecretário	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)	Planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade. Desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de acompanhamento e execução orçamentária, financeira e contábil. Acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil, bem como monitorar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários no âmbito do Ministério, propondo as soluções.	Ana Maria Almeida Brito	Subsecretária	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014
Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT)	Formular a política nacional de transportes, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes – CONIT e avaliar a sua execução. Desenvolver o planejamento estratégico do setor de transportes, abrangendo todos os subsetores e modais, consolidando o Plano Nacional de Logística – PNLT. Estabelecer critérios e prioridades de investimentos em infraestrutura de transportes, considerando as peculiaridades regionais.	Américo Leite de Almeida. e Miguel Mário Bianco Masella	Secretário	01 de janeiro a 12 de outubro de 2014 12 de outubro a 31 de dezembro de 2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES)	<p>Coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação.</p> <p>Monitorar e avaliar os projetos e empreendimentos do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, do setor transportes.</p> <p>Disponibilizar informações que permitam avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes.</p> <p>Avaliar o desempenho dos programas do PPA do setor transportes.</p> <p>Coordenar sistemas de informações gerenciais visando manter o acompanhamento dos programas, projetos e ações do PPA do setor transportes</p>	Miguel de Sousa	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (SFAT)	<p>Participar da elaboração e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para captação de recursos para o setor de transportes.</p> <p>Prospectar e desenvolver fontes de financiamento para o setor de transportes.</p> <p>Coordenar, supervisionar e auxiliar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério.</p> <p>Articular as políticas de fomento com as diferentes modalidades de investimento do setor de transportes.</p> <p>Participar da elaboração e supervisionar a implementação das políticas e diretrizes para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval.</p> <p>Coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais, no âmbito do Ministério.</p> <p>Participar na formulação da política de aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante.</p> <p>Supervisionar a execução das receitas vinculadas ao Fundo da Marinha Mercante e dos financiamentos concedidos para o setor de transportes.</p> <p>Implantar e supervisionar a política e diretrizes de concessão no setor de transportes.</p> <p>Estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias.</p> <p>Avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes para aprovação do Ministro.</p> <p>Coordenar e supervisionar as atividades inerentes à concessão, autorização e permissão de exploração da infraestrutura de prestação de serviços de transportes.</p>	Daniel Singelman	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

1.4. Macroprocessos Finalísticos

O Ministério dos Transportes tem como macroprocessos finalísticos: a gestão do planejamento de transportes e do monitoramento de empreendimentos públicos; o acompanhamento dos empreendimentos concedidos e a ação de fomento, em especial na área de marinha mercante e de instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Norteados no atingimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, este Órgão desenvolve suas atividades finalísticas embasado nas orientações emanadas dos programas e planos de ações estabelecidos pelo Poder Executivo.

O MT operacionaliza a implementação de seus macroprocessos finalísticos por intermédio da interação de suas secretarias finalísticas – SPNT/Secretaria Nacional de Planejamento de Transportes, SEGES/Secretaria de Gestão de Programas de Transportes e SFAT/Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – com as entidades vinculadas à Pasta –DNIT, ANTT, VALEC, EPL e CODOMAR, sempre focado na meta de avançar no atendimento às demandas sociais e buscar melhorias na prestação de serviços à sociedade.

Em 2013, com o intuito de nortear sua atuação, o Ministério definiu sua primeira Cadeia de Valor Agregado, e deu início ao trabalho de desenho e redesenho de seus processos de negócio.

A evolução da maturidade do Órgão na gestão por processos, aliada a efetiva implantação do Escritório de Processos do MT e a continuidade dos trabalhos de redesenho dos processos de negócio trouxeram a lume a necessidade natural de evoluir a Cadeia de Valor Agregado do MT, a fim de que continuasse a refletir a visão global dos macroprocessos institucionais em 1º nível. Desta forma, o MT apresenta atualmente a seguinte Cadeia de Valor:

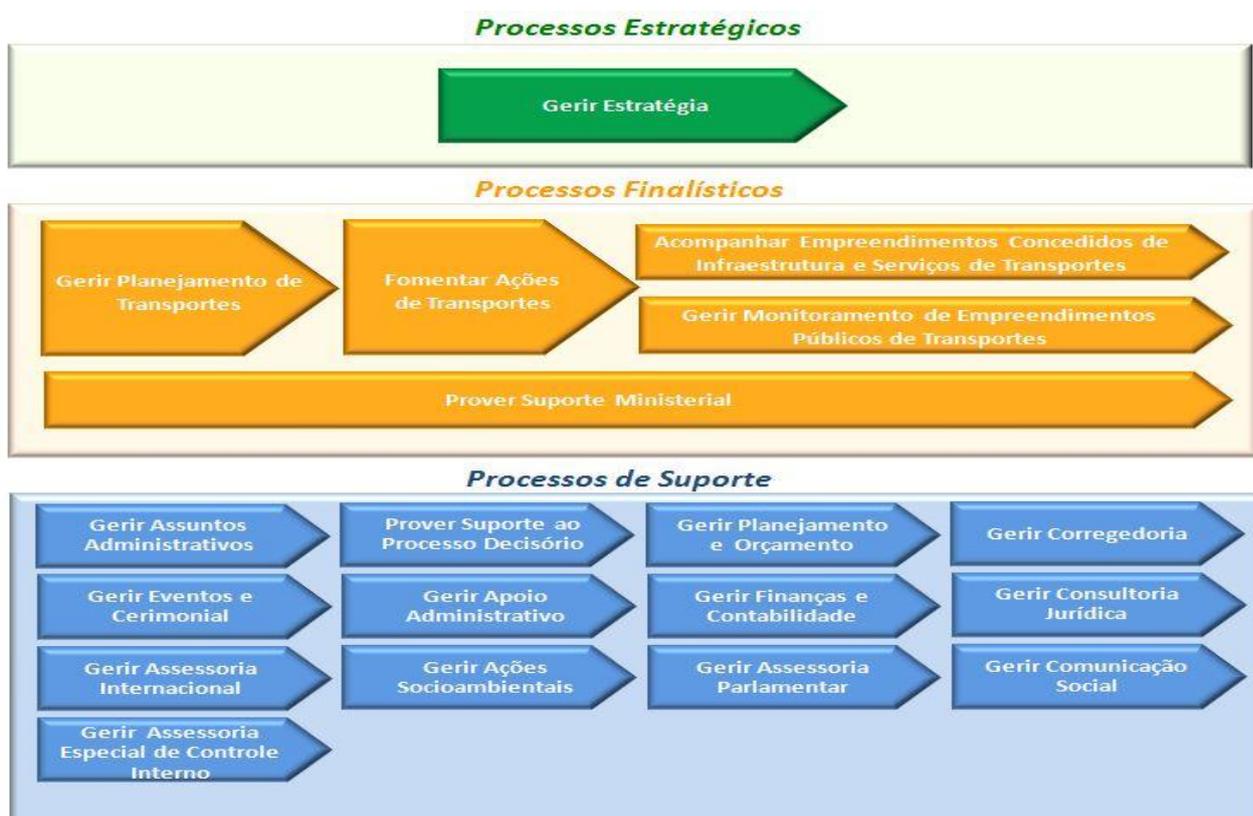


Figura 02:Cadeia de Valores dos Processos

Por intermédio do desdobramento da Cadeia de Valor supra, têm-se as representações gráficas dos detalhamentos dos macroprocessos finalísticos. Abaixo, apresentam-se os fluxogramas que foram mapeados até o presente momento:

Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes

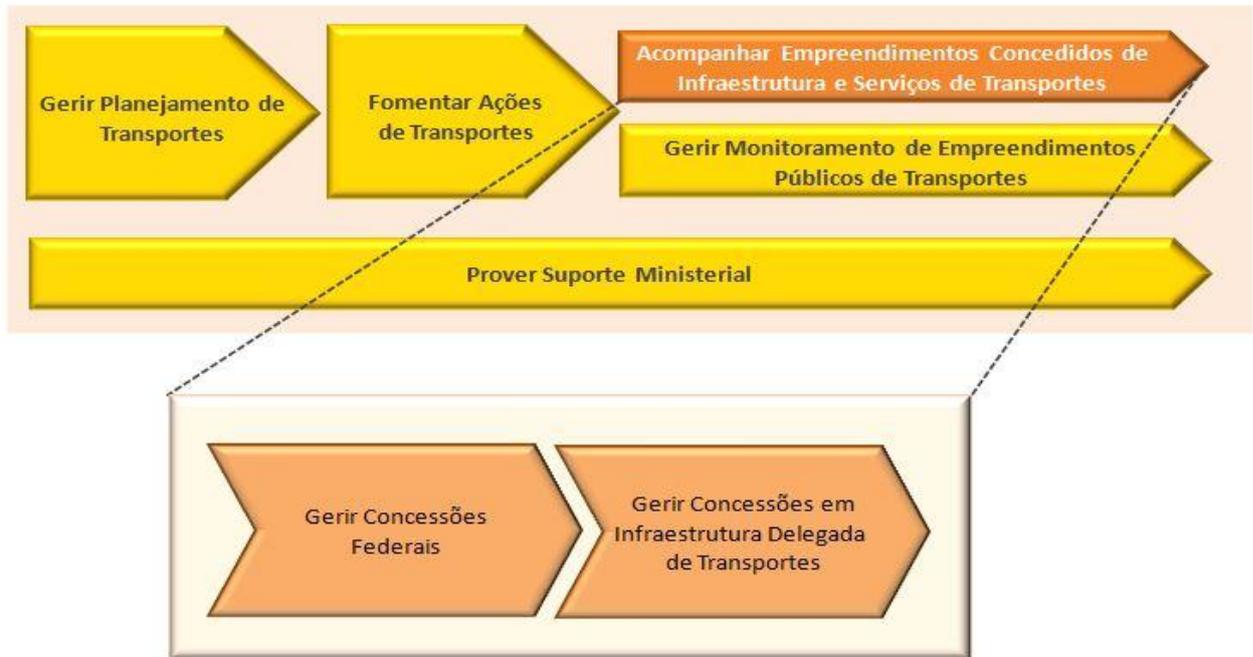


Figura 03: Acompanhamento de Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes

Gerir Monitoramento de Empreendimentos Públicos de Transportes

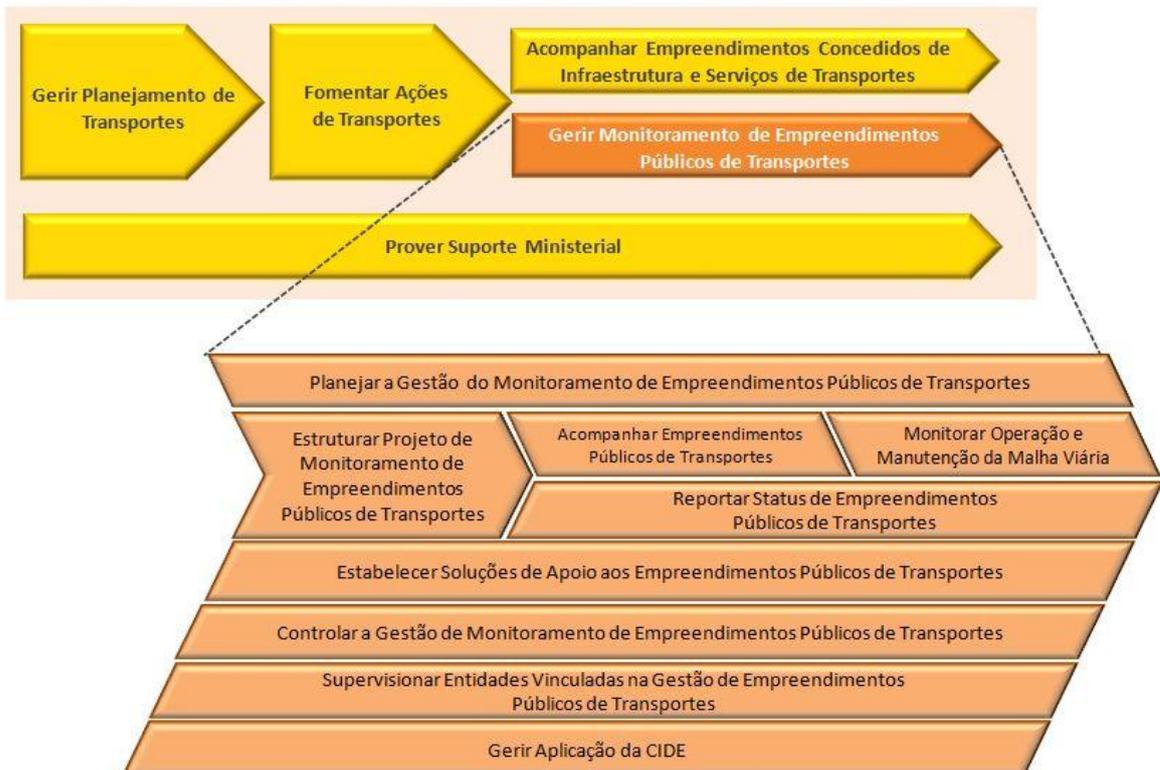


Figura 04: Gerir Monitoramento de Empreendimentos Públicos de Transportes

Prover Suporte Ministerial

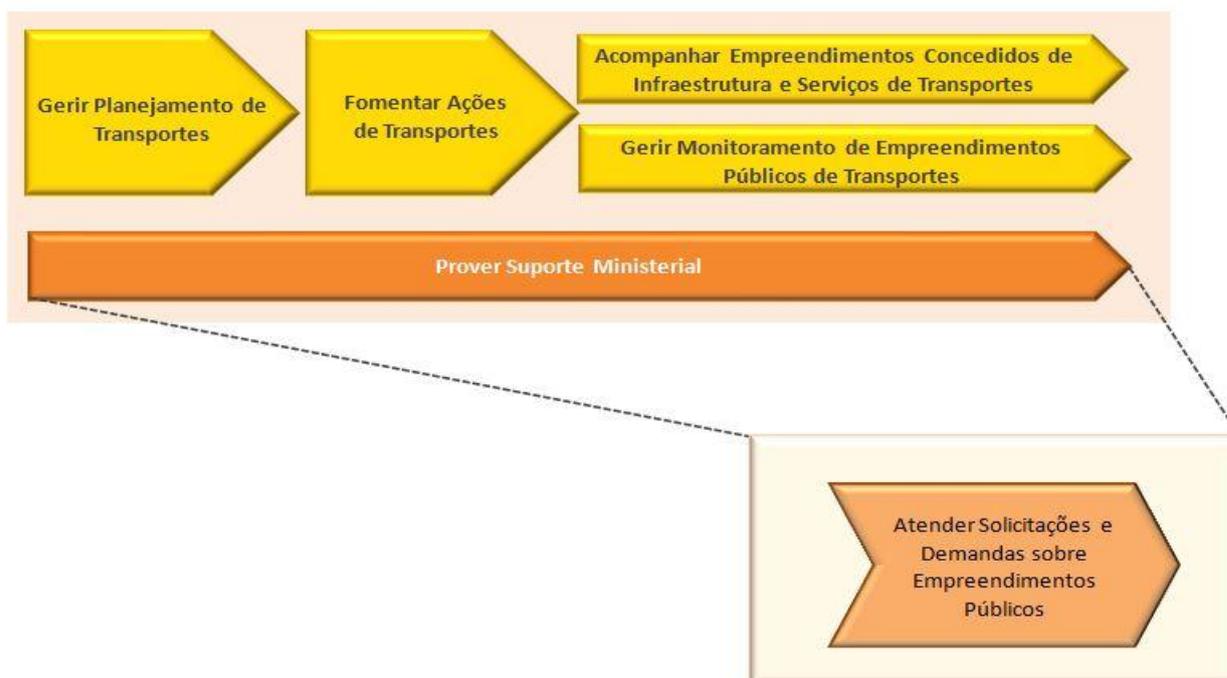


Figura 05: Prover Suporte Ministerial

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Planejamento de Transportes	O macroprocesso intitulado “Gerir Planejamento de Transportes” pressupõe os seguintes processos: 1) Gerir Coleta de Dados do Setor Transportes 2) Gerir Plano do Setor Transportes 3) Gerir Informações do Setor Transportes	Conforme relato abaixo do quadro (figura).	-Órgãos Governamentais de Transportes (vinculados ao MT ou não) - Operadores de transportes (quando da implantação) - Concessionários	DEPLAN/SPNT DEINT/SPNT
Fomentar Ações de Transportes	O macroprocesso intitulado “Fomentar Ações de Transportes” pressupõe os seguintes processos: 1) Gerir captação para o desenvolvimento de transportes; 2) Propor inovações para o setor de transporte; 3) Gerir Fundo da Marinha Mercante	Gerir incentivos fiscais, aprimoramento das políticas e Construção de embarcações e estaleiros.	Empresas brasileiras de navegação.	CGCAP DMM
Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes	O macroprocesso intitulado “Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes” engloba os seguintes processos: 1) Gerir Concessões Federais; 2) Gerir Concessões em Infraestrutura delegada de transportes	Monitoramento dos empreendimentos concedidos de infraestrutura.	Empresas e usuários do setor de transportes.	DECON

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Monitoramento de Empreendimentos Públicos de Transportes	<p>O macroprocesso intitulado “Gerir Monitoramento de Empreendimentos Públicos de Transportes” engloba os seguintes processos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Planejar a gestão do monitoramento de empreendimentos públicos de transportes; 2) Estruturar projeto de monitoramento de empreendimentos públicos de transportes; 3) Acompanhar empreendimentos públicos de transportes; 4) Monitorar operação e manutenção da malha viária; 5) Reportar status de empreendimentos públicos de transportes; 6) Estabelecer soluções de Apoio aos empreendimentos públicos de transportes; 7) Controlar a gestão de monitoramento de empreendimentos públicos de transportes; 8) Supervisionar entidades vinculadas na gestão de empreendimentos públicos de transportes; 9) Gerir aplicação da CIDE 	<p>A SEGES faz o gerenciamento de empreendimentos, apresentando Análises, Planilhas, Relatórios, Organogramas e Palestras, sobre o andamento das mesmas e planeja Obras e Manutenção, além de promover soluções de apoio, junto às entidades vinculadas. Analisa também os planos de trabalho da CIDE, para garantir que as aplicações sejam em Infraestrutura de Transportes. OBS: Alertamos que a implantação do Escritório de Processos do MT ainda está em evolução e, portanto, as informações aqui ainda não são conclusivas.</p>	<p>GAB/Ministro; SE/MT; SPO/MT; ASCOM; MPOG, Estados Federação.</p> <p>da</p>	<p>DEADE, DEPTT, DEPTA</p>
Prover Suporte Ministerial	<p>O Macroprocesso intitulado “Prover Suporte Ministerial” engloba o seguinte processo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atender Solicitações e Demandas sobre Empreendimentos Públicos de Transportes 	<p>A SEGES promove e mantém atualizadas as informações necessárias ao MT, através de Apresentações e Notas Técnicas e Informativas.</p>	<p>GAB/Ministro; SE/MT; SPO/MT; ASCOM; MPOG, Estados.</p>	<p>DEADE, DEPTT, DEPTA</p>

Fonte: SPNT

2. Informações Sobre a Governança

2.1. Estrutura de Governança

O Ministério dos Transportes não possui unidade de controle interno em sua estrutura, mas tão somente um Assessor Especial de Controle Interno, que atua na interlocução com os órgãos de controle, conforme disposto no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Atualmente o órgão central do Sistema de Controle Interno é a Controladoria-Geral da União, criada por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que desempenha as atribuições de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal.

Em relação à seara disciplinar, a Corregedoria é a unidade do Ministério dos Transportes responsável por gerir as atividades de correição, em consonância com o arcabouço jurídico definido pelo Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto nº 5.480/2005). Dessa forma, participa do referido Sistema na condição de órgão seccional.

A Unidade de Correição foi criada a partir da aprovação da nova Estrutura Regimental, por meio do Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, tendo suas competências definidas na Portaria nº 250, de 31.10.2012, publicada no Diário Oficial da União em 1/11/2012, que aprova os regimentos internos da Pasta. Portanto, de uma maneira geral, a Corregedoria é responsável por planejar, coordenar, orientar, executar e controlar as atividades disciplinares e de correição preventiva desenvolvidas no âmbito do Ministério dos Transportes, sempre em consonância com o que dispõe o Estatuto do Servidor Público (Lei nº 8.112/1990), sistema no qual está inserida, bem como a legislação afim.

2.2. Sistema de Correição

No âmbito do Poder Executivo Federal as atividades de correição estão organizadas sob a forma de sistema, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, composto por um Órgão Central (no caso a Controladoria Geral da União), por unidades setoriais e seccionais. As unidades seccionais são as corregedorias que compõem a estrutura de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A Corregedoria do Ministério dos Transportes foi criada a partir da aprovação da nova Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes, por meio do Decreto nº 7.717, de 4.4.2012. Esse instrumento normativo não contemplou em seu texto as competências da Corregedoria e as atribuições de seus dirigentes, que foram definidas pela Portaria nº 250, de 31.10.2012, publicada no Diário Oficial da União em 1º.11.2012, que aprovou os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Consultoria Jurídica, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

Ressalta-se que apesar de ser uma unidade recente na Estrutura desta Pasta, a Corregedoria herdou as competências da Comissão de Procedimentos Disciplinares e do antigo Grupo Executivo, unidades que estavam subordinadas à Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Além disso, herdou todos os processos em andamento instaurados em unidades que não as mencionadas acima, bem como a gestão dos procedimentos disciplinares a cargo do Titular da Pasta.

Assim, pode-se inferir que a Corregedoria passou a ter plena gestão sobre os procedimentos disciplinares do Ministério dos Transportes a partir do dia 1º de novembro de 2012.

Buscando a concretização da transparência ativa e passiva, a Corregedoria passou a divulgar informações relativas às atividades de correição no Portal da instituição na internet, ressalvadas a informação sigilosa e a informação pessoal, nos termos da legislação vigente.

Outro objetivo perseguido é a diminuição do tempo da apuração disciplinar, no âmbito do Ministério dos Transportes. Uma das ferramentas utilizadas foi a operacionalização de instrumento normativo contendo medidas administrativas direcionadas a promover a melhoria da gestão dos procedimentos disciplinares e o aumento da participação de agente público nas atividades de correição (Portaria Ministerial nº 090, de 9.7.2013).

No ano de 2014 a Corregedoria, representando o Ministério dos Transportes, participou, com os dois temas acima descritos, do II Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União, obtendo a 6ª colocação na prática “transparência ativa/passiva” e a 3ª colocação na prática “diminuição no tempo de apuração disciplinar”.

Segue, abaixo, quadros dos procedimentos disciplinares instaurados, julgados e resultados dos processos disciplinares no Ministério dos Transportes em 2014.

TABELA .2 – TABELA DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS

Procedimentos Disciplinares Instaurados no Ministério dos Transportes 2014			
Espécies	Autoridade Instauradora		Total
	Ministro	Corregedor	
Processo Administrativo Disciplinar	10	11	21
Sindicância Investigativa	03	01	04
Sindicância Punitiva	-	-	-
Processo Administrativo (PA)	06	-	06
Total Geral de Procedimentos Disciplinares instaurados		31	

Fonte: Corregedoria – CORREG

TABELA 3 – TABELA DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES JULGADOS

Procedimentos Disciplinares Julgados no Ministério dos Transportes 2014			
Espécies	Autoridade Instauradora		Total
	Ministro	CORREG/SE	
Processo Administrativo Disciplinar	13	21	34
Sindicância Investigativa	01	-	01
Sindicância Punitiva	-	03	03
Processo Administrativo (PA)	-	03	03
Total Geral de Procedimentos Disciplinares julgados		41	

Fonte: Corregedoria – CORREG

TABELA 4 – TABELA DOS RESULTADOS DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Resultados dos Procedimentos Disciplinares em 2014	
Advertência não prescrita	01
Advertência prescrita	18
Absolvição	14
Demissão	05
Destituição de Cargo em Comissão	02
Rescisão de contrato de trabalho CLT	03
Suspensão prescrita	06

Fonte: Corregedoria – CORREG

❖ Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em relação à alimentação do sistema CGU-PAD, no que tange aos processos deste Ministério, do extinto DNER e os que são instaurados por meio de portaria conjunta com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, as atualizações ocorrem tempestivamente, em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, resultando na significativa redução de demandas oriundas da Corregedoria Setorial da Área de Transportes.

Por outro lado, deve-se consignar que a dificuldade que existe quanto aos referidos cadastramentos deve-se aos processos instaurados por meio de portaria conjunta desta Pasta com órgãos não integrantes do Sistema de Correição, como, por exemplo, a Advocacia-Geral da União - AGU e a Procuradoria-Geral Federal - PGF.

2.3. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

» Secretaria Executiva - SE

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
A partir da implantação dos processos e procedimentos consubstanciados no Planejamento Estratégicos, a SE espera um salto de qualidade no funcionamento dos Controles Internos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

» Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução				X	

dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

» Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5

28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

» Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma				X	

escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
A partir da implantação dos processos e procedimentos consubstanciados no Planejamento Estratégicos, a SPNT espera um salto de qualidade no funcionamento dos Controles Internos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

» Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	

2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. Relacionamento com a Sociedade

3.1. Canais de Acesso ao Cidadão

❖ Canal de Comunicação do Ministério dos Transportes para os Aposentados e Pensionistas

O Canal Direto com os Transportes localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Ed. Anexo, Térreo Leste, Sala 02, faz o atendimento presencial aos aposentados e as pensionistas em Brasília – DF.

O Núcleo de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes faz o atendimento presencial aos aposentados e as pensionistas, nas capitais onde se encontram instalados os citados núcleos (vide tabela abaixo).

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes faz atendimento, por meio do telefone (61) 3329-9068, onde aposentados e pensionistas, procuradores, curadores e representantes legais de beneficiários de aposentadoria ou pensão, podem solicitar informações quanto:

- c.1) ao recadastramento;
- c.2) à tramitação de processos e documentos;
- c.3) a denúncias ou reclamações feitas junto à mesma central ou junto à alguma unidade da COGEP/MT;
- c.4) Plano de Saúde;
- c.5) à inclusão ou exclusão de beneficiário de aposentadoria/pensão;
- c.6) à isenção de Imposto de Renda;
- c.7) ao montante de rendimentos para Declaração de Imposto de Renda;
- c.8) ao cadastramento de senha de acesso para o SIAPENET;
- c.7) ao pagamento de exercícios anteriores; e
- c.8) a qualquer outra demanda inerente à gestão de pessoas.

Houve uma diminuição no volume de ligações telefônicas feitas para a Central de Relacionamento deste órgão, comparando o exercício de 2014 com o exercício de 2013. Entretanto, essa diminuição está baseada no fato de que:

- a) o exercício de 2013 foi o ano de implantação de um novo modelo de recadastramento, onde vários aposentados e pensionistas, que não tinham conhecimento dos procedimentos necessários ao recadastramento anual e obrigatório, ficassem com seus pagamentos suspensos (em março de 2014 a rotina de recadastramento completou um ano de existência, sendo minimizadas as reclamações);
- b) as denúncias de beneficiários recebendo pensão sem aparo legal para percepção do benefício (como filhas maiores solteiras ou filhos inválidos que estão casados, possuem união estável ou não dependem mais de seus genitores por terem economia própria) também diminuíram, uma vez que o ministério do planejamento, orçamento e gestão – MP está, por meio do cruzamento dos dados, filtrando essas situações e repassando relatórios a todos os órgãos do SIPEC, para tratamento dessas inconsistências.

❖ Indicadores de Desempenho da Central de Relacionamento

TABELA 5 - INDICADORES DE DESEMPENHO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

INDICADOR DE DESEMPENHO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO		2011	2012	2013	2014								
(A) Atendimentos telefônicos		54.585	32.532	36.210	33.104								
(B) Assuntos solucionados pela central telefônica		45.513	26.579	29.659	26.894								
(C) Assuntos direcionados aos técnicos de área (níveis 2, 3 e 4)		9.217	6.275	6551	5.190								
(D) Pendências que ficaram em aberto (o total mensal informa as pendências do mês somadas às que foram acumuladas ao longo do período e o total anual demonstra o somatório de todas as pendências, inclusive as já resolvidas).		589	1.736	1.689	1.157								
ESTATÍSTICA MENSAL (DETALHAMENTO MENSAL DO ANO DE 2014)													
ICD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
A	3.815	3.307	3.555	3.509	3.081	2.268	2.784	2.449	1.391	2.009	2.626	2.310	33.104
B	3.037	2.637	3.070	3.020	2.520	1.183	2.283	2.052	1.241	1.626	2.223	2.002	26.894
C	778	400	485	489	561	335	501	397	150	383	403	308	5.190
D	93	184	55	191	283	74	122	104	0	20	19	12	1.157

Fonte: Coordenação de Administração de aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP

Houve uma diminuição no número de atendimentos feitos pelo núcleo de recursos humanos do Ministério dos Transportes, comparando o exercício de 2014 com o exercício de 2013. Entretanto, essa diminuição está baseada no fato de que:

- os usuários se adaptaram à nova rotina de recadastramento, que passou a ser feito presencialmente nos bancos, sem necessidade da entrega de documentação nos núcleos de recursos humanos;
- os núcleos de recursos humanos mantiveram o atendimento relativo à instrução de processos/documentos, inclusão/exclusão de cadastro no plano de saúde, fornecimento de fichas financeiras (e montantes de rendimento para imposto de renda), exclusão de beneficiários falecidos, fornecimento de informações funcionais e cadastrais de ex-servidores do extinto DNER e passaram a atender somente as situações onde o pagamento foi suspenso pelo não atendimento do recadastramento anual obrigatório de aposentados/pensionistas, recebendo a documentação necessária à reativação do benefício, lembrando que esse atendimento equivale a somente 10% (dez por cento) do público que comparecia aos núcleos no ano anterior para tratar do assunto recadastramento.

TABELA 6 - ATENDIMENTOS EFETUADOS NOS NÚCLEOS NOS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012, 2013 E 2014

ATENDIMENTOS EFETUADOS NOS NÚCLEOS NOS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012, 2013 E 2014				
NÚCLEO (cidade onde se localiza)	2011	2012	2013	2014
NRH – 01 (Manaus – AM)	1.074	823	915	808
NRH – 02 (Belém – PA)	1.031	1.159	1.253	1.092
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	9.887	23.400	25.623	23.530
NRH - 04 (Recife – PE)	17.445	8.523	10.251	11.706
NRH – 05 (Salvador - BA)	6.433	6.893	7.255	8.331
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	29.203	23.566	21.600	19.430
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	20.458	11.202	15.998	18.893
NRH – 08 (São Paulo – SP)	3.280	4.624	6.254	7.593
NRH – 09 (Curitiba – PR)	5.320	1.476	5.238	4.936
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	2.905	2.991	2.841	2.537

NRH – 11 (Cuiabá – MT)	936	1.368	2.211	2.123
NRH – 12 (Goiânia – GO)	2.109	1.859	1.997	1.751
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	5.430	5.337	5.600	4.593
NRH – 14 (Natal – RN)	3.890	2.128	4.081	5.327
TOTAL	109.401	86.826	116.409	112.650

Fonte: Coordenação de Administração de aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

3.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no §4º do art. 11 do Decreto nº 6932, de 2009, foi elaborada no intuito de dar maior transparência às atividades do Ministério dos Transportes e facilitar a interação com os usuários dos dois serviços prestados por esta Pasta, que são o Programa Passe Livre do Governo Federal e o SIC (Serviço de Atendimento ao Cidadão).

O acesso à Carta de Serviços ao Cidadão pode ser realizado diretamente no link eletrônico: http://www.transportes.gov.br/images/manuais/SERVICOS_CARTAAOCIDADA0.pdf

3.3. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

No tocante ao número de reclamações quanto ao serviço prestado pelo Programa Passe Livre do Ministério dos Transportes, deve ser ressaltado que não existe atualmente um indicador capaz de medir a satisfação dos indivíduos por ele atendidos. No entanto, tendo em vista o extenso número de pedidos administrativos recebidos pelo Programa e de pessoas atendidas, observa-se um número baixo e pontual de queixas referente ao serviço prestado.

Necessário se torna ressaltar que o Passe Livre em 2015 passará a realizar pesquisas de satisfação quando do atendimento físico dos usuários. De qualquer maneira, o Programa procura sempre averiguar o fundamento de qualquer reclamação relativa ao serviço oferecido à sociedade por meio de contatos telefônicos e mensagens de e-mail com os requerentes.

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes, desde o exercício de 2012, vem medindo a satisfação de sua clientela de servidores ativos, aposentados, pensionistas e representantes legais, por meio de pesquisa efetuada ao final de cada chamada telefônica, conforme abaixo descrito:

TABELA 7 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO EM 2013

PARTICIPAÇÃO 2013	
ASSUNTO	QUANTITATIVO
TOTAL DE CHAMADAS	34.558
PESQUISAS RESPONDIDAS	14.275 (41,31% DE PARTICIPAÇÃO)
PERÍODO	01/01/2013 A 31/12/2013

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

TABELA 8 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO EM 2014

PARTICIPAÇÃO 2014	
ASSUNTO	QUANTITATIVO
TOTAL DE CHAMADAS	33.104
PESQUISAS RESPONDIDAS	12.500 (37,75% DE PARTICIPAÇÃO)
PERÍODO	01/01/2014 A 31/12/2014

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

3.4. Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

O acesso às informações alusivas a atuação do Ministério dos Transportes de interesse da sociedade, com vistas a contribuir com a transparência da gestão, estão disponibilizadas no portal desta Pasta www.transportes.gov.br, mais especificamente na janela “Serviços do MT” no link www.transportes.gov.br/serviços-da-denominação.html. Segue os principais links de interesse da sociedade:

- Passe Livre: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao/passe-livre.html>
- Direito ao Cidadão: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao.html>
- Corregedoria: <http://www.transportes.gov.br/corregedoria.html>
- Condições das vias: <http://www.transportes.gov.br/condicoes-das-vias.html>
- Relatórios de Gestão: <http://www.transportes.gov.br/relatorio-de-gestao.html>
- Informações Gerais para Servidores Aposentados:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2784-gestao-de-pessoas-aposentados.html>
- Informações Gerais para Pensionistas:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2783-gestao-de-pessoas-pensionistas.html>

3.5. Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada

A Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes, faz, ao final de cada chamada telefônica, 2 (duas) perguntas à clientela de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus representantes, que são:

a) Pergunta 01- Como classifica a satisfação de forma geral na execução dos serviços prestados pelo Ministério dos Transportes?

1 - Como o(a) Sr.(a) Classifica a satisfação de forma geral na execução dos serviços prestados pelo Ministério dos Transportes?

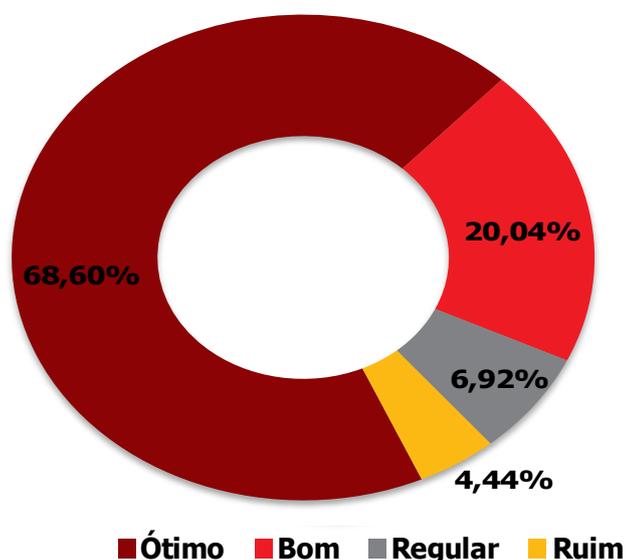


Figura 06: Gráfico do percentual de Satisfação de Serviços Prestados

b) Pergunta 02 - Como você classifica a qualidade do atendimento prestado pelo Teleoperador/Atendente do Ministério dos Transportes?

2 - Como o(a) Sr.(a) Classifica a qualidade do atendimento prestado pelo Teleoperador/Atendente do Ministério dos Transportes?

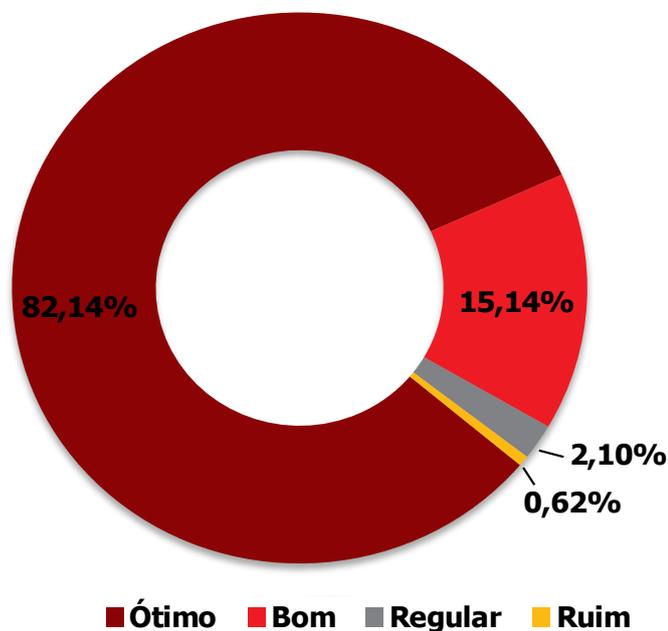


Figura 07: Gráfico do percentual de qualificação no atendimento prestado pelo teleoperador

Como resultado, fica evidenciado que os serviços prestados pela Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes atendem de forma satisfatória a maior parte dos usuários, como demonstrado abaixo:

TABELA 9 – COMPARATIVO PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR ANO

ANO	SATISFAÇÃO GLOBAL*
2013	94,78%
2014	92,96%

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

Obs:* Satisfação Global calculada a partir da soma do volume de respostas nas duas perguntas aplicadas na pesquisa.

3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade

O Ministério dos Transportes, por intermédio de sua Divisão de Engenharia, vem ao longo dos anos implementando melhorias nas edificações sob a sua responsabilidade, facilitando a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, entre elas:

- instalação de rampa de acesso na entrada do Edifício Anexo, com os respectivos corrimãos;
- Adaptações dos banheiros masculinos e femininos do Edifício Anexo;
- instalação de rampa de acesso na sala interativa do Gabinete do Ministro; e
- retirada de rampas que estavam em desconformidade com as normas das instalações do Programa PASSE LIVRE no Prédio do DNIT, mantendo-se o piso plano, possibilitando fácil locomoção aos usuários.

4. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

4.1. Planejamento da unidade

Em maio de 2012, o Senhor Secretário-Executivo deu início à implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública – PMGP visando à modernização da gestão do Ministério. Posteriormente, foi designado o Secretário de Política Nacional de Transportes - SPNT, por meio da Portaria SE/MT n.º. 262, de 28 de junho de 2013, para coordenar e conduzir o referido Programa.

Na Fase II, o Programa Modernizando a Gestão Pública-PMGP no MT se traduz em uma agenda de gestão que viabiliza a execução do planejamento estratégico pelo Ministério dos Transportes e pelas suas Entidades Vinculadas, para o período de 2013-2015.

O Mapa Estratégico do Sistema Transportes foi desenvolvido utilizando a metodologia (Balance Scorecard – BSC) e contou com ampla participação de dirigentes MT e suas entidades vinculadas, contendo objetivos estratégicos para diversos temas, como pode ser contactado na figura abaixo:

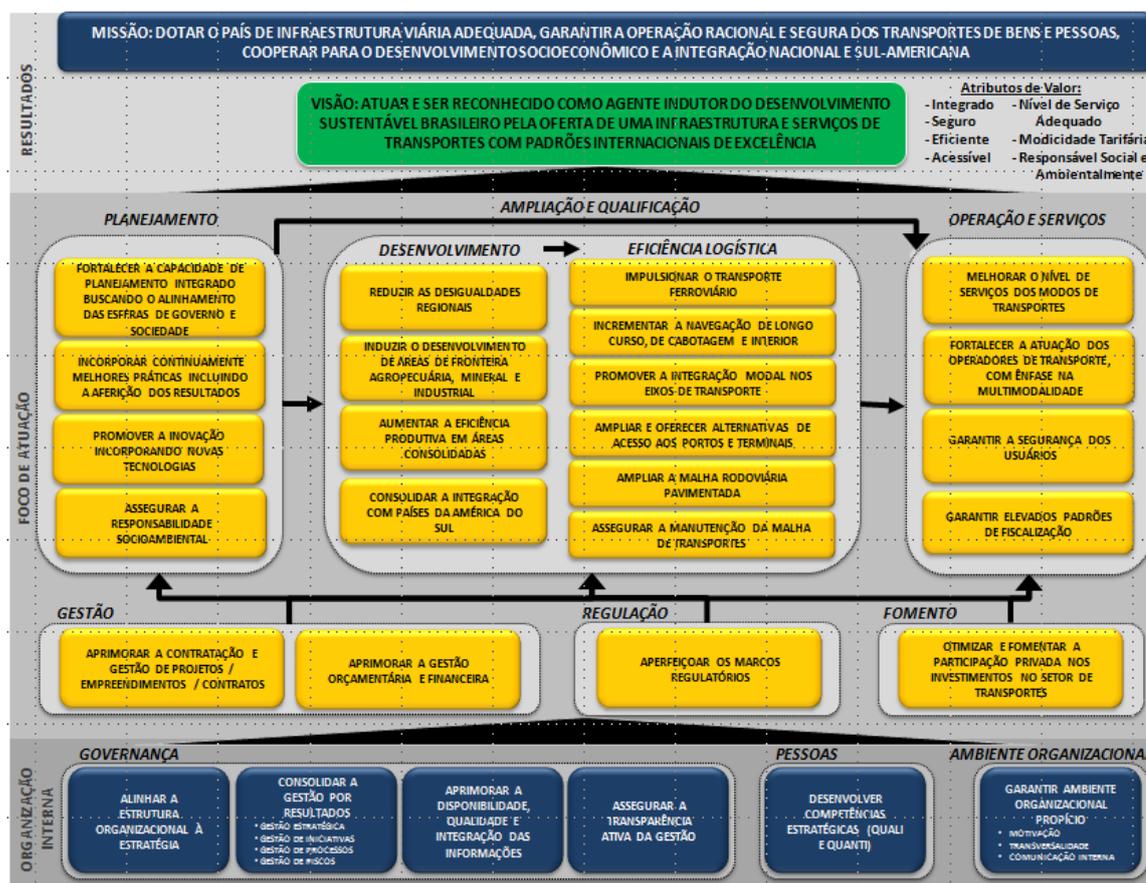


Figura 8: Mapa Estratégico do Sistema de Transportes

Ao longo do ano de 2014 a equipe do PMGP-MT desenvolveu uma série de atividades que viabilizaram a execução do planejamento estratégico, com destaque para as seguintes ações:

- ✓ Realização de 7 Reuniões de Acompanhamento de Metas com as Entidades Vinculadas:

Reuniões entre o Ministro dos Transportes, Secretários do MT e os dirigentes de uma das empresas vinculadas convidada. À luz dos objetivos estratégicos, foram analisados o andamento dos projetos e das obras da convidada, com o objetivo de permitir o conhecimento por parte do MT

acerca dos problemas enfrentados para o cumprimento das metas, a busca conjunta de soluções e a geração de fatos e dados para melhor subsidiar a tomada de decisão.

✓ Realização de 2 Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE):

Reuniões entre o Ministro dos Transportes, Secretários do MT e dirigentes máximos das entidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT e EPL) para análise do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, objetivando a análise integrada e transversal dos indicadores e o impacto das iniciativas no alcance dos objetivos estratégicos definidos. Esse fórum configura-se como a oportunidade de o Ministro e dirigentes do Sistema Transportes debaterem dificuldades, avaliar sinergias e buscar soluções conjuntas.

✓ Publicação da Portaria nº 252, de 24 de outubro de 2014

Essa portaria dispõe sobre a execução do Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério dos Transportes. Consolida o Escritório de Gestão Estratégica, o Escritório de Gestão de Projetos e o Escritório de Processos.

✓ Conclusão de 6 Iniciativas Estratégicas - Foram concluídas as seguintes iniciativas estratégicas:

- 1- Plano Hidroviário Estratégico – PHE;
- 2- Implantação do Escritório de Obras da VALEC;
- 3- Implantação do Escritório de Gestão da Estratégia do MT;
- 4- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes - PETIC
- 5- Implantação do Escritório de Processos do MT;
- 6- Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes – PGEO

✓ Definição do Portfólio de Iniciativas Estratégicas

Na 4ª RAE foi definido o novo portfólio de iniciativas estratégicas do Sistema Transportes, conforme o quadro abaixo:

TABELA 10 – INICIATIVAS ESTRATÉGICAS POR ÓRGÃOS

ÓRGÃO	Iniciativas Estratégicas
ANTT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do centro de supervisão operacional - CNSOig 2. Concessões rodoviárias 3. Concessões ferroviárias 4. Programa de investimentos em logística na área de ferrovias 5. PMI – novas concessões rodoviárias (*)
DNIT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa BR Legal 2. Escritório de obras
EPL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano nacional de logística integrada – PNLI 2. Incorporação de melhores práticas 3. Observatório Nacional 4. Estudos e ações preparatórios para o projeto TAV – Rio de Janeiro – Campinas 5. Regulamento do operador ferroviário independente – OFI 6. PMI rodoviário (*) 7. PMI ferroviário (*)

ÓRGÃO	Iniciativas Estratégicas
VALEC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do novo modelo brasileiro de concessão ferroviária 2. Implantação do processo integrado de fiscalização ferroviária
SFAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver a navegação de cabotagem 2. Modelo de exploração de serviços ferroviários 3. Aprimoramento de políticas de financiamento, tributação e incentivos fiscais 4. Fomento da participação privada no setor hidroviário 5. Formular modelos de concessão patrocinada e administrativa para rodovias e implementar um piloto em cada modalidade 6. Viabilizar investimentos não obrigatórios relevantes nas concessões rodoviárias existentes 7. Viabilizar investimentos não obrigatórios relevantes nas concessões ferroviárias existentes
SEGES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modelo de governança de empreendimentos
SPNT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo de viabilidade de trens regionais de passageiros 2. Corredores logísticos de cargas 3. Centro de integração logística – CIL 4. Plano de incentivo aos operadores de transporte multimodal – OTM 5. Reestruturação organizacional 6. Programa gestão da informação – PGINF 7. Plano de Comunicação da estratégia 8. Modelo de atuação do CONIT 9. Acessos prioritários aos portos e terminais - LOGOS 10. Pró – Segurança 11. Estudo de modelos para exploração de hidrovias, instalações portuárias e eclusas 12. Utilização da informação e comunicação no ciclo operacional de veículos de cargas 13. Implantação do sistema de acompanhamento de estudos e pesquisas do setor de transportes 14. Infraestrutura de dados espaciais de transportes, IDE-T 15. Plano Diretor da Baixada Santista
SE/GM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação ambiental estratégica 2. Estudo de diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes 3. Transparência das informações 4. Reformulação do Portal do Ministério dos Transportes 5. Gestão por competência 6. Melhoria do clima organizacional 7. Universidade Corporativa
TOTAL	46

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

✓ Definição dos Indicadores do Mapa Estratégico

Na 4ª RAE foram validados os indicadores do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, conforme quadro abaixo:

TABELA 11 - INDICADORES DE DESEMPENHO DO MAPA ESTRATÉGICO

Objetivos Estratégicos	Indicador	Responsável pela Coleta	Frequência
Fortalecer a capacidade de planejamento buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade	% de representatividade do PNLI nas ações estratégicas de investimento do Governo	EPL	Anual
Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados	Número de melhores práticas identificadas e incorporadas	EPL	Anual
Promover a inovação incorporando novas tecnologias	Número de novas tecnologias implantadas	EPL	Anual
Assegurar a responsabilidade socioambiental	% de implantação da gestão ambiental (diretrizes socioambientais do Sistema Transportes)	GM	Trimestral
Impulsionar o transporte ferroviário	Movimentação de cargas por ferrovias	ANTT/VALEC	Trimestral
	Extensão da malha ferroviária em operação	ANTT/VALEC	Trimestral
Incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior	Carga movimentada na cabotagem	SPNT	Trimestral
	Carga movimentada na navegação interior	SPNT	Trimestral
	Carga movimentada no longo curso	SPNT	Trimestral
Promover a integração modal nos eixos de transporte	Pátios em operação	VALEC	Trimestral
Ampliar e oferecer alternativas de acesso aos portos e terminais	Km de ferrovias de acesso aos portos construídos	VALEC / ANTT	Trimestral
	Km de adequação de rodovias federais de acesso portuário	DNIT	Trimestral
Ampliar a malha rodoviária pavimentada	% da malha rodoviária federal pavimentada	DNIT	Trimestral
Assegurar a manutenção da malha de transportes	% da malha rodoviária classificada como boa	DNIT	Anual
	Km de corredores hidroviários em manutenção	DNIT	Trimestral
	Km de ferrovias com manutenção realizada	VALEC	Trimestral
Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes	Percentual de Satisfação de Usuários e Concessionários	ANTT	Anual
Fortalecer a atuação dos operadores de transporte, com ênfase na multimodalidade	Nº de registros de operadores de transporte multimodal - OTM	ANTT	Trimestral
Garantir a segurança dos usuários	Nº de acidentes em rodovias federais	SPNT	Trimestral
	Índice de acidentes por milhão de trens.km	ANTT	Trimestral
	Nº de acidentes em hidrovias	SPNT	Trimestral

Objetivos Estratégicos	Indicador	Responsável pela Coleta	Frequência
Garantir elevados padrões de fiscalização	Equipamentos de medição de peso implantados e em operação em rodovias federais	DNIT	Trimestral
	Equipamentos de controle de velocidade e fluxo implantados e em operação em rodovias federais	DNIT	Trimestral
Aprimorar a contratação e gestão de projetos / empreendimentos / contratos	Duração média da fase interna	SEGES	Trimestral
	Duração média da fase externa (por modalidade)	SEGES	Trimestral
	Prazo Médio de Atraso das Obras	SEGES	Trimestral
	Variação média dos valores contratados	SEGES	Trimestral
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Execução Orçamentária	SPO	Trimestral
Aperfeiçoar os marcos regulatórios	% de cumprimento da agenda regulatória	ANTT	Trimestral
Otimizar e fomentar a participação privada nos investimentos no setor de transportes	Volume do investimento privado no setor de transportes	ANTT / SFAT	Trimestral
	Km de rodovias e ferrovias concedidos no ano período de análise	ANTT / SFAT	Trimestral
Alinhar a estrutura organizacional à estratégia	% de implantação da reestruturação do Ministério	SPNT	Trimestral
Consolidar a gestão por resultados Gestão estratégica Gestão de iniciativas Gestão de processos Gestão de riscos	RAE's realizadas	EGE	Trimestral
	Índice de Implantação dos processos	SPNT	Trimestral
Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações	% de implantação do PGINF	SPNT	Trimestral
Assegurar a transparência ativa da gestão	% de reestruturação do portal do MT	SE	Trimestral
Desenvolver competências estratégicas (qualitativo e quantitativo)	% do mapeamento de competências realizado	SE	Trimestral
	Número de servidores capacitados	SE	Trimestral
Garantir ambiente organizacional propício Motivação Transversalidade Comunicação interna	% de servidores satisfeitos	SE	Anual

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

TABELA 12 – INDICADORES DE TENDÊNCIA PARA O MAPA ESTRATÉGICO

Objetivos Estratégicos	Indicador	Responsável pela Coleta	Frequência
Fortalecer a capacidade de planejamento buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade	Procedimentos de Manifestação de Interesse	EPL	Trimestral
Assegurar a responsabilidade socioambiental	Licenciamentos Ambientais	EPL	Trimestral
Impulsionar o transporte ferroviário	Aderência à programação de trens do operador ferroviário independente – OFI	VALEC	Trimestral
Promover a integração modal nos eixos de transporte	Construção de pátios Intramodais e Intermodais	VALEC	Trimestral
	Percentual de Avanço Físico do estudo de CILs	SPNT	Trimestral
Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes	Km de rodovias federais não concedidas duplicadas	DNIT	Trimestral
	Km de rodovias federais concedidas duplicadas	SFAT	Trimestral
Otimizar e fomentar a participação privada nos investimentos no setor de transportes	Volume dos projetos FMM priorizados	FMM	Trimestral
	Volume dos projetos FMM contratados	FMM	Trimestral
Consolidar a gestão por resultados Gestão estratégica Gestão de iniciativas Gestão de processos Gestão de riscos	Percentual de iniciativas estratégicas detalhadas	EGE	Trimestral
Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações	Percentual de iniciativas do PETIC detalhadas	SPNT	Trimestral

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT

4.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

4.2.1. Programa Temático

QUADRO A.4.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2072				
Título	Transporte Ferroviário				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/ Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	11.929.594.368,00	6.051.660.904,00	3.288.158.027,00	2.589.775.437,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	24.027.795.236,00	11.291.245.530,00	6.272.338.430,00	6.464.211.276,00	
Total	35.957.389.604,00	17.342.906.434,00	9.560.496.457,00	9.053.986.713,00	
Fonte: SIOP – Relatório de Gestão TCU					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
2.609.644.270,15	2.014.774.630,83	1.975.356.671,64	39.417.959,19	594.869.639,32	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	951.150.454,03	674.467.762,99	659.900.042,45	- 43.934.811,86	247.315.599,72
Processados	206.405.963,73	-	201.572.776,01	- 1.441,46	4.831.746,26
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	3.288.158.027,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	6.272.338.429,91

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2073
Título	Transporte Hidroviário

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/ Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.713.196.351,00	985.318.462,00	326.447.889,00	401.430.000,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	510.700.000,00	253.200.000,00	199.400.000,00	58.100.000,00	
Total	2.223.896.351,00	1.238.518.462,00	525.847.889,00	459.530.000,00	
Fonte: SIOP – Relatório de Gestão TCU					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
267.335.654,39	37.585.006,74	32.192.751,50	5.392.255,24	229.750.647,65	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	272.737.990,74	136.425.459,66	127.777.459,19	- 16.053.465,48	129.084.548,59
Processados	1.144.709,42	-	1.144.709,42	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	284.347.889,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	174.400.000,00

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2075				
Título	Transporte Rodoviário				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/ Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	53.403.479.097,00	31.348.091.868,00	12.183.402.718,00	9.871.984.511,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	10.282.211.266,00	4.343.110.850,00	2.705.375.721,00	3.233.724.695,00	
Total	63.685.690.363,00	35.691.202.718,00	14.888.778.439,00	13.105.709.206,00	
Fonte: SIOP – Relatório de Gestão TCU					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
9.221.711.130,23	4.259.401.963,91	3.000.887.740,79	1.258.514.223,12	4.962.309.166,32	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	10.294.338.817,70	6.256.386.886,15	5.772.146.534,94	- 704.658.204,69	3.817.534.078,07
Processados	377.908.568,56	-	375.493.034,55	- 32.772,59	2.382.761,42
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	12.183.402.718,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	2.705.375.720,85

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2055				
Título	Desenvolvimento Produtivo				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	28.304.172.477,00	13.743.670.565,00	6.636.401.211,00	7.924.100.701,00	
Orçamento de Investimentos - OI	12.651.169.458,00	8.320.606.214,00	2.441.382.372,00	1.889.180.872,00	
Outras Fontes	51.718.736.600,00	25.194.851.800,00	13.128.555.200,00	13.395.329.600,00	
Total	92.674.078.535,00	47.259.128.579,00	22.206.338.783,00	23.208.611.173,00	
Fonte: SIOP – Relatório de Gestão TCU					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
6.174.795.752,67	5.876.574.887,30	5.313.836.198,99	562.738.688,31	298.220.865,37	2.112.182.114,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	479.606.365,51	254.217.917,25	251.483.961,36	-12.460.651,83	215.662.130,32
Processados	53.005.350,73	-	30.078.180,15	-13.367.451,33	9.379.799,09
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	-	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

Fonte: SPO e SIOP

4.2.1.1. Análise Situacional

De acordo com o modelo atual do PPA 2012-2015 (Lei 12.593/12), regulamentado pelo Decreto nº 7.866/12 e Portaria/MP nº 16, de 31 de janeiro de 2013, a análise por programa temático foi realizado pela SPI/MP e implementada no SIOP, com base nas informações prestadas pelos Órgãos nos itens relacionados a objetivos, metas e iniciativas.

4.2.2. Objetivo

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.					
Código	0129	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014*	d)% Realização (c/a)
1	Realizar a manutenção de 13.462,2 Km de rodovias federais não pavimentadas.	Km	13.462,2	8.562,8	-	63,61
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	Km	1.487,00	1.070,80	-	72,01
2	Região Nordeste	Km	2.375,20	774,60	-	32,61
3	Região Norte	Km	7.728,30	5.996,00	-	77,58
4	Região Sudeste	Km	1.315,60	452,40	-	34,39
5	Região Sul	Km	556,10	269,00	-	48,37
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.		
Código	0129	Órgão	Ministério dos Transportes

Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014(*)	d)% Realização (c/a)	
2	Realizar a manutenção de 52.950,6 Km de rodovias federais pavimentadas de forma permanente.	Km	52.950,60	46.443,50	-	87,71	
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014(*)	d)% Realização (c/a)	
1	Região Centro-Oeste	Km	10.673,30	8.031,80	-	72,25	
2	Região Nordeste	Km	18.439,30	16.530,80	-	89,65	
3	Região Norte	Km	7.518,00	7.142,80	-	95,01	
4	Região Sudeste	Km	9.495,50	6.858,70	-	72,23	
5	Região Sul	Km	6.824,50	7.879,40	-	115,46	
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						

Fonte: SPO e SIOP

Observação: (*) Coluna “c” não se aplica. Meta não cumulativa.

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.					
Código	0129	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
3	Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico.	Estruturas	502,00	0,00	0,00	0,00

Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	Km	78,00	0,00	0,00	0,00
2	Região Nordeste	Km	241,00	0,00	0,00	0,00
3	Região Norte	Km	18,00	0,00	0,00	0,00
4	Região Sudeste	Km	67,00	0,00	0,00	0,00
5	Região Sul	Km	98,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 13 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste
009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste
009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte
009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste
009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aplicar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, proporcionando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.					
Código	0130	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Conceder 8.044 Km de rodovias	Km	8.044,00	4.436,20	5.348,70	66,49
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	Km	3.458,00	2.474,30	2.910,90	84,18
2	Região Nordeste	Km	772,30	0,00	0,00	0,00
3	Região Norte	Km	368,90	179,70	179,70	48,71
4	Região Sudeste	Km	3.445,20	1.782,20	2.258,10	65,54

METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 14 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km
009Q - Concessão da Rodovia BR-101/ES, Divisa RJ/ES a Divisa ES/BA - 461 km
009R - Concessão da Rodovia BR-116/MG, Divisa BA/MG a Divisa MG/RJ - 817 km
04EZ - Concessão da Rodovia BR-163/MT, Divisa MT/MS a Sinop/MT - 821,6 km
04F0 - Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, Cristalina/GO a Divisa MG/SP - 425,8 km
04F3 - Concessão das Rodovias BR-163/MS, Divisa MS/MT a Divisa MS/PR; BR-267/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-262/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP - 1.423,3 km
04F1 - Concessão das Rodovias BR-060-153-262/DF/GO/MG, Brasília/DF - Divisa MG/SP - Betim/MG - 1.176,5 km
04F2 - Concessão das Rodovias BR-153/TO/GO, Anápolis/GO a Palmas/TO – 814 km

Fonte: SPO

TABELA 15 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
04EX - Concessão da Rodovia BR-101/BA, Feira de Santana/BA a Mucuri/BA - 772,3 km
04EY - Concessão da Rodovia BR-262/ES/MG, Viana/ES a João Monlevade/MG - 376,9km
009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.						
Código	0131	Órgão	Ministério dos Transportes				
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Adequar 5.103,70 Km de rodovias federais	Km	5.103,70	1.204,60	1.726,20	33,82	
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	362,20	0,00*	0,00*	0,00	

2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	26,30	0,00*	0,00*	0,00
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	1.024,80	405,00	606,50	59,18
4	Vetor Logístico Leste	Km	545,20	386,10	394,10	72,29
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	819,50	29,60*	29,60*	3,61
6	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	1.362,70	183,10	366,70	26,91
7	Vetor Logístico Sul	Km	963,00	200,80	329,30	34,20
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

Observação: (*) Colunas “b” e “c” – de acordo com nova metodologia aplicada para o cálculo de execução física da meta.

TABELA 16 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO
009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL
009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA
009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB
00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE
00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ
00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS
00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC
00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE
00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS
00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT
00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG
00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG
00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC
00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA
00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES
04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF
04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO
04B8 - Adequação da Rodovia BR-235/SE
04BC - Adequação da Rodovia BR-210/AP
04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS
04BL - Adequação da Rodovia BR-155/PA
04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA
04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR
04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI
04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN
04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS

04CM - Adequação da Rodovia BR-080/GO
 04CO - Adequação da Rodovia BR-010/GO
 04CP - Adequação da Rodovia BR-452/GO
 04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO
 04CR - Adequação da Rodovia BR-364/GO
 04CU - Adequação da Rodovia BR-367/MG
 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN
 04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB
 04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB
 04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE

Fonte: SPO

TEBELA 17 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários

04GS - Adequação da Rodovia BR-304/CE

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.					
Código	0132	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Adequar 402,9 Km de acesso portuário, por meio de rodovias federais.	Km	402,90	194,00	198,30	49,22
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	15,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	4,30	0,00*	4,30*	100,00
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	217,70	194,00*	194,00*	89,11
4	Vetor Logístico Sul	Km	165,90	0,00*	0,00*	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SPO e SIOP

Observação: Colunas “b” e “c” – de acordo com nova metodologia aplicada para o cálculo de execução física da meta.

TABELA 18 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS
00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC
04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES
04HM - Adequação do acesso ao Porto de Itaguaí - BR-101/RJ

Fonte: SPO

TABELA 19 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.					
Código	0136	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário		Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construir 19 contornos ou anéis rodoviários.	Unidade	19,00	3,00	7,00	36,84
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Oeste	U	2,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste	U	6,00	0,00	2,00	33,33
3	Vetor Logístico Norte	U	1,00	0,00	0,00	0,00
4	Vetor Logístico Sudeste	U	6,00	1,00	2,00	33,33
5	Vetor Logístico Sul	U	4,00	2,00	3,00	75,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.					
Código	0136	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário		Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Construir 20 travessias urbanas.	Unidade	20,00	4,00	9,00	45,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	U	5,00	2,00	3,00	60,00
2	Região Nordeste	U	2,00	0,00	0,00	0,00
3	Região Norte	U	8,00	1,00	5,00	62,50
4	Região Sudeste	U	2,00	0,00	0,00	0,00
5	Região Sul	U	3,00	1,00	1,00	33,33
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 20 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG
00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ
00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP
04AU - Construção do Anel Rodoviário de Goiânia/GO
04BF - Construção do Rodoanel de Manaus/AM
04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR
04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG
04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE

Fonte: SPO

TABELA 21 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários
00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas
04H2 - Construção do Anel Rodoviário de Uberaba/MG - BR-262/MG

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.					
Código	0137	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construir 5.007,9 Km de rodovias.	Km	5.007,90	695,70	1.229,40	24,55
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	1.565,30*	73,30	285,00	18,21
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	885,50	126,40	174,40	19,70
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	646,00	267,20	350,80	54,30
4	Vetor Logístico Leste	Km	245,30	84,10	105,10	42,85
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	573,50	13,30	74,10	12,92
6	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	404,30	70,00**	124,30**	30,74
7	Vetor Logístico Sul	Km	366,40	61,40	115,70	31,58
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

Observação 1: Coluna “a” – o Congresso Nacional alterou a meta global e não efetuou o ajuste na regionalização, conforme informado em 26 de fevereiro de 2015 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Observação 2: Coluna “b” e “c” – de acordo com nova metodologia aplicada para cálculo de execução física da meta.

TABELA 22 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00B6 - Construção da BR-135/BA
00B9 - Construção da BR-163/PA
00BB - Construção da BR-235/BA
00B8 - Construção da BR-158/MT
00BD - Construção da BR-242/TO
04AE - Construção da BR-448/RS
04AK - Construção da BR-122/BA

04AS - Construção da BR-060/GO

04AT - Construção da BR-457/GO

04AZ - Construção da BR-432/RR

04BK - Construção da BR-419/MS

04CE - Construção da BR-156/AP

04CN - Construção da BR-152/GO

04D1 - Construção da BR-330/PI

04D8 - Construção da BR-080/RO

04DB - Construção da BR-431/RR

04DC - Construção da BR-433/RR

04F7 - Construção da BR-392/RS

04HN - Construção da BR-174/MT

Fonte: SPO

TABELA 23 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
00BE - Construção de rodovias federais	
04FA - Construção da BR-422/PA	

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.						
Código	0138	Órgão	Ministério dos Transportes				
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Construir 1.207,7 Km de rodovias fronteiriças	Km	1.207,70	0,00	56,00	4,64	
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Eixo Amazônico	Km	349,00	0,00	0,00	0,00	
2	Eixo Escudo-Guianês	Km	553,20	0,00	56,00	10,12	
3	Eixo Peru-Brasil-Bolívia	Km	305,50	0,00	0,00	0,00	
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.					
Código	0138	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário	Código	2075			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Construir 3 pontes internacionais	Unidade	3,00	0,00	1,00	33,33
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Eixo da Hidrovia	U	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Eixo de Capricórnio	U	1,00	0,00	0,00	0,00
3	Eixo do Escudo Guianês	U	1,00	0,00	1,00	100,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 24 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00BG - Construção da BR-364/AC
00BH - Construção da BR-429/RO

Fonte: SPO

TABELA 25 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00BI - Construção de pontes internacionais
00BJ - Construção de rodovias fronteiriças

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os Estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.		
Código	0139	Órgão	Ministério dos Transportes
Programa	Transporte Rodoviário	Código	2075

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Construir 1.816,2 Km de rodovias.	Km	1.816,20	110,70	329,40	18,14	
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Região Norte	Km	1.816,20	110,70	329,40	18,14	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 26 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA
00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM
04BP - Construção da BR-308/PA
04C0 - Construção da BR-392/RS
04C1 - Construção da BR-470/RS
04D2 - Construção da BR-222/PI

Fonte: SPO

TABELA 27 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00BP - Construção de rodovias de integração nacional

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.						
Código	0140	Órgão	Ministério dos Transportes				
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	

-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construir 11 pontes sobre travessias fluviais.	Unidade	11,00	1,00	2,00	18,18
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	U	2,00	1,00	1,00	50,00
2	Vetor Logístico Centro-Norte	U	2,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	U	3,00	0,00	1,00	33,33
4	Vetor Logístico Leste	U	1,00	0,00	0,00	0,00
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	U	1,00	0,00	0,00	0,00
6	Vetor Logístico Sul	U	2,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 28 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS	
04CB	Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364
04ES	Construção da 2ª ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS

Fonte: SPO

TABELA 29 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
00BR	Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais
00BS	Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.					
Código	0280	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso.	Unidade	220,00	0,00*	73,00*	-
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	U	41,00	0,00*	10,00*	-
2	Região Nordeste	U	65,00	0,00*	20,00*	-
3	Região Norte	U	13,00	0,00*	11,00*	-
4	Região Sudeste	U	69,00	0,00*	19,00*	-
5	Região Sul	U	32,00	0,00*	13,00*	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

Observação: (*) Colunas “b” e “c” – até julho de 2014 encontravam-se vigentes os contratos de 73 postos de pesagem. A partir de julho de 2014, foram licitados novos contratos que ainda não se encontravam em operação em 31/12/2014.

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.					
Código	0280	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo.	Unidade	2.696,00	1,275,00	2.755,00	102,19
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Centro-Oeste	U	596,00	167,00	460,00	77,18
2	Região Nordeste	U	788,00	442,00	907,00	115,10
3	Região Norte	U	195,00	116,00	206,00	105,64
4	Região Sudeste	U	715,00	247,00	654,00	91,47

5	Região Sul	U	402,00	303,00	529,00	131,59
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 30 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário
00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo
00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.					
Código	0281	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Rodoviário			Código	2075	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade de trafegabilidade da malha rodoviária federal					
2	Implantar o sistema gerencial único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizado.					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 31 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00WJ - Realização de estudos e projetos para o modal rodoviário

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.					
Código	0141	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Expandir em 4.546 Km a malha ferroviária no país.	Km	4.546,00	2.360,00	2.744,00	60,36
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	855,00	815,00	855,00	100,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	941,00	628,00	772,00	82,04
3	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	1.022,00	162,00	362,00	35,42
4	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	1.728,00	755,00	755,00	43,69
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.					
Código	0141	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização

						(c/a)
2	Realizar estudos de implantação de 9.513 Km da malha ferroviária do país.	Km	9.513,00	7.054,00	9.213,00	96,85
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	2.571,00	170,00*	170,00*	6,61
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	1.076,00	10,00	1.427,00	132,62
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	2.456,00	1.572,00	2.306,00	93,89
4	Vetor Logístico Leste	Km	928,00	3.434,00	3.434,00	370,04
5	Vetor Logístico Sul	Km	2.482,00	1.868,00	1.868,00	75,26
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

Observação: (*) Colunas “b” e “c” – de acordo com nova metodologia aplicada para o cálculo de execução física da meta.

TABELA 32 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul
00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina
00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal
00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste
00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 – Ferroeste
04BI - Construção do Trecho Ferroviário Rondonópolis/Cuiabá - no Estado do Mato Grosso
04D6 - Construção de Ferrovia - Guarapuava / Paranaguá - no Estado do Paraná

Fonte: SPO

TABELA 33 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00C7 - Construção de ferrovias federais
00CA - Estudos de extensão ferroviária

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.					
Código	0142	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)

-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente.	Km	434,00	0,00	54,00	12,44
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	30,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	217,00	0,00	54,00	24,88
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	186,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.					
Código	0142	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Elaborar estudos e projetos de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária.	Km	434,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	30,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	217,80	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	186,20	0,00	0,00	0,00

METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 34– INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

00CF - Construção de ligações ferroviárias federais

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a adequação e construção de variantes a acessos ferroviários aos portos.					
Código	0143	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construir 18 Km de acessos a portos.	Km	18,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	18,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 35 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

00CI - Adequação de ferrovias de acesso aos portos

00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos

00CP - Estudos de ferrovias de acesso aos portos

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.					
Código	0144	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos de implantação de 350 Km de ferrovias para integração sulamericana.	Km	350,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Sul	Km	350,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico.					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 36 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00CQ - Adequação de trechos de interligação ferroviária sulamericana
00CT - Construção de trechos de interligação ferroviária sulamericana
00CU - Estudo para conexão ferroviária sulamericana

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.					
Código	0145	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade	a)Prevista 2015	b)Realizada	c)Realizada	d)%

		medida		em 2014	até 2014	Realização (c/a)
1	Realizar estudos e projetos para implantação de 511 Km de trem de alta velocidade.	Km	511,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro- Sudeste	Km	307,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Leste	Km	204,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 37 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS
00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)

Fonte: SPO

TABELA 38 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00CW - Adequação de ferrovias para implantação de trens de passageiros
00D5 - Estudos para a implantação de trens regionais
00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.					
Código	0146	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos para implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIM's e ZPTM's.	Km	365,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização

							(c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 39 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00DC - Construção de acessos ferroviários
00DD - Estudos e projetos para identificação de conexões ferroviárias entre ARIM's e ZPTM's

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.						
Código	0147	Órgão	Ministério dos Transportes				
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias.	Unidade	11,00	1,00	10,00	90,91	
-	-	-	-	-	-	-	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Construir 7 contornos ferroviários.	Unidade	7,00	2,00	2,00	28,57	
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)	
1	Vetor Logístico Centro-Sudeste	U	2,00	2,00	2,00	100,00	
2	Vetor Logístico Leste	U	1,00	0,00	0,00	0,00	
3	Vetor Logístico Nordeste Meridional	U	2,00	0,00	0,00	0,00	
4	Vetor Logístico Sul	U	2,00	0,00	0,00	0,00	
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.					
Código	0147	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano.	Unidade	5,00	1,00	2,00	20,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Região Sul	U	1,00	0,00	1,00	100,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	U	3,00	1,00	1,00	33,33
3	Vetor Logístico Leste	U	1,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 40 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
00DF	Adequação ferroviária em perímetro urbano
00DI	Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários
00DJ	Estudos para a construção de contornos e variantes ferroviárias

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.					
Código	0148	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização

						(c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Adequar 150 Km de trechos ferroviários.	Km	150,00	133,45	133,45	88,97
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	150,00	133,45	133,45	88,97
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 41– INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

00DS - Adequação de Ferrovia - EF Carajás/MA/PA

Fonte: SPO

TABELA 42 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

00DU - Adequação de trechos ferroviários concedidos

00DV - Segregação de trechos ferroviários

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transportes multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.					
Código	0149	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Construção de 9 integrações intermodais e intramodais.	Unidade	9,00	0,00	2,00	22,22

Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	U	2,00	0,00	2,00	100,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	U	5,00	0,00	0,00	0,00
3	Vetor Logístico Leste	U	2,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 43 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00DX - Construção de integração intermodal e intramodal
00DZ - Estudo para construção de integração intermodal e intramodal
00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias
00E2 - Implantação do novo marco regulatório para o setor ferroviário

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.					
Código	0484	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar a manutenção permanente em 1.536 Km de ferrovias federais.	Km	1.536,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	855,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	681,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 44 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
01LY - Implantação e manutenção em Centros de Controle Operacionais e Sistemas	
01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal	

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema					
Código	0492	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal.					
2	Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada.					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 45 – INICIATIVA NÃO INDIVIDUALIZADA

INICIATIVA NÃO INDIVIDUALIZADA	
01NT - Estudos e projetos para o planejamento do modal ferroviário	

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.					
Código	1002	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Ferroviário			Código	2072	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade	a)Prevista 2015	b)Realizada	c)Realizada	d)%

		medida		em 2014	até 2014	Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar estudos para concessão de 10.417 Km em trechos ferroviários federais.	Km	10.417,00	0,00	10.327,00	99,14
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	480,00	0,00	457,00	95,21
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	3.327,00	0,00	3.260,00	97,99
3	Vetor Logístico Leste	Km	3.959,00	0,00	3.959,00	100,00
4	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	1.101,00	0,00	1,101,00	100,00
5	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Km	400,00	0,00	400,00	100,00
6	Vetor Logístico Sul	Km	1.150,00	0,00	1.150,00	100,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Implantar novo modelo de concessão ferroviária.					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 46 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
00E0	Estudos para concessões ferroviárias
04EV	Fiscalização das concessões ferroviárias
04EW	Implantação do novo marco regulatório para o setor ferroviário

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.					
Código	0234	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário			Código	2073	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)

1	Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias.	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Centro-Norte	U	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Sul	U	1,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.					
Código	0234	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário	Código	2073			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014*	d)% Realização (c/a)
2	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 Km	Km	9.785,00	9.445,00	-	96,53
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014*	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	Km	4.534,00	4.062,00	-	89,59
2	Vetor Logístico Centro-Norte	Km	500,00	1.449,00	-	289,80
3	Vetor Logístico Centro-Sudeste	Km	2.608,00	2.246,00	-	86,12
4	Vetor Logístico Leste	Km	455,70	0,00	-	0,00
5	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Km	915,30	1.371,00	-	149,79
6	Vetor Logístico Sul	Km	772,00	317,00	-	41,06
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

Observação: (*) Coluna “c” – não se aplica – meta não cumulativa.

TABELA 47 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS						
00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira						

- 00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco
- 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes
- 00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai
- 00QB - Construção da Eclusa de Lajeado
- 04CC - Construção da Eclusa de Estreito no Rio Tocantins
- 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Fonte: SPO

TABELA 48 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS	
00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários	
00QC - Elaboração de cartas náuticas	
00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas	
00QF - Manutenção das vias navegáveis	

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aumentar a integração hidroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.					
Código	0236	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário			Código	2073	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana.	Unidade	2,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	U	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Eixo Mercosul-Chile	U	1,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 49– INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS						
00QI - Estudos para integração hidroviária sulamericana.						
Fonte: SPO						

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.					
Código	0278	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário	Código	2073			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus	Unidade	1,00	0,32	0,32	32,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	U	1,00	0,32	0,32	32,00
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.					
Código	0278	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário	Código	2073			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)

2	Estruturar plano para implantação, ampliação e modernização.	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	U	1,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.					
Código	0278	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Transporte Hidroviário	Código	2073			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
3	Implantar 52 instalações portuárias.	Unidade	52,00	0,00	24,00	46,15
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	U	47,00	0,00	24,00	51,06
2	Vetor Logístico Centro-Norte	U	5,00	0,00	0,00	0,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 50 – INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS	
00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM	
04D9 - Implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO	

Fonte: SPO

TABELA 51 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte
00W1 - Elaboração e consolidação de estudos para o desenvolvimento do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte
00W2 - Estudos e projetos para infraestrutura de terminais na Região Norte
00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte
00W5 - Implantação do Programa de Modernização da Frota de Embarcações de Passageiros na Região Norte
00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Fonte: SPO

QUADRO A.4.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.					
Código	0757	Órgão	Ministério dos Transportes			
Programa	Desenvolvimento Produtivo	Código	2055			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Fomentar a contratação de R\$ 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM.	R\$ bilhões	24,50	2,85	20,55	83,88
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante	Unidade	12,00	2,00	6,00	50,00
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Vetor Logístico Amazônico	U	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Vetor Logístico Centro-Sudeste	U	2,00	0,00	1,00	50,00
3	Vetor Logístico Leste	U	4,00	0,00	2,00	50,00
4	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	U	2,00	1,00	2,00	100,00
5	Vetor Logístico Sul	U	3,00	1,00	1,00	33,33
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: SPO e SIOP

TABELA 52 – INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS

INICIATIVAS NÃO INDIVIDUALIZADAS
0304 - Capacitação tecnológica das empresas de construção naval e de navieças
0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira
0306 - Revisão da legislação de fomento à indústria naval

Fonte: SPO

4.2.2.1. Análise Situacional

As informações descritas abaixo se reportam àquelas do Sistema de Informação de Planejamento e Orçamento – SIOP, e se referem aos itens de responsabilidade da Secretaria Executiva e demais unidades consolidadas que compõe o presente relatório.

- Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT
- Objetivo: 0281 – Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Diversas ações, projetos e estudos estão sendo executados no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas unidades vinculadas, no sentido de promover o adequado aproveitamento da infraestrutura de transporte existente, bem como a avaliação da necessidade de ampliação dos modos, segundo os critérios de eficiência e economia.

A visão estratégica estabelecida pelo MT, a partir do Plano Nacional de Logística em Transporte – PNLT, realinhou as iniciativas das unidades, tais como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, responsáveis, respectivamente, pela infraestrutura e operações de transportes rodoviários. Destaca-se, ainda, a criação da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, que tem por objetivo realizar o planejamento de longo prazo do setor não apenas para o modal rodoviário, mas pensando uma visão integrada de logística de transportes, com vistas à redução nos custos dos transportes e ao contínuo aumento da qualidade dos serviços prestados.

Entre os trabalhos desenvolvidos até 2014, pode-se destacar:

✓ Com o objetivo de melhorar o escoamento de produção e integração multimodal, reduzindo os custos de transportes, foi elaborado pelo DNIT o Plano de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes – PAS, sendo este um planejamento de médio e longo prazos para a realização de estudos técnicos e de viabilidade socioeconômica para o período de 2012-2016. Os empreendimentos de infraestrutura contemplados pelo PAS fazem parte da carteira de investimentos compostos pelo PPA e pelo PNLT, bem como os localizados em áreas de expansão produtivas e com um expressivo volume de tráfego, que não foram atendidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a implementação do PAS, é possível obter informações para o desenvolvimento das atividades técnicas de gestão, possibilitando uma visão aprimorada da necessidade de expansão, adequação e integração de vias de transportes, além da sistematização do processo de obtenção dos dados.

✓ Contratação de Serviços de contagem de Tráfego em pontos específicos da malha Rodoviária Federal, para atender a necessidade da retomada do Plano Nacional da Contagem de Tráfego – PNCT, no qual o DNIT, em parceria com o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, desenvolveram um estudo que resultou na identificação da necessidade de implantação de 320 Postos de Contagem Permanente – PCP, com

objetivo de representar a Sazonalidade na Malha Rodoviária Federal pavimentada em 3.676 subtrechos homogêneos de tráfego.

✓ Calibração e aferição do Modelo HDM-4 para as Condições da Rede Rodoviária do Brasil. O HDM-4 (Highway Development and Management Model), ferramenta difundida pelo Banco Mundial e utilizada em mais de 40 países, é um modelo matemático que simula as condições físicas e econômicas do modo de transporte rodoviário para alternativas de intervenções e cenários de investimentos especificados pelos usuários considerando determinado período de análise.

✓ Aprimoramento da Gerência de Pavimentos – o sistema de gerência está sendo remodelado para que o DNIT possa planejar de modo mais eficiente as intervenções de manutenção da malha rodoviária federal

✓ Estudos para o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes – PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil. O projeto tem por finalidade estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no Setor de Transportes, com qualidade tal que o torne um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

✓ Elaboração de um estudo para a definição das Diretrizes Socioambientais do MT, partindo-se de uma revisão do documento “Política Ambiental do Ministério dos Transportes, através de Contrato celebrado entre o Ministério dos Transportes – MT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para prestação de serviços técnicos especializados para realização desse estudo.” O resultado deste trabalho deverá permitir a elaboração de diretrizes e ações socioambientais com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas do setor. Esse objetivo está relacionado aos seguintes focos de atuação do planejamento estratégico:

- Fortalecer a capacidade de planejamento integrado, buscando o alinhamento das esferas de governo com a sociedade;
- Promover a inovação, incorporando novas tecnologias;
- Incorporar continuamente melhores práticas, incluindo aferição dos resultados e
- Assegurar a responsabilidade socioambiental.

✓ Estudos para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Documentos Eletrônicos aplicados aos Processos Logísticos, com vista a agilizar as Operações do Transporte de Carga Conteneirizada. Este estudo objetiva a análise dos atuais procedimentos documentais e operacionais utilizados nas diversas modalidades de transporte, simplificando a burocracia no sentido de propor processos com maior segurança, celeridade e confiabilidade, com ênfase na utilização do contêiner como equipamento de transporte. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de processos da Tecnologia da Informação e da Comunicação – TIC, de modo a proporcionar benefícios às operações com carga conteneirizada, reduzindo o chamado “Custo Brasil”. Esse estudo foi formalizado em 2014 com a Universidade Federal Fluminense – UFF, por meio de Acordo de Cooperação.

✓ A EPL, visando a realização de estudos para traçar as características da demanda de transporte de cargas no Brasil, contratou um empresa especializada em meados de maio de 2014, com previsão de encerramento em fevereiro de 2015, que através de formulário estruturado para aplicação via internet, apresentará os dados que serão utilizados para uma segunda contratada, que tem como objetivo o planejamento, execução, supervisão, codificação, tabulação e geração de resultados da Pesquisa Origem e Destino O/D do transporte rodoviário de carga e de veículos de passeio e pesquisas de contagem volumétrica classificatória de veículos nas rodovias brasileiras.

- ❖ Metas 2012 - 2015: Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada.

O planejamento do projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciadas, existente no MT e nas unidades vinculadas, foi iniciado em 2012. O Projeto visava efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas desenvolvidos com tecnologias de geoprocessamento existentes no MT e unidades vinculadas (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e padrões para a implantação de banco de dados georreferenciados do MT observando o estabelecido pela infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto nº 6.666/2008 e pelas normas relativas à Cartografia Nacional, criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens a obter com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- diminuição expressiva nos custos de tecnologia da produção e da utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre as unidades vinculadas e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que se desenvolveu o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes – PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, a ANTAQ e a Secretaria de Aviação Civil.

Como previsto, no ano de 2014, o PEGEO foi concluído e atingiu a objetivo de estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes com qualidade tal que o tornou um plano exequível, contínuo, atual e representativo. Sendo, ainda, apresentado em eventos ligados a transportes, de renome nacional.

A estratégia estabelecida pelo PEGEO busca padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades. Prima, ainda, pela diminuição dos riscos de contratações de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários, uso de informações desatualizadas, ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

No segundo semestre de 2014, foi implantada a versão inicial da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes – IDE-T, iniciativa oriunda do PEGEO. A IDE-T consiste em um sistema gerencial único e centralizado do banco de dados de infraestrutura de transporte. Com a implantação da IDE-T, os resultados esperados são: padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes e eficazes.

Tal projeto visa aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações para o setor transportes e público externo, atendendo ao Decreto nº 6.666/2008, referente à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Dentre os produtos já desenvolvidos no projeto, em fase de implantação, está o Portal da IDE-T, que proporcionará acesso interativo aos dados de transportes atualizados, integrados,

interoperáveis e consistentes, visto que poderão ser acessados de forma dinâmica e confiável: mapas, gráficos, planilhas, dentre outros produtos.

Após a conclusão das iniciativas do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

❖ (*) Metadados: Conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características do seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar a sua busca e exploração (Decreto 6.666/2008, art. 2º, inciso II).

➤ Objetivo: **0145** – Fomentar o transporte ferroviário de passageiros

Os estudos iniciais sobre os Trens Regionais de Passageiros datam de 1996 e foram originalmente concebidos pelo BNDES, que contratou a COPPE/UFRJ para desenvolver estudos que identificassem trechos viáveis à sua implantação.

No Brasil consideráveis extensões de vias férreas apresentam níveis muito reduzidos de utilização e alguns trechos estão sendo devolvidos pelas concessionárias, pois não são viáveis para o transporte de cargas.

Com o advento do Projeto Trens Regionais do MT, os trabalhos desenvolvidos utilizaram alguns princípios adotados nos estudos desenvolvidos pela COPPE/UFRJ, entre os quais:

- ✓ Porte ou relevância dos Municípios: trechos que contassem com pelo menos um município com mais de 100.000 habitantes;
- ✓ Extensão da linha: extensão máxima de cada trecho de 200 km, podendo ser implantado em etapas;
- ✓ Ociosidade da linha: trechos com baixa densidade de cargas, com tráfego compartilhado na mesma linha e, naqueles adensados, em linha independente;
- ✓ Apoio institucional manifestado em respostas a questionários encaminhados aos executivos dos governos municipais e a órgãos dos Estados que tratam do setor de Transportes;
- ✓ Desempenho dos serviços: por trens modernos, seguros, confortáveis e com velocidade e tarifas competitivas com o transporte rodoviário.

Junto à manifestação de interesse local/regional, foi também avaliada a condição da infraestrutura e da concessão, por intermédio de informações solicitadas à ANTT, RFFSA e DNIT.

Segundo tais critérios, foram selecionados, pelo MT, quatorze trechos para possível implantação, localizados em todas as regiões providas de estradas de ferro, conforme a seguir: SE (São Cristóvão-Aracaju-Laranjeiras); PR (Londrina – Maringá); RS (Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande); PE (Recife Caruaru); RJ (Campos – Macaé e Santa Cruz – Mangaratiba); MG (Belo Horizonte – Ouro Preto – Conselheiro Lafaiete e Bocaiúva – Montes Claros – Janaúba); SC (Itajaí – Blumenau – Rio do Sul); SP (Campinas – Araraquara e São Paulo – Itapetininga); BA (Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas) e MA/PI (Codó – Teresina).

A esses se acrescenta, ainda, a ligação São Luís a Itapecuru-Mirim no Estado do Maranhão, passando por Bacabeiras/MA, onde ocorrerá a implantação de um polo industrial de grande porte, acarretando um incremento nos fluxos de deslocamentos da força de trabalho entre a Capital e Itapecuru-Mirim, para atender ao mercado gerado no polo.

Os estudos de viabilidade já concluídos contemplaram os seguintes trechos:

- No Estado do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande.
- No Estado do Paraná: Londrina – Maringá.
- No Estado da Bahia: Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas.
- Nos Estados do Piauí e do Maranhão: Codó (MA) - Teresina (PI) - Altos (PI) e Itapecuru-Mirim (MA) - São Luiz (MA).

O Ministério dos Transportes, por intermédio da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, continua mantendo entendimentos com os ministérios das Cidades e do Planejamento, visando criar um grupo de trabalho composto de especialistas das três pastas, para elaborar uma portaria conjunta, com vistas ao equacionamento técnico e econômico, para permitir a implantação e a operacionalização dos Trens Regionais, bem como promover a sua integração com os outros modais.

Pretende-se iniciar, ainda em 2015, levantamentos e estudos para atualizar a situação da malha ferroviária nacional, suas disponibilidades e potencialidades, aliados a uma análise do marco regulatório existente, bem como a continuação de estudos para determinados trechos, objetivando avaliar a viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica e os benefícios sociais advindos com a implantação de sistemas ferroviários de transporte de passageiros de interesse regional.

Nesse sentido, pretende-se, com base em dados disponíveis e levantamentos de campo, estabelecer, definir e identificar os elementos intervenientes e de apoio à tomada de decisão, avaliando a atratividade do investimento, seja do ponto de vista do interesse privado ou do público.

Cabe destacar que a ANTT contratou a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC a fim de desenvolver estudos relativos ao contexto jurídico e legal necessários ao Marco Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros, cujo trabalho tem prazo de entrega estipulado em 36 meses.

➤ Gabinete do Ministro – GAB/MT

➤ Objetivo: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

A redução dos custos de logística é um importante fator de estímulo para o comércio entre os países da América do Sul. O modal ferroviário é relevante para se alcançar este objetivo. No contexto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana)/COSIPLAN/UNASUL foi elencado um conjunto de projetos prioritários para a integração da região, dentre eles a ligação ferroviária entre os portos de Paranaguá, no Brasil, e Antofagasta, no Chile. Especificamente para este projeto, o Brasil elaborou estudo de viabilidade denominado “Corredor Bioceânico Ferroviário” abrangendo pesquisas e estudos técnico, econômico, financeiro, jurídico-regulatório de distintas alternativas do sistema logístico ferroviário de carga entre os portos no Sul/Sudeste do Brasil e os portos no Chile.

Tal estudo foi financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos – FEP do BNDES e realizado por um consórcio de empresas brasileiras sob a supervisão de uma Comissão Quadripartite (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile), criada em nível das Chancelarias de cada país. O Relatório Consolidado em 14 de setembro de 2011 foi submetido e aprovado no âmbito da II Reunião Ordinária de Ministras e Ministros do Conselho de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN/UNASUL, realizada em Brasília, em 30 de novembro de 2011, adotado como justificativa e referencial para a instituição do GT de Integração Ferroviária presidido pela

República Oriental do Uruguai. Cabe salientar que a discussão multilateral desse tema apresenta-se embrionária, sem consenso de traçado e bitola.

De acordo com o estudo do BNDES, a conexão ferroviária do Brasil com o Paraguai dar-se-ia com a construção do trecho brasileiro Cascavel – Foz do Iguaçu, com cerca de 170 km de extensão, o que requer sua inclusão nos planos de expansão do sistema ferroviário nacional. Todavia, o PIL priorizou o trecho Maracaju – Cascavel – Mafra.

Reunião do referido GT de Integração Ferroviária ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de setembro de 2014. Na ocasião, foi apresentada a situação da infraestrutura ferroviária e o plano de cada país. Outras reuniões de cunho multilateral e bilateral foram realizadas no decorrer de 2014 para ações concretas que viabilizem esse corredor.

4.2.3. Ações

4.2.3.1. Ações – OFSS

QUADRO A.4.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	6058		Tipo: Atividade			
Título	Formulação de Políticas de Transportes					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes Código: 2126					
Unidade Orçamentária	Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.600.000	13.740.000	5.395.950	2.863.867	2.863.867	0	2.532.083
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo Realizado			Unidade	12	12	04
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1319.042	1.319.042	-314.181	Estudo realizado		Unidade	

Fonte: SPO e SIAFI

QUADRO A.4.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2907 Tipo: Atividade
Título	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária

Iniciativa	Fiscalização e Regulação de Concessões no Transporte Rodoviário					
Objetivo	Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha. Código: 0130					
Programa	Transporte Rodoviário Código: 2075 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000	940.000	939.079	939.079	939.079	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Vistoria realizada			Unidade	3	3	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	-330.000	Vistoria realizada		Unidade	

Fonte: SPO e SIAFI

QUADRO A.4.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	7528		Tipo: Projeto			
Título	Revitalização do Patrimônio Histórico do Setor Transportes					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes. Código: 2126					
Unidade Orçamentária	Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo Realizado			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Estudo realizado		Unidade	

Fonte: SPO e SIAFI

QUADRO A.4.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	14XX		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Galpão II no Setor de Garagem Oficinas Norte (SGON II)/DF					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes. Código: 2126					
Unidade Orçamentária	Administração Direta					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000,00	5.000.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Galpão construído			Percentual de execução física	80	80	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Galpão Construído		Percentual de execução	

Fonte: SPO e SIAFI

4.2.3.2. Ações/Subtítulos - OFSS

Não houve ocorrência. Inexistem subdivisões das ações sob responsabilidade desta UJ.

4.2.3.3. Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não houve ocorrência. Inexistem ações desta UJ não previstas na LOA.

4.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento - OI

QUADRO A.4.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI

Identificação da Ação	
Código	26.122.0807.4101.0021 Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis– No Estado do Maranhão.
Iniciativa	
Objetivo	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo:

Unidade Orçamentária	39.214						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
20.000	20.000	0	Não há meta física				

QUADRO A.4.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI

Identificação da Ação							
Código	26.122.0807.4102.0021			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – No Estado do Maranhão.						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	39.214						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.000	10.000	0	Não há meta física				

QUADRO A.4.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI

Identificação da Ação							
Código	26.122.0807.4103.0021			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – No Estado do Maranhão.						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	39.214						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.000	10.000	0	Não há meta física				

4.2.3.5. Análise Situacional

Não obstante existir a previsão de despesa com investimento administrativo no exercício financeiro de 2014, a administração da CODOMAR decidiu por não executar o orçamento, uma vez que entendeu não ser, o gasto, conveniente e oportuno, em razão das iminentes alterações previstas para a Empresa.

➤ Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

➤ Estudos em desenvolvimento (Contratados em 2012 / 2013)

❖ 1. Estudos e Pesquisas para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Centros de Integração Logística (CIL's) com vistas a subsidiar Políticas Públicas voltadas à promoção da Intermodalidade no Transporte de Cargas.

Esse estudo atende o Mapa Estratégico do Sistema Transportes nos seguintes focos de atuação:

a) Planejamento:

- i. Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando alinhamento com as esferas de Governo e sociedade;
- ii. Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados;
- iii. Promover a inovação incorporando novas tecnologias.

b) Ampliação e Qualificação:

- i. Promover a integração modal nos eixos de transporte;
- ii. Ampliar e oferecer alternativas de acesso aos portos e terminais.

c) Operação e Serviços:

- i. Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes;
- ii. Fortalecer a atuação dos operadores de transportes, com ênfase na multimodalidade;
- iii. Garantir elevados padrões de fiscalização.

➤ Concepção do estudo:

A concepção de um Sistema Nacional de Integração Logística de Transporte de Carga, composta pelo conjunto representativo dos Centros de Integração Logística - CIL's, a serem localizados em pontos estratégicos, busca agilizar as operações de logística, reduzir custos, aumentar a competitividade das empresas e integrar atividades industriais e serviços complementares ao transporte e logística.

Os empreendimentos que compreendem os CIL's tem, também, como objetivo a facilitação de criação ou incentivo a clusters econômicos (concentrações geográficas de empresas de determinados setor de atividades) em seu entorno, que deles se beneficiam para melhorar sua dinâmica.

Dentro desta visão, torna-se impositivo a implementação racional de estruturas integradoras do sistema de transportes que venham a possibilitar uma maior efetividade no escoamento da produção.

Tais instalações devem possibilitar um melhor aproveitamento dos potenciais de cada modo de transportes e dos operadores logísticos que neles atuam. Sendo assim, o CIL vem ao encontro dessas expectativas, pois seu conceito é resultado de um longo processo de otimização das cadeias logísticas nos países desenvolvidos na busca constante por competitividade.

Esse estudo, ora em desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ com previsão de conclusão para junho de 2015, está integrado com a iniciativa da Secretaria Especial de Portos – SEP no que diz respeito à implantação de Zonas de Atividades Logísticas – ZAL’s nas proximidades dos portos.

➤ Conceito das ZAL’s:

Um dos grandes problemas das áreas portuárias brasileiras está relacionado ao crescimento desordenado das atividades logísticas inerentes aos serviços portuários. O crescimento da movimentação de carga requer aumento simultâneo das atividades de armazenagem e transportes, ocasionando o congestionamento e conseqüentemente comprometendo a eficiência dos serviços logísticos.

Por sua vez, é natural que o crescimento do próprio porto e de sua movimentação também incentive o crescimento da cidade na qual ele se localiza, fazendo com que as atividades portuárias e urbanas concorram pelas poucas áreas ainda disponíveis. Nesse sentido, as atividades logísticas relacionadas ao trabalho portuário acabam por se distribuir ao longo de toda a cidade, gerando desordenamento logístico e agravando, ainda mais, o congestionamento urbano.

Exemplo característico desse ponto está relacionado aos caminhoneiros que, ao não dispor de local adequado para desembarque da carga e espera de novo carregamento, acabam por parar seus caminhões nas proximidades dos terminais, agravando o congestionamento na região e ocasionando problemas sanitários e de segurança.

À luz de tais considerações, fica claro que a implantação de uma Zona de Atividades Logísticas, localizada nas proximidades do Porto e acrescida de um sistema informatizado que gerencie as cargas, já alfandegadas ou não, a serem distribuídas aos diversos terminais, seria extremamente útil para o ordenamento e maior eficiência das atividades logísticas.

➤ Integração do CIL com a ZAL:

Assim, determinados CIL’s, em função de sua localização, poderão se transformar numa própria ZAL ou servirão para apoiá-la como Ponto de Controle da Cadeia Logística Inteligente, em estudo na SEP, interagindo, igualmente, com os sistemas de gerenciamento dos portos.

De uma maneira geral, uma Plataforma Logística, onde se inserem os CIL’s e ZAL’s, é constituída de três principais áreas ou subzonas com funções bem especiais:

- Subzona de Serviços Gerais:
 - Destinada ao Homem – com áreas de recepção, informação, acomodação e alimentação, bancos, agência de viagens;
 - Destinada à Máquina – com áreas de estacionamento, abastecimento e oficinas especializadas;
 - Destinada à Empresa – com áreas de serviços públicos (alfândega, vigilância sanitária, polícia federal etc.), serviços de administração e comunicação.
- Subzona de Transporte:
 - Destinada a agrupar infraestruturas de grandes eixos de transporte. É essencial que a Plataforma Logística tenha terminal multimodal para integração dos transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e, se possível, aéreo.

- Subzona destinada aos Operadores Logísticos:
 - Destinada a fornecer as condições para a prestação de serviços de fretamento, corretagem, assessoria comercial e aduaneira, aluguel de equipamentos, armazenagem de containeres, de granéis sólidos e líquidos (incluindo silos para estocagem de grãos, reembalagens, estufamento de containeres, transporte e distribuição).
- Resultados do Projeto CIL:

O projeto Centro de Integração Logística - CIL resultará em uma metodologia de macro localização (microrregiões) para instalação de estruturas de integração logística, indicando, ainda, a tipologia mais apropriada para essas estruturas, para cada um desses pontos.

Ao final desses resultados será gerada uma lista de projetos (portfólio de projetos) na qual serão indicados, por meio de uma hierarquização de prioridades, quais são os mais relevantes para as ações da SPNT. Todo esse estudo de localização e apropriação tipológica se baseia em modelos matemáticos de modelagem de transportes em redes viárias (oferta de transportes) que considera todos os modos de transportes existentes no Sistema Nacional de Viação – SNV, estabelecida por uma rede georreferenciada.

A demanda de utilização dessa infraestrutura será avaliada pelo uso das matrizes de produção e consumo, conforme definido na base de dados do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT.

Em paralelo serão estudadas e definidas as combinações de modelos de investimentos e negócios para que a SPNT possua referências sobre as formas de avaliação técnica, econômica, financeira e ambiental dessas estruturas (CIL's). Nesses estudos serão consideradas todas as abordagens existentes e em processo de implantação para modernização do setor de transporte no Brasil, particularmente o portuário e ferroviário.

Além disso, estudos sobre as relações interinstitucionais, tanto no âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais serão propostas para que a SPNT possua diretrizes operacionais visando subsidiar as suas ações.

Os aspectos jurídicos, tributários e operacionais para implantação e operação dessas estruturas serão também definidos e avaliados de forma descritiva e propositiva considerando as tipologias de CILs e suas relações com grupos de mercadorias (granéis, contêineres, carga geral etc.).

➤ Projeção de riscos

Quanto a riscos associados, os modelos devem considerar que o funcionamento dos centros depende de medidas suplementares tanto de operadores privados, como de outros organismos governamentais (de controle sanitário, de alfândega, saúde etc.). O atrativo à iniciativa privada (operadores) e aos usuários dos serviços é dependente do oferecimento de facilidades de acesso e agilidades nos controles, oferta de serviços locais adequados a todos, e instalações em pontos estratégicos para o sistema.

❖ 2. Elaboração de Estudos e Pesquisas, de Natureza Tecnológica e Econômica, em subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes da Política de Outorgas das Rodovias Federais.

Esse estudo atende o Mapa Estratégico do Sistema Transportes nos seguintes focos de atuação:

- a) Planejamento:
 - i. Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando alinhamento com as esferas de Governo e sociedade;
 - ii. Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados;
 - iii. Promover a inovação incorporando novas tecnologias.
- b) Gestão:
 - i. Otimizar e fomentar a participação privada nos investimentos no setor de transportes.
 - Concepção do estudo:

As concessões e delegações da infraestrutura e/ou serviço de transportes dependem de diretrizes políticas definidas pelo Ministério dos Transportes.

No caso particular deste estudo a proposição ficou restrita, especificamente, à concessão das rodovias federais, notadamente por se constatar haver condições tecnológicas e econômicas para se aprimorar o seu resultado, não obstante se verificar, já na primeira fase implantada do programa de outorgas, que o seu efeito tenha sido de impacto positivo na conjuntura social e econômica do País.

O estudo, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense – UFF e concluído em dezembro/2014, abrangeu sete fases:

- i. Estudos e Pesquisas sobre as Concessões Rodoviárias a nível nacional e internacional para entendimento das melhores práticas e benchmarking;
- ii. Análise de Desempenho objetivando identificar os parâmetros mais relevantes que qualificam as concessões rodoviárias;
- iii. Avaliações Técnicas contendo análise das modelagens jurídicas e econômico-financeiras;
- iv. Concepção de Múltiplas Ferramentas de Auxílio à Decisão no contexto das Concessões Rodoviárias Federais em Subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes Políticas de Outorgas, definindo os componentes dos sistemas a serem desenvolvidos, suas propriedades internas, externas e sua interatividade com o usuário. O sistema permite considerar, por trecho rodoviário, diversas possibilidades de comparação e aperfeiçoamento das concessões rodoviárias. Esta ferramenta permitirá:
 - a) produzir informações quantitativas, qualitativas e espaciais relevantes para subsidiar a política de outorga das rodovias federais, sem prejuízo quanto à forma inteligível de interatividade com o usuário;
 - b) composição de sistema para composição de “cash flow” para avaliação de modelagens de concessões rodoviárias, concebendo, principalmente:
 - alteração do prazo contratual vigente;
 - redução de custos praticados, por meio da flexibilização de parâmetros de desempenho;
 - redução de custos praticados, por meio da repartição de encargos com o Poder Concedente;
 - alterações dos valores alusivos ao Fundo Garantidor;
 - TIR vigente;

- níveis tarifários desejáveis;
 - custos médios obtidos para as modelagens alternativas.
- v. Elaboração de Ferramenta Financeira para Modelagem de Outorgas de Rodovias Federais baseada nas notas técnicas que orientam os procedimentos de estimação da TIR, contendo identificação de fatores de risco que impactam as concessões;
 - vi. Estudo de caso no trecho selecionado correspondente a BR-262/MG/ES, destacando a utilização da ferramenta financeira e o aplicativo do SIG-T do Ministério dos Transportes;
 - vii. Recomendações Gerais para o Aperfeiçoamento das Diretrizes Políticas de Outorgas de Trechos sob Jurisdição Federal.

➤ Estudos Contratados em 2014

❖ 1. Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Documentos Eletrônicos aplicados aos Processos Logísticos com vista a agilizar as Operações do Transporte de Carga Conteneirizada.

Esse estudo atende o Mapa Estratégico do Sistema Transportes nos seguintes focos de atuação:

- a) Planejamento:
 - i. Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando alinhamento com as esferas de Governo e sociedade;
 - ii. Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados;
 - iii. Promover a inovação incorporando novas tecnologias.
- b) Operação e Serviços:
 - i. Melhorar o nível de serviços dos modos de transportes;
 - ii Fortalecer a atuação dos operadores de transportes, com ênfase na multimodalidade;
 - iii. Garantir elevados padrões de fiscalização.

- Concepção do estudo:

O estudo objetiva a análise dos atuais procedimentos documentais e operacionais utilizados nas diversas modalidades de transporte, simplificando a burocracia, no sentido de propor processos com maior segurança, celeridade e confiabilidade com ênfase na utilização do contêiner como equipamento de transporte.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de processos da Tecnologia da Informação e da Comunicação – TIC, de modo a proporcionar benefícios às operações com carga conteneirizada, reduzindo o chamado “Custo Brasil”.

Por outro lado, projetos como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) introduziram o conceito de documentação eletrônica no Brasil e quebraram paradigmas por meio da definição de que o documento existe somente no formato digital e possui validade jurídica para todos os fins.

Assim, por exemplo, a exigência de mais de 50 documentos em papel para embarcações conforme o tipo de carga acarreta grandes entraves burocráticos que torna o uso da navegação de cabotagem menos atrativo, quando comparado com o modal rodoviário.

Esse estudo foi formalizado com a Universidade Federal Fluminense – UFF, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com início previsto para janeiro de 2015 e conclusão prevista para junho de 2016.

❖ 2. Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes

O estudo atende o Mapa Estratégico do Sistema Transportes nos seguintes temas descritos no Foco de Atuação - Planejamento:

- i. Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade;
- ii. Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados;
- iii. Promover a inovação incorporando novas tecnologias; e
- iv. Assegurar a responsabilidade socioambiental.

- Concepção do estudo:

Em novembro de 2003 foi lançada a “Política Ambiental do Ministério dos Transportes”, a qual propôs um tratamento ambiental com bases técnicas, voltado para a melhoria contínua do desempenho das funções e responsabilidades socioambientais do Ministério dos Transportes.

Essa “Política Ambiental” abordou de forma explícita alguns temas, tais como: “Agenda 21 Brasileira, Políticas Públicas e Planejamento Supra-Setorial”, “Planejamento do Transporte Multimodal”, “Planejamento, Projeto, Implantação e Gestão da Infraestrutura e dos Serviços de Transportes”, “Recuperação do Passivo Ambiental” e “Licenciamento Ambiental”.

Decorridos 11 anos do seu lançamento, vários desses temas merecem ser atualizados, assim como incluídos novos temas que surgiram nesse período e se inseriram no arcabouço normativo.

Além das alterações na legislação, o arranjo institucional foi modificado. Foram criados novos órgãos e as atribuições do setor foram redistribuídas. As estruturas destinadas aos temas socioambientais nos ministérios, secretarias e entidades vinculadas sofreram grandes transformações com o objetivo de atender às demandas crescentes.

No Ministério dos Transportes, por exemplo, foi criada a Assessoria Socioambiental pelo Decreto 7.717, de 04 de abril de 2012, que instituiu a estrutura regimental do Ministério dos Transportes, e cujas competências foram definidas na Portaria nº 250, de 31 de outubro de 2012.

Com base no exposto, passada uma década da elaboração da “Política Ambiental do Ministério dos Transportes”, observa-se a necessidade de atualização desse documento. Nesse sentido, a atualização deve permitir compreender o contexto atual, considerando novas formas de abordar os temas tratados, os novos temas em voga e tendências, o arcabouço legal e o arranjo institucional.

Esse estudo foi formalizado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com início previsto para janeiro de 2015 e conclusão prevista para dezembro do mesmo ano.

4.3. Informações sobre outros resultados da gestão

01) Atuação junto a Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho

- Participação no Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN: Como representante do MT no CONTRAN, a SPNT/MT participou de todas as Reuniões Ordinárias (mensais) do referido Conselho em 2013, além das Reuniões Extraordinárias.
- Participação do *Grupo de Trabalho Trens de Passageiros* que congrega representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, Universidades Federais, Indústrias, Sindicatos, Associações, Consultores, Entidades de divulgação, OGNs e OSCIPs.

02) Integração da América do Sul

A SPNT/MT, em articulação com a Assessoria Internacional do MT, representa o Ministério dos Transportes no processo de integração da América do Sul, atuando basicamente em tres vertentes principais:

- Atuação junto à IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, integrante do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-Americanas – COSIPLAN/UNASUL. Dentre as atividades relacionadas se destacam as reuniões dos grupos técnicos executivos para discussão da visão estratégica e atualização do portfólio de projetos dos eixos sul-americanos de integração e desenvolvimento;
- Atividades coordenadas pelo Ministério de Relações Exteriores – MRE, relacionadas a processos bilaterais ou multilaterais de integração, entre os quais se destacam o a conectividade Brasil-Chile, Brasil-Suriname, Brasil-Guiana (projeto integrante da carteira da UNASUL) e a Ferrovia Bioceânica Brasil-Paraguai-Argentina-Chile.
- Exercício da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho nº 5 – SGT-5 – Transportes do MERCOSUL pelo Brasil, coordenando os diversos órgãos e entidades, públicos e privados, envolvidos neste transporte, bem como chefiando a Delegação Brasileira presente às reuniões.

03) Atuação junto ao Sistema de Informação ao Cidadão - SIC

A SPNT/MT, atendendo o disposto na Lei nº 12.527/2011 – Acesso a Informações, respondeu, em 2014, várias indagações sobre temas relacionados com políticas de transportes.

04) Viagens Internacionais dos dirigentes da SPNT/MT

Para: Adelaide / Camberra / Brisbane

Período: 28 de março a 06 de abril de 2014

Objetivo: Conhecer a operação do sistema ferroviário australiano e aplicação do modelo Open Access.

Resultado: O conhecimento da experiência australiana na implementação do modelo Open Access de exploração ferroviária, principalmente com relação aos aspectos da gestão da capacidade de transporte e a interoperabilidade das malhas ferroviárias, vem contribuindo para a explicitação dos fluxos, dinâmicas, direitos, deveres e procedimentos de todos os atores que integram a operação horizontal e a convivência com as concessionárias atuais, regidas pela operação vertical.

Para: Montevidéu / Uruguai

Período: 20 a 22 de maio de 2014

Objetivo: Integrar a Delegação Brasileira, representando o Ministério dos Transportes na “Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Ferroviária Sul-americana”.

Resultado: Foram analisadas e discutidas diversas questões relacionadas com a modernização da infraestrutura de transporte ferroviário.

Para: Lima / Peru

Período: 04 a 07 de agosto de 2014

Objetivo: Integrar a Delegação Brasileira, na qualidade de representante do Ministério dos Transportes para participar, como palestrante, do “Seminário de Transporte de Carga e Logística” junto ao COSIPLAN/IIRSA.

Resultado: Foram discutidos temas constantes de uma ampla agenda de trabalho, tendo como destaque a análise e aperfeiçoamento de resoluções específicas.

Para: Georgetown / Guiana

Período: 25 a 30 de agosto de 2014

Objetivo: Integrar a Delegação Brasileira, na qualidade de representante do Ministério dos Transportes, na Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura.

Resultado: O fortalecimento das alianças internacionais estratégicas de internacionalização na logística de negócios, com destaque para discussões relativas ao escoamento da produção dos Estados do Norte do Brasil, em especial Roraima.

Para: Buenos Aires / Argentina

Período: 01 a 04 de outubro de 2014

Objetivo: Participar, na qualidade de Coordenador Nacional do SGT-5 pelo Brasil, como Chefe da Delegação Brasileira na Reunião Técnica Preparatória à XLVII Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 5 “Transportes do MERCOSUL”.

Resultado: Foram discutidos temas constantes de uma ampla agenda de trabalho, como preparatória para a XLVII Reunião Plenária.

Para: Salta / Argentina

Período: 04 a 08 de novembro de 2014

Objetivo: Participar, na qualidade de Coordenador Nacional do SGT-5 pelo Brasil, como Chefe da Delegação Brasileira na XLVII Reunião Plenária do Subgrupo de Trabalho nº 5 “Transportes SGT-5 do MERCOSUL”.

Resultado: Foram discutidos temas constantes da agenda de trabalho previamente tratados.

Para: Montevidéu / Uruguai

Período: 01 a 05 de dezembro de 2014

Objetivo: Integrar a Delegação Brasileira, na qualidade de representante do Ministério dos Transportes nas seguintes reuniões promovidas pelo Conselho de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-americanas - COSIPLAN/UNASUL: a) XXV Reunião de Coordenadores Nacionais da IIRSA, em 02-12-2014; b) X Reunião do Comitê Coordenador do COSIPLAN, em 03-12-2014; e c) V Reunião Ordinária de Ministros do COSIPLAN, em 04-12-2014.

Resultado: Foram discutidos temas constantes de uma ampla agenda de trabalho, tendo como destaque a análise e aperfeiçoamento de resoluções específicas.

4.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional

» Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

QUADRO A.4.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Desempenho	100%	95%	89,87%	Anual	$ID_e = \sum_{i=1}^n \left(\frac{PAR_i}{MAP_i} . PP_{e_i} \right) \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

O índice terá 3 medidas, calculados com base nos percentuais de realização de cada um de seus projetos/atividades ponderados pelo seu respectivo percentual de participação no conjunto da Secretaria conforme a seguir:

IDe = Indicador de Desempenho da Secretaria segundo os enfoques (a), (b) ou (c), sendo:

- a) O do total anualizado dos recursos destinados à execução plena dos projetos contratados pela SPNT/MT – sob este enfoque, o percentual foi estabelecido pela razão entre o total anualizado dos recursos destinados ao projeto/atividade e aquele destinado ao conjunto da SPNT.

A título de exemplo, suponha-se que a Secretaria tenha contratado quatro projetos com as seguintes características:

TABELA 53 - EXEMPLO DE CASO DE CONTRATAÇÃO DE QUATRO PROJETOS

Projeto	Total de Recursos destinados à plena execução do Projeto (R\$)	Tempo Total de Execução do Projeto (anos)	Total de Recursos Anualizados (R\$/ano)
1	100 milhões	10 anos	10 milhões/ano
2	40 milhões	2 anos	20 milhões/ano
3	15 milhões	1,5 anos	10 milhões/ano
4	5 milhões	0,5 anos	10 milhões/ano
TOTAL	160 milhões	-	50 milhões/ano

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 20%, 40%, 20% e 20%, respectivamente.

- b) O do total dos recursos programados para o ano a ser avaliado – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido pela razão entre o total de recursos programados para o projeto/atividade e aquele programado para o conjunto da SPNT/MT.

Considerando, ainda, o exemplo posto acima, suponha-se que a programação dos recursos para o ano a ser avaliado tenha sido a dada pelo quadro abaixo:

TABELA 54 - PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS PARA O ANO A SER AVALIADO NO CASO DO EXEMPLO

Projeto	Programação dos Recursos para o Ano a ser avaliado (R\$)
1	15 milhões
2	20 milhões
3	10 milhões
4	5 milhões
TOTAL	50 milhões

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 30%, 40%, 20% e 10%, respectivamente

- c) O da nota de relevância do projeto/atividade para a SPNT – sob este enfoque, o percentual de participação foi estabelecido com base no grau de importância, em uma escala de zero a cem, atribuído, subjetivamente, ao projeto/atividade pela SPNT.

Considere-se, agora, que os quatro projetos acima referidos tenham sido pontuados, segundo sua relevância, conforme o quadro a seguir:

TABELA 55 - NOTA DE RELEVÂNCIA

Projeto	Nota de Relevância
1	100
2	30
3	50
4	20
TOTAL	200

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPNT serão estabelecidos em 50%, 15%, 25% e 10%, respectivamente.

MAP_i = Meta Anual Projetada – Percentual do projeto/atividade i a ser realizado no ano de avaliação.

PAR_i = Percentual do projeto/atividade i efetivamente realizado no ano de avaliação.

PPe_i = Percentual de participação do projeto/atividade i segundo o enfoque e= (a), (b) ou (c), dado pela fórmula:

$$PP_{e_i} = \frac{V_{e_i}}{\sum_{i=1}^n V_{e_i}} \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$$

Na qual:

Ve_i = valor da variável representativa do enfoque “e” associado ao projeto/atividade “i”;

i = identificador do projeto/atividade, i = 1, 2, 3, ..., n

n = nº de projetos contratos da Secretaria

Para efeito de qualificação, os indicadores serão classificados segundo a tabela abaixo:

TABELA 56 - CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 90% a 100%
Bom	de 70% a 90%
Regular	de 50% a 70%
Ruim	de 30% a 50%
Péssimo	de 0% a 30%

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Desta forma, os 89,87% alcançados pelo índice de desempenho, qualifica como BOM, próximo a ÓTIMO, a performance da SPNT.

Avaliação de 2014

A tabela a seguir relaciona os projetos/atividade da SPNT, executados em 2014, e seus respectivos percentuais de participação, segundo os enfoques (a), (b) e (c):

TABELA 57 - PROJETOS EXECUTADOS EM 2014 SEGUNDO OS ENFOQUES (A),(B) E (C)

PROJETO/ATIVIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ENFOQUES							
		(a) TOTAL ANUALIZADO DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO PLENO DO PROJETO/ATIVIDADE				(b) RECURSOS PROGRAMADOS NO ANO		(c) RELEVÂNCIA RELATIVA DO PROJETO PARA A POLÍTICA DE TRANSPORTES [0 - 100]	
		Total (R\$)	Tempo de execução (ANO)	Total/ano (R\$/ANO)	Valor Relativo (Peso ₁)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso ₂)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso ₃)
1) Estudos e Pesquisas para desenvolvimento de Metodologia para Implantação de Centros de integração Logísticas - CIL's	Promoção da Intermodalidade no transportes de Cargas	4.385.256,95	1,42	3.095.475,49	0,62	2.356.517,54	0,64	60,0	0,21
2) Elaboração de Estudos e Pesquisas Técnicas e Econômicas, em subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes Políticas de Outorgas de Rodovias Federais	Aperfeiçoamento das técnicas de gestão pública para as políticas de outorgas das rodovias federais	1.914.826,19	1,67	1.146.602,51	0,23	621.465,60	0,17	40,0	0,14
3) Implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais de Transportes	Aprimoramento da disponibilidade, qualidade e integração das informações	724.774,029	1	724.774,02	0,15	724.774,02	0,20	30,0	0,10

4) Implantação do Escritório de Gestão Estratégica do MT	Consolidar a gestão por resultados no sistema transportes.					0,0	0,00	0,00	60,0	0,21	
5) Implantação do Escritório de Projetos Estratégicos do MT	Consolidar a gestão por resultados no sistema transportes.					0,0	0,00	0,68	60,0	0,21	
6) Elaboração Plano Estratégico de Geoinformações em Transportes	Aprimoramento da disponibilidade, qualidade e integração das informações					0,0	0,00		40,0	0,14	
TOTAL		7.024.857,16				4.966.852,02	1,00	3.702.757,16	1,00	290	1,00

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

A tabela a seguir, apresenta a evolução dos projetos/atividades da SPNT ao longo dos quatro trimestres de 2013 e sua avaliação segundo os indicadores de desempenho calculados:

TABELA 58 - EVOLUÇÃO DOS PROJETOS AO LONGO DOS QUATRO TRIMESTRES DE 2013

S.	PROJETO/ATIVIDADE	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO POR TRIMESTRE				ACUMULADO DO PERÍODO		QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ENFOQUE ADOTADO		
		1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Realizado	Programado	Realizado / Programado	(a) Peso ₁	(b) Peso ₂	(c) Peso ₃
1	Estudos e Pesquisas para desenvolvimento de Metodologia para Implantação de Centros de integração Logísticas - CIL's	7,0%	15,0%	0,0%	6,0%	28,0%	34,0%	0,82	0,51	0,52	0,17
2	Elaboração de Estudos e Pesquisas Técnicas e Econômicas, em subsídio ao Aprimoramento das Diretrizes Políticas de Outorgas de Rodovias Federais	26,0%	20,0%	20,0%	20,0%	66,0%	66,0%	1,00	0,23	0,17	0,14
3	Implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais de Transportes	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	20,0%	1,00	0,15	0,20	0,10
4	Implantação do Escritório de Gestão Estratégica do MT	50,0%	50,0%	0,0%	20,0%	100,0%	100,0%	1,00	0,00	0,00	0,21
5	Implantação do Escritório de Projetos Estratégicos do MT	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	1,00	0,000	0,00	0,21
6	Elaboração Plano Estratégico de Geoinformações em Transportes	35,0%	25,0%	20,0%	10	90,0%	100,00%	0,90	0,00	0,00	0,12
INDICADOR DE DESEMPENHO = $\sum_{i=1}^5 \text{Peso}_{D_i} \times \frac{\text{Realizado}_i}{\text{Programado}_i}$									89,0%	88,8%	95,0%
									Bom	Bom	Ótimo

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT

Estes valores podem ser visualizados no diagrama tridimensional a seguir. Nele o triângulo externo representa o desempenho máximo sob os três enfoques: a, b e c, enquanto que o triedro interno representa os desempenhos medidos sob estes enfoques.

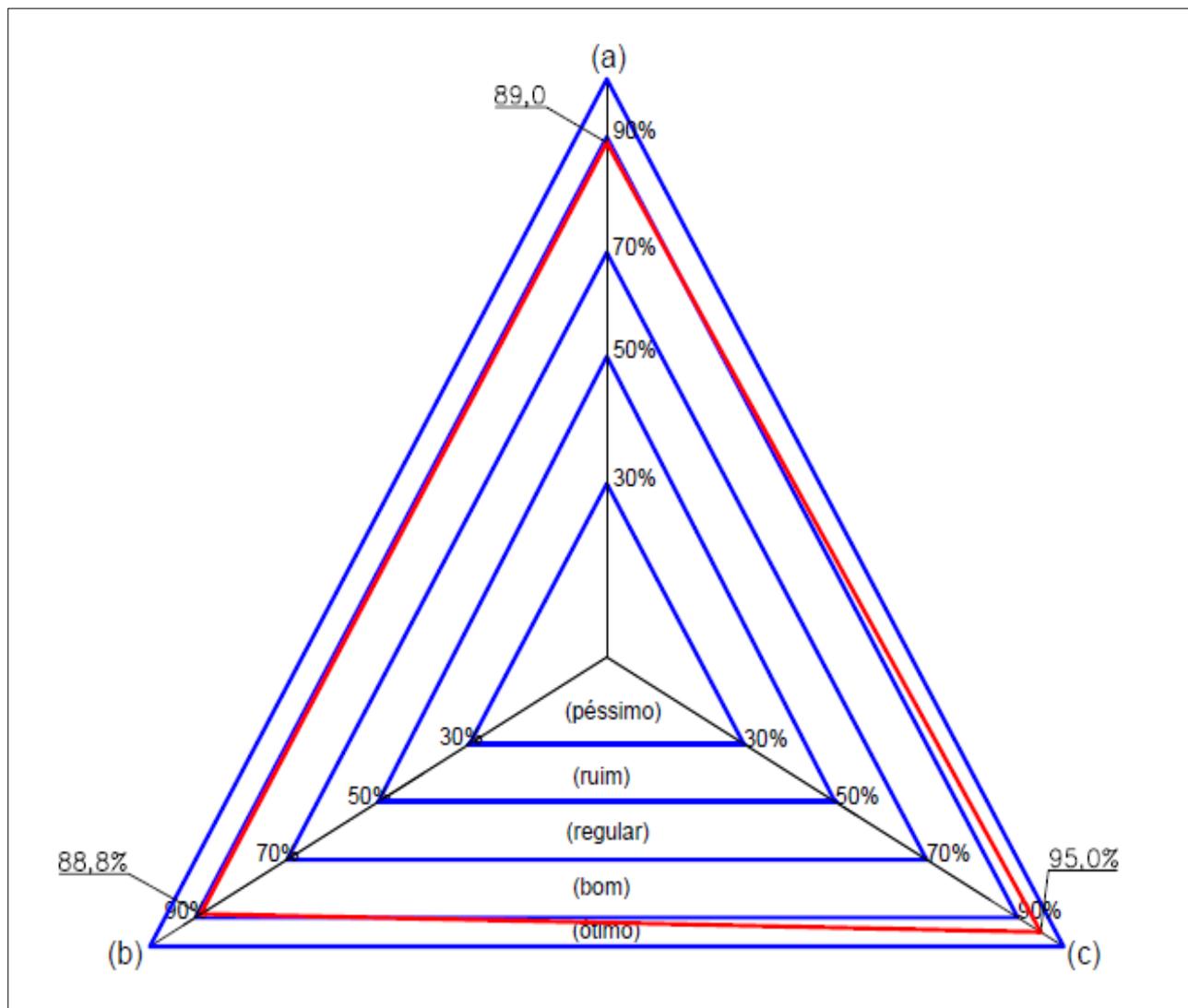


Figura 9: Diagrama de Desempenho

Este diagrama sugere a definição de um Indicador de Desempenho Geral que resuma em um único valor os três enfoques.

De fato, tal indicador poderá ser definido pela razão entre a área do triângulo, representativo dos indicadores de desempenho (medidos), cujos vértices situam-se nos eixos ortogonais (a), (b) e (c), e a área máxima possível de ser alcançada, ou seja:

$$\text{Indicador de Desempenho Geral} = \frac{\text{Área do Triângulo } abc}{\text{Área Máxima}}$$

Da Geometria, tem-se que a área máxima possível de ser obtida vale $\frac{\sqrt{3}}{2}$, enquanto que a área do triângulo representativo dos três indicadores de desempenho é dada pela fórmula:

$$\frac{\sqrt{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}}{2}$$

Assim, o Indicador de Desempenho Geral, representado por IDG, será definido pela fórmula:

$$IDG = \sqrt{\frac{ID_a^2 \times ID_b^2 + ID_a^2 \times ID_c^2 + ID_b^2 \times ID_c^2}{3}}$$

E seus valores poderão ser assim classificados:

TABELA 59 - CLASSIFICAÇÃO DE VALORES DO IDG

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 81% a 100%
Bom	de 49% a 81%
Regular	de 25% a 49%
Ruim	de 9% a 25%
Péssimo	de 0% a 9%

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT

Adotando-se este conceito e com base nos valores de desempenho alcançados pela SPNT em 2012, calcula-se o **IDG** da Secretaria em **82,5%**, o que indica que boa parte dos projetos/atividades programados para o ano foi executada, classificando, sob todos os enfoques considerados, como **ÓTIMO** o seu desempenho.

» Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

QUADRO A.4.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência de Ano 2013	Índice Previsto	Índice Observado de Ano 2014	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
TARD	484 ações	484 ações	266 ações	Anual	total de ações examinadas e publicadas dentre os 27 relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira, elaborados pelas Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte multimodal, relativas ao exercício anterior
TARDT	69,14 ações/tecnicos	69,14 ações/tecnicos	44,33 ações/tecnicos	Anual	número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior, por técnico
TAEA	55 ações	55 ações	76 ações	Anual	total de ações examinadas em 5 alterações dos Programas de Trabalho do exercício
TAEAT	7,85 ações/tecnicos	7,85 ações/tecnicos	12,67 ações/tecnicos	Anual	número médio de ações examinadas nas alterações, por técnico

TAPT	135 ações	135 ações	188 ações	Anual	total de ações examinadas e publicadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte (2015), elaboradas pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte multimodal.
TAPTT	19,28 ações/tecnicos	19,28 ações/tecnicos	31,33 ações/tecnicos	Anual	número médio de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte, por técnico

Fonte: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES

Obs.: houve redução de técnicos: de 9 em 2013, para 6 técnicos em 2014.

4.5. Informações sobre custos de produtos e serviços

O MT não possui informações satisfatórias quanto às variações de custos, porém está promovendo a criação da setorial de custos para melhor monitorar e avaliar a evolução das despesas, inclusive publicou a Portaria nº 30, de 20 de janeiro de 2012, alterada pela Portaria de 28 de fevereiro de 2013, que nomeou comissão para elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos, com vistas a subsidiar a implantação da estrutura do Sistema Setorial de Custos.

Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade

O Ministério dos Transportes – MT não atua na gestão de fundos em nenhum contexto e não está obrigado a apresentar este capítulo por orientação da Decisão Normativa - TCU Nº 134, de 04 de dezembro de 2013, alterada pela Decisão Normativa Nº 139, de 24 de setembro de 2014.

Esta Unidade Jurisdicionada está obrigada a apresentar o conteúdo da Parte A relacionadas no anexo I e não destacadas na Parte C do anexo II da Decisão Normativa supracitada. Os conteúdos desta Parte A não contemplam o referido capítulo: Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1. Programação e Execução das Despesas

5.1.1. Programação das Despesas

QUADRO A.5.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária:		Código UO:	UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		3.006.164.460,00		233.420.891,00
CRÉDITOS	Suplementares	7.700.000,00		5.960.000,00
	Especiais	Abertos		1.347.082,00
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos Cancelados		1.000.000,00		13.913.382,00
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)		3.012.864.460,00		226.814.591,00
Dotação final 2013(B)		2.984.330.893,00		200.962.373,00
Varição (A/B-1)*100		0,956112711		12,86420817
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital		
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL		278.080.000,00		9 - Reserva de Contingência
CRÉDITOS	Suplementares	263.000,00		
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos Cancelados				
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)		278.343.000,00		
Dotação final 2013(B)		213.930.627,00		
Varição (A/B-1)*100		30,10900024		

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

5.1.1.1. Análise Crítica

Os recursos aprovados na Lei nº 12.952, de 20/01/2014, Lei Orçamentária Anual – LOA/2014, bem como aqueles oriundos de acréscimos adicionais, em favor da Administração Direta do Ministério dos Transportes, foram suficientes para a plena execução das necessidades orçamentárias no decorrer do exercício de 2014.

As alterações orçamentárias de 2014 se referem a remanejamentos internos.

Nesse sentido, foram aportados recursos para a Ação de Fiscalização da Ponte Internacional São Borja - Santo Tomé (Brasil-Argentina), referentes às despesas levantadas de exercícios anteriores, e para a Ação de Administração da Unidade, que atende todo o custeio das Unidades da estrutura interna do Ministério dos Transportes.

Ocorreu, também, remanejamento de dotação entre de grupo de despesa, custeio para investimento, na ação referente à Extinção da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, para a aquisição de material permanente (mobiliário), de modo a comportar o vasto acervo documental, considerado necessário para o término dos trabalhos da extinção da RFFSA.

Foi solicitada a abertura de crédito especial em favor da Companhia Docas do Pará – CDP, viabilizada e publicada em 30/12/2014, por meio da Lei nº 13.069, sem tempo hábil para a execução dos recursos aprovados, os quais serão reabertos no exercício seguinte.

No tocante às despesas com pessoal e encargos sociais, em razão do volume considerável de servidores inativos do Órgão, com constantes atualizações de pensões, foi necessária a suplementação de recursos no final do exercício.

5.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

» Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

QUADRO A.5.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	COGEP				
Recebidos		390007	00M1			4.385.007,00
		390007	0536			2.884.000,00
		390007	2000			3.633.898,77
		390007	2004			37.135.000,00
		390007	2010			96.000,00
		390007	2011			2.900.004,00
		390007	2012			7.696.584,00
		390007	09HB		13.422.513,00	
		390007	20TP		127.041.522,00	
		390007	0181		2.865.600.425,00	
		390015	RFFSA			
			09IX		5.000.000,00	13.600.000,00
			390015	0005	1.000.000,00	
			390015	0625	800.000,00	
			390015	0181		
		390015	0536		6.549.996,00	

	390056	DNER				
		390056	0713			6.000.000,00
	390004	CGRL				
		390004	2000			64.151.523,13
		390004	4641			16.000.000,00
		390004	7528			300.000,00
		390004	6058			6.100.000,00
		390004	2907			940.000,00
		390004	8785			700.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	390002	RFFSA				
Recebidos		390015	09IX	223.000,00		
		CGRL				
		390004	2000	8.000.000,00		
		390004	14XX	4.000.000,00		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	390002	DNIT				
Recebidos		393003	12JP	129.000.000,00		
		393003	14KV	135.020.000,00		

Fonte: SIAF

QUADRO A.5.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	AGU				
Recebidos		110060	2000			565.578,10
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAF

O Orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério dos Transportes – Unidade 39.101 é lançado no SIAFI na UG 390002 – Setorial Orçamentária.

Movimentação Interna: Os recursos são transferidos por provisão para as unidades executoras vinculadas à Administração Direta - Unidade Orçamentária 39.101.

Movimentação Externa: Os recursos destinados às ações de Apoio à Construção do Rodoanel no Estado de São Paulo e Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê no Estado de São Paulo, constaram da LOA/2014 e foram alocados no orçamento da Administração Direta, os quais, após autorização por portaria, foram descentralizados, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, UG 393003.

Conforme Termo Simplificado de Descentralização de Crédito realizado com a Advocacia Geral da União - AGU, foi destacado para a UG 110060 / 0001 – CGOF/SG/AGU valor para atender contrato firmado pela AGU com escritório de advocacia para defender interesses do Governo Brasileiro junto à justiça Italiana.

» Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

QUADRO A.5.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	682010	390004	46410001			50.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

OBS: Trata-se de recursos orçamentário transferido pela ANTAQ para execução de despesas de publicidade sob a gerência da ASCOM/MT

5.1.3. Realização da Despesa

5.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

QUADRO A.5.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério dos Transportes		Código UO: 39101		UGO: 39000	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	38.759.335,15	42.432.848,22	38.759.335,15	42.432.848,22	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	6.016.871,77	8.457.793,02	6.016.871,77	8.457.793,02	
d) Pregão	32.742.463,38	33.975.055,20	32.742.463,38	33.975.055,20	
e) Concurso					

f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.982.505,14	4.068.888,29	3.982.505,14	4.068.888,29
h) Dispensa	2.724.090,45	3.004.897,06	2.724.090,45	3.004.897,06
i) Inexigibilidade	1.258.414,69	1.063.991,23	1.258.414,69	1.063.991,23
3. Regime de Execução Especial	51.611,88	58.514,31	51.611,88	58.514,31
j) Suprimento de Fundos	51.611,88	58.514,31	51.611,88	58.514,31
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.003.162.577,57	2.969.644.748,05	3.003.162.577,57	2.968.755.173,02
k) Pagamento em Folha	3.002.777.888,11	2.969.287.609,73	3.002.777.888,11	2.968.398.034,70
l) Diárias	384.689,46	357.138,32	384.689,46	357.138,32
5. Outros	63.137.403,57	68.106.979,24	63.137.403,57	68.106.979,24
6. Total (1+2+3+4+5)	3.109.093.433,31	3.084.311.978,11	3.109.093.433,31	3.083.422.403,08

Fonte: SIAFI e SPO

5.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

As informações referentes a este subitem estão consignadas no Quadro A.5.1.3.1, o qual consolida os dados de todas as unidades gestoras – UG que compõem este Relatório de Gestão.

5.1.3.3. Despesas Por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários – Total

QUADRO A.5.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério dos Transportes		Código UO: 39101		UGO: 39000					
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	de	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal									
03-Pensões do RPPS		1.965.571.732,77	1.917.619.441,28	1.965.022.559,16	1.913.829.443,76	549.173,61	3.789.997,52	1.965.022.559,16	1.913.556.231,53
01-Aposentadoria RPPS		886.281.659,52	920.358.962,72	886.070.405,92	916.789.206,97	211.253,60	3.569.755,75	886.070.405,92	916.789.206,97
11-Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil		109.913.105,87	109.414.441,02	109.621.554,03	108.450.802,08	291.551,84	963.638,94	109.621.554,03	108.450.802,08
Demais elementos do grupo		43.056.714,89	36.774.945,07	42.063.369,00	30.218.156,92	993.345,89	6.556.788,15	42.063.369,00	29.601.794,12
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes									
37-Localização de mão de obra		38.730.647,33	31.255.149,53	29.887.920,15	28.967.391,49	8.842.727,18	2.287.758,04	29.887.920,15	28.967.391,49

93-Indenizações e restituições	36.563.219,49	36.200.980,01	35.958.269,48	35.998.094,45	604.950,01	202.885,56	35.958.269,48	35.998.094,45
39-Outros serviços de terceiros - PJ	36.491.794,77	38.933.909,70	17.476.597,73	24.722.013,33	19.015.197,04	14.212.896,37	17.476.597,73	24.711.013,33
Demais elementos do grupo	24.577.473,31	26.938.559,34	22.565.723,17	25.152.595,94	2.011.750,14	1.784.963,40	22.565.723,17	25.163.595,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52-Equipamentos e material permanente	6.528.268,89	3.318.678,44	130.101,50	184.273,17	6.398.167,39	3.134.405,27	130.101,50	184.273,17
39-Outros serviços de terceiros - PJ	568.032,12	1.143.509,52	296.933,17	0,00	271.098,95	1.143.509,52	296.933,17	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e SPO

5.1.3.4. Despesas Por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

As informações referentes a este subitem estão consignadas no Quadro A.5.1.3.3, o qual consolida os dados de todas as unidades gestoras – UG que compõem este Relatório de Gestão.

5.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

As informações referentes a este subitem estão consignadas no Quadro A.5.1.3.1, o qual consolida os dados de todas as unidades gestoras – UG que compõem este Relatório de Gestão.

5.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos de Movimentação –

As informações referentes a este subitem estão consignadas no Quadro A.5.1.3.3, o qual consolida os dados de todas as unidades gestoras – UG que compõem este Relatório de Gestão.

5.1.3.7. Análise Crítica da realização da despesa

No quadro A.5.1.3.1 denominado despesas por modalidade de contratação da unidade, destacam-se as contratações por meio de Concorrência e Pregão Eletrônico. Os gastos realizados na modalidade de suprimento de fundos se referem a despesas para realização das atividades do órgão.

Locação de Mão de Obra: pode-se observar o aumento da despesa de 2014 em relação a 2013, que se refere à repactuação de contratos no exercício. Não ocorreram, entretanto, novas contratações no exercício. O aumento das despesas se deu principalmente em razão das repactuações contratuais e, em menor proporção, em razão do preenchimento de algumas vagas antes em aberto e aumento de número de vagas em alguns contratos.

5.2. Despesas com Ações de publicidade e propaganda

QUADRO A.5.2– DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	26131212646410001	15.950.000,00	6.016.871,77

Fonte: CGRL/SAAD e SIAFI Gerencial

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério dos Transportes, entre outras ações, cabe planejar, programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias para a população brasileira, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República. Campanhas essas que devem, impreterivelmente, ser de utilidade pública (educacional e comportamental), acerca dos temas pertencentes ao escopo do Ministério, tais como:

- Educação para a redução de acidentes de trânsito
- Educação para uso do Transporte interestadual de passageiros
- Educação para o efetivo Transporte de cargas e escoamento de produção
- Programa Passe Livre – Ações para orientação (direitos e deveres aos usuários).
- Orientação ao adequado uso das melhorias da malha rodoviária no país

No ano de 2014 este Ministério executou dez campanhas publicitárias de utilidade pública, com âmbito regional e nacional, através do Contrato nº 11/2014-MT com a LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA, contrato este com vigência até 19 de fevereiro de 2015 com valor anual estimado em R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Conforme define o Art.16 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, tais despesas são discriminadas da seguinte forma:

TABELA 60 – CUSTO TOTAL AUTORIZADO DAS CAMPANHAS

Custo Total Autorizado das Campanhas		R\$ 15.846.977,45
Valores Autorizados (Meios de divulgação)		
Mídia	Meio	Valor total – R\$
	Jornal	1.201.012,06
	Rádio	1.716.626,80

	Televisão	7.319.421,66
	Internet	958.062,22
	Mídia ext.	3.331.538,12
Total		14.526.660,86

Fonte: ASCOM/GM

TABELA 61 – VALORES PAGOS A FORNECEDORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Valores Autorizados (Fornecedores de Serviços Especializados)		
	Tipo	Valor total - R\$
Serviço Especializado (produção)	Áudio	25.968,68
	Imagem	36.900,00
	Vídeo	766.156,28
	Outros	491.291,63
	Total	1.320.316,59

Fonte: ASCOM/GM

Observação: A diferença entre o valor autorizado e o empenhado será ajustada com o cancelamento de parte do empenho, conforme memorando enviado à área competente.

O progressivo agravamento global da violência no trânsito levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a proclamar a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, com o objetivo de reduzir em 50% as de mortes em decorrência de acidentes de trânsito, mediante a formulação e implementação de planos nacionais, regionais e internacionais.

Compartilhando desse entendimento da ONU, o Governo Brasileiro, por meio da Portaria Interministerial nº 2.268, de 10 de agosto de 2010, instituiu a Comissão Nacional Interministerial para acompanhamento do Projeto Vida no Trânsito (Rodovida), que consiste em um grande esforço governamental envolvendo a União, Estados e municípios com o objetivo de reduzir os acidentes e as mortes no trânsito. A integração entre a Casa Civil, Ministérios da Justiça, da Saúde, das Cidades, dos Transportes e os órgãos estaduais e municipais é uma das ações que contribuem para que o Brasil alcance a meta imposta pela ONU. O programa leva em consideração estudos estatístico para direcionar as ações de prevenção, fiscalização, socorro às vítimas de acidentes, bem como as campanhas publicitárias de utilidade pública. Pelo quarto ano consecutivo, a Polícia Rodoviária Federal registrou redução nos índices que medem a violência no trânsito em rodovias federais. A taxa de letalidade caiu cerca de 30% em comparação a 2010. No ano passado foram registrados 168.593 acidentes, que deixaram 100.396 pessoas feridas e levaram a 8.227 óbitos. Em relação ao ano de 2013, esses números representam uma queda de 15,3% na taxa de acidentes, 8,4% no índice de mortalidade e 9,2% no de feridos.

5.3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

- Não houve ocorrência deste item no exercício em análise.

5.3.1. Análise Crítica

- Não há análise a fazer em virtude de não ocorrência do item 5.3.

5.4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	19.790.375,81	13.891.807,54	244.815,87	5.653.752,40
2012	48.639.125,81	16.915.031,60	25.266.983,81	6.457.110,40
2011	1.506.290,61	84.928,79	186.313,07	1.235.048,75
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CGRL/SAAD e DIAFI

5.4.1. Análise Crítica

No âmbito da CGRL, por se tratar de unidade onde, principalmente, se processam pagamentos das despesas, sente-se um impacto quanto à disponibilidade dos recursos financeiros, em face da forma dos cálculos utilizados pelo Tesouro para as novas liberações financeiras. O cálculo dos limites financeiros para determinado exercício levam em consideração os valores a serem liberados para atender os restos a pagar de exercícios anteriores também, pois os valores classificados como restos a pagar podem impactar o atendimento das despesas do exercício corrente.

Os valores referentes a restos a pagar processados e não processados, que figuram nos saldos da UG, são irrelevantes face ao volume de recursos movimentados na conta. Também não se cogita uma argumentação maior sobre o assunto, uma vez que os valores que permanecem nessa situação geralmente são aqueles oriundos de programas específicos, cabendo à unidade competente tomar providências para o bom desempenho no atendimento aos respectivos pagamentos. Além disso, tem sido implantada nesta Pasta política no sentido de extirpar futuras ocorrências dessa natureza.

5.5. Transferência de Recurso

5.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL									
CNPJ: 37115342/0004-00					UG/GESTÃO: 390004/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	677250	UFPA	456.101,23	-	266.101,23	456.101,23	11/12/13	31/07/15	1

Modalidade:		Situação da Transferência:	
1 - Convênio		1 - Adimplente	
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente	
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa	
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído	
		5 - Excluído	
		6 - Rescindido	
		7 - Arquivado	

Fonte: COGEP/SIAFI

Observação: Termo de Cooperação Técnica nº 67750 foi firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competências e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos. O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT.

QUADRO A.5.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP									
CNPJ: 37115342/0004-00					UG/GESTÃO: 390007/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	001/2012	Geap	*	-	36.783.422,00	86.713.144,17	22/08/12	21/08/17	1
-									

LEGENDA

Modalidade:		Situação da Transferência:	
1 - Convênio		1 - Adimplente	
2 - Contrato de Repasse		2 - Inadimplente	
3 - Termo de Cooperação		3 - Inadimplência Suspensa	
4 - Termo de Compromisso		4 - Concluído	
		5 - Excluído	
		6 - Rescindido	
		7 - Arquivado	

Fonte: COGEP/SIAFI

Observação: (*) Geap – Valores pactuados de acordo com remuneração e idade conforme tabela per capita – Portaria/MPOG nº 625/2012.

TABELA 62 – VALOR PER CAPITA A PARTIR DE 1º/01/2013

Faixa de remuneração	Idade									
	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	59 ou mais
Até 1.499,99	121,94	127,69	129,42	134,60	138,62	143,22	154,98	157,44	159,90	167,70
1.500,00 a 1.999,99	116,19	121,94	123,67	127,69	131,72	136,32	147,42	149,76	152,10	159,90
2.000,00 a 2.499,99	110,44	116,19	117,92	121,94	125,97	130,57	139,86	142,08	144,30	152,10

2.500,00 a 2.999,99	105,84	110,44	112,16	116,19	120,22	124,82	133,56	135,68	137,80	144,30
3.000,00 a 3.999,99	100,08	105,84	107,56	110,44	114,46	119,07	127,26	129,28	131,30	137,80
4.000,00 a 5.499,99	90,88	93,18	94,91	95,48	99,51	104,11	105,84	107,52	109,20	111,80
5.500,00 a 7.499,99	87,43	88,58	90,31	90,88	94,91	99,51	100,80	102,40	104,00	106,60
Acima de 7.500,00	82,83	83,98	85,70	86,28	90,31	94,91	95,76	97,28	98,80	101,40

Fonte: Portaria/MPOG nº 625, de 21 de dezembro de 2012.

QUADRO A.5.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA DE POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES - SPNT									
CNPJ: 37115342/0004-00					UG/GESTÃO: 390004/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	03/2012	UFF	1.914.826,19	-	969.172,95	1.914.826,19	27/12/2012	16/12/2014	1
3	01/2013	UFRJ	4.385.256,95	-	2.536.517,54	2.870.331,05	27/11/2013	30/04/2015	1
5	01/2014	UFF	1.989.709,55	-	0,00	0,00	05/12/2014	27/05/2016	1
5	02/2014	UFSC	2.641.675,37	-	0,00	0,00	05/12/2014	31/10/2015	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
5 - Termo de Execução Descentralizada ^(a)	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SPO, SPNT e SIAFI

Observação: ^(a) – Modalidade incluída em razão da publicação do Decreto nº 8.180, de 30/12/2013.

5.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL				
CNPJ:		37115342/0004-00				
UG/GESTÃO:		390004/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						

Termo de Cooperação	01	01	-	266.101,23	190.000,00	-
Termo de Compromisso						
Totais	01	01	-	266.101,23	190.000,00	-

Fonte: CGRL/SIAFI

Observação: Termo de Cooperação Técnica nº 67750 foi firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, para apoio metodológico e realização de mapeamento de competências e avaliação de clima organizacional do Ministério dos Transportes, mediante descentralização de recursos. O responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a COGEP/MT.

QUADRO A.5.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS – COGEP					
CNPJ:	37115342/0004-00					
UG/GESTÃO:	390007/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	01	01	01	36.783.422,00	38.207.865,68	31.318.571,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	01	01	-	36.783.422,00	38.207.865,68	31.318.571,00

Fonte: COGEP/SIAFI

QUADRO A.5.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA DE POLITICA NACIONAL DE TRANSPORTES - SPNT					
CNPJ:	37115342/0004-00					
UG/GESTÃO:	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		01	03	4.233.701,25	2.522.906,75	3.266.349,23
Termo de Compromisso						
Termo de Execução Descentralizada	02			0,00		
Totais	02	01	03	4.233.701,25	2.522.906,75	3.266.349,23

Fonte: SPO/SIAFI

QUADRO A.5.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		SECRETARIA EXECUTIVA – SE				
CNPJ:		37115342/0004-00				
UG/GESTÃO:		390004/00001				
Modalidade	Quantidade e de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		01			15.920.000,00	
Termo de Compromisso						
Totais		01			15.920.000,00	

Fonte: CGRL/SAAD/SIAFI

Observação: O Termo de Cooperação nº 04/2013 é de competência da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/GM/MT, e tem por objeto a elaboração de campanha publicitária com vistas à mudança de atitude da população para prevenção de acidentes nas rodovias durante férias e coibir uso de transportes clandestino para viagens interestaduais. Foi celebrado diretamente pela Secretaria Executiva/MT. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e pela prestação de contas é a ASCOM/GM/MT.

5.5.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.

QUADRO A.5.5.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP				
CNPJ: 37115342/0004-00			UG/GESTÃO: 390007/00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	36.783.422,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	38.207.865,68	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	31.318.571,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: COGEP/SIAFI

5.5.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Posição
31/12/14
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP					
CNPJ: 37115342/0004-00			UG/GESTÃO: 390007/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	36.783.422,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
Montante Repassado (R\$)			-		
2013	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante repassado	38.207.865,68		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
Montante repassado (R\$)		-			
2012	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante Repassado	31.318.571,00		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
Montante Repassado		-			
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: COGEP/SAAD/SIAFI

5.5.5. Análise Crítica

Não ocorreram irregularidades sobre as transferências realizadas por esta UJ no exercício de referência do Relatório de Gestão, mediante convênio ou termo de cooperação.

Ressalte-se que foi incluída a modalidade “Termo de Execução Descentralizada”, em razão da publicação do Decreto nº 8.180, de 30/12/2013, cujo repasse ocorreu de forma regular, conforme previsto no normativo citado.

5.6. Suprimento de Fundos

5.6.1. Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	39004	CGRL/SAAD			08	120.000,00	40.000,00
2013	39004	CGRL/SAAD			06	120.000,00	40.000,00
2012							

Fonte:CGRL/SAAD e SIAFI

5.6.2. Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	390004	CGRL			31	10.980,00	46.086,83	57.066,83
2013	390004	CGRL			34	10.200,82	41.460,83	51.661,65

Fonte:CGRL/SAAD e SIAFI

5.6.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundo

QUADRO A.5.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
390004	CGRL	339030	*	31.803,22
		339039	*	19.808,66

Fonte: CRGL/SAAD e SIAFI

Observação: (*) Subitem da Despesa - vide item 5.6.4. Análise Crítica.

5.6.4. Análise Crítica

Os subitens das despesas não foram detalhados em razão de os valores serem inexpressivos, uma vez que o Ministério dos Transportes se utiliza desses recursos em caso de exceção, para pagamento de despesas de pequeno vulto. Também não houve alteração significativa com gastos de suprimento de fundo em comparação com os anos anteriores.

5.7. Renúncias sob Gestão da UJ

Todas as informações concernentes a este subitem (5.7) estão contempladas no relatório de gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		1288	16	96
1.1. Membros de poder e agentes políticos		01	01	01
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1288	15	110
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		808	00	63
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		115	03	15
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		364	06	17
2. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		125	06	15
4. Total de Servidores (1+2+3)		1413	22	111

Fonte:Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL

OBS: Este quadro conta apenas com os servidores de carreira e não foram contabilizados os empregados públicos.

QUADRO A.6.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	806	320
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	806	320
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	438	209
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	32	83
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	336	28
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	96	29
4. Total de Servidores (1+2+3)	902	349

Fonte:Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL

OBS: Os demais servidores e empregados públicos não enumerados neste quadro, são 121 cedidos e 775 celetistas com exercício em outros Órgãos.

QUADRO A.6.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	376	365	70	71
1.1. Cargos Natureza Especial	-	2	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	363	68	69
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	121	22	34
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	55	13	8
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	73	-	2
1.2.4. Sem Vínculo	-	109	28	25
1.2.5. Aposentados	-	5	5	-
2. Funções Gratificadas	334	326	49	8
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	325	49	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	710	691	119	79

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL

Neste quadro apresentamos os dados dos Cargos Comissionados do Ministério dos Transportes autorizados pelo Regimento Interno, somado aos 42 DAS`s da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, sendo 1 (um) ocupado por servidor do quadro permanente deste Ministério, 24 requisições de outros órgãos e 17 sem vínculo com a Administração.

Há 214 FG`s autorizadas, sendo que, atualmente, 206 estão ocupadas $FG01=61+FG02=63+FG03=82+120FCT$,s autorizadas para o Órgão e todas ocupadas, conforme quadro abaixo:

TABELA 63 – RESUMO DO QUANTITATIVO DE FCTs OCUPADOS E VAGOS

Resumo do Quantitativo de FCT,s Ocupados e Vagos		
	Ocupados	Vagos
FCT 01	2	0
FCT 07	16	0
FCT 09	67	0
FCT 10	5	0
FCT 11	30	0
Total	120	0

6.1.1.1 Análise Crítica

Nesse contexto, o Ministério dos Transportes, órgão centenário e de projeção nacional, cuja missão, competências básicas e macroprocessos por si só denotam sua vital importância no cenário das políticas públicas governamentais da área de infraestrutura viária e no desenvolvimento socioeconômico do Estado, encontra-se com o quadro de pessoal extremamente precário para fazer frente as suas obrigações institucionais, tanto por carência de renovação do perfil profissional, quanto por falta de recomposição oportuna da força de trabalho evadida ao longo dos últimos 25 anos, devido ao fato de que desde 1987 terem ocorrido somente duas oportunidades de ingressos de servidores mediante concurso publico: em 1994 e em 2010. Sendo que neste último caso, além de ter sido autorizado quantitativo muito aquém da necessidade do órgão e do que foi solicitado, ou seja, apenas o provimento de 170 (cento e setenta) vagas, 81 (oitenta e uma) já se encontram desprovidas em função da evasão de pessoal.

Este grande lapso de tempo decorrido desde 1987 até os dias atuais, sem o ingresso suficiente de novos servidores para suprir as vacâncias e assumir trabalhos fruto da expansão das atividades desta Pasta, ensejou várias providências emergenciais, porém paliativas. Dentre essas, podemos mencionar a utilização dos cargos comissionados para atrair pessoal externo especializado para prestação de serviços técnicos nas áreas de atividades fins, gerando, naturalmente, dificuldades nas atividades gerenciais; a contratação de mão de obra semiespecializada e especializada através de empresas de prestação de serviços terceirizados. Estas providências, no entanto, além de criarem algumas distorções administrativas indesejáveis, não resolvem o gritante problema de falta de pessoal efetivo, pois, conforme dados constantes do quadro denominado SITUAÇÃO DE VÍNCULO, adicionam juntas, aproximadamente 45% do efetivo necessário à recomposição da força de trabalho.

Além das providências mencionadas, esforços gerenciais também têm sido feitos no sentido da otimização do trabalho com vistas a garantir o melhor desempenho possível em meio a essas condições, porém, a situação se apresenta cada vez mais difícil, à medida em que a cada ano que passa mais se fragiliza o quadro de pessoal efetivo desta Pasta, conforme poderá ser constatado no quadro e evolução funcional dos últimos cinco anos.

Exemplo notório do estrangulamento das atividades na Área Administrativa podemos citar a da própria unidade de pessoal, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, que, ao longo dos anos, assimilou um passivo de pessoal de 55 (cinquenta e cinco) órgãos e entidades extintas, em algum momento vinculados ao Ministério dos Transportes, administrando hoje cerca de 118.000 cadastros funcionais, dos quais aproximadamente 78.000 geram efetivamente processamentos mensais na COGEP, e se referem, essencialmente, a aposentados e pensionistas. Cabendo registro de que não houve proporcional acréscimo de sua força de trabalho para atender essa nova demanda. Além desse volume de trabalho, tal Unidade ocupa-se ainda da instrução de uma média mensal de 300 processos oriundos do Poder Judiciário, Procuradoria Geral da República, Polícia Federal, Órgãos de Controle e da Advocacia-Geral da União, relativos à concessão e revisão de vencimentos, vantagens, aposentadorias e pensões.

Mencionamos aqui a COGEP como exemplo das dificuldades operacionais decorrentes da falta de pessoal, no entanto, como órgão responsável pela administração e desenvolvimento de recursos humanos no âmbito do Ministério dos Transportes, esta tem acompanhado que tal dificuldade se faz presente em todas as demais unidades organizacionais desta Pasta, pois situações não menos dramáticas vivem as Secretarias finalísticas que com equipe técnica reduzida têm de acompanhar e supervisionar o grande vulto de obras e ações do PAC executadas pelas entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes.

Outra grande preocupação que temos e que aconselha a realização urgente do Concurso é a previsão de aposentadorias para este ano e os anos futuros, conforme demonstrado mais adiante, especialmente para 2014, ano em que do MT já dispor de 323 (trezentos e vinte e três) servidores percebendo abono de permanência, ou seja, o órgão poderá perder **38,5%** de seus servidores efetivos em curtíssimo prazo.

Além do que, 606 dos 841 servidores que compreende o quadro de pessoal efetivo deste órgão estão concentrados em faixa etária acima de 50 anos, tendo como média geral a idade de 54 anos. O que indica um quadro funcional desgastado e pouco oxigenado.

Assim, não resta dúvida de que a solução para esse quadro não é outra senão a realização de Concurso Público, mediante o qual serão selecionados profissionais qualificados que, após serem submetidos a um treinamento introdutório, iniciarão suas carreiras neste Ministério.

Diante do exposto, faz-se urgente a realização de Concurso Público com vistas à adequação da força de trabalho deste Ministério às suas necessidades, de forma que esta Pasta possa desempenhar a contento sua nobre missão. O Ministério dos Transportes tem envidado esforços junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando à elaboração de concurso público para suprir deficiência ora mencionada, conforme solicitação formulada no Aviso nº 48/2014/GM-MT, de 30/5/2014 e para cuja concretização manteve articulações junto ao citado Ministério.

TABELA 64 - QUANTIDADE DE VAGAS NECESSÁRIAS PARA COMPLEMENTO DE FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE ORGANIZACIONAL

UNIDADES ORGANIZACIONAIS CARGOS (MEDIDA PROVISÓRIA Nº11. 537/2006)	GM	SE	CONJUR	SAAD	SPO	SFAT	SEGES	SPNT	TOTAIS POR CARGOS
NÍVEL SUPERIOR									
Administrador	5	3	1	10	3				22
Analista de Sistemas				31					35
Analista Técnico Administrativo	15	13	3	136	3			5	175
Arquiteto				1			6	1	8
Arquivista	3			6				1	10
Bibliotecário			1	1					2
Contador		5		5	7		3		20
Economista					3			2	5
Engenheiro	2	15		1			56	10	84
Estatístico				3			3	2	8
Geógrafo								4	4
Médico				3					3
Odontólogo				2					2
Psicólogo				3					3
Técnico em Assuntos Educacionais				1					1
Técnico em Comunicação Social	10	1							11
TOTAL	35	37	5	203	16	0	68	25	389
NÍVEL INTERMEDIÁRIO									
Agente Administrativo	20	10	9	187	4	3		3	236
Auxiliar de Enfermagem				2					2
Desenhista				2				2	4
Programador				10					10
Agente de Higienização e Segurança do Trabalho				1					1
Técnico de Contabilidade				1	2				3
TOTAL POR ÁREA	20	10	9	203	6	3	0	5	256
TOTAL NÍVEL SUPERIOR:389									
TOTAL NÍVEL INTERMEDIÁRIO:256									
TOTAL GERAL: 645									

Não resta dúvidas de que a técnica mais apropriada para o fiel dimensionamento da força de trabalho de uma instituição parte de prévio mapeamento de competências e de seus processos de trabalho. Todavia, é cediço que no âmbito dos órgãos da administração pública federal **direta** a incorporação da ideia e a conseqüente implantação de tais preceitos como ferramentas de gestão

ainda estão muito incipientes, diferente do que já acontece, por exemplo, com as autarquias especiais que foram criadas sob uma nova visão gerencial.

Não obstante, o Ministério dos Transportes, órgão de práticas e costumes seculares, tem buscado modernizar suas práticas de gestão. Para tanto, ainda no exercício de 2013 elaborou e editou seu mapa de objetivos estratégicos, e gradativamente tem adotado novas iniciativas que convergem para a consecução de tais objetivos. Dentre estas, neste ano de 2014, as de mapeamento de competências e de processos de trabalho. Entretanto, ambas ainda muito inaugurais, uma vez que foram recentemente iniciadas, cujo cronograma para término adentra o exercício de 2015.

PREVISÃO DE APOSENTADORIAS

O quadro abaixo demonstra a estimativa de ocorrências de aposentadorias de servidores efetivos, tanto no exercício de 2014 quanto nos três anos subsequentes, à vista dos dados de tempo de serviço e idade constantes do SIAPE. Frise-se que no exercício de 2014 estão sendo considerados, exclusivamente, os servidores que já percebem o Abono de Permanência. O que indica que em curtíssimo prazo, o Ministério pode ter seu quadro de pessoal efetivo reduzido em **38,5%**.

TABELA 65 – ESTIMATIVA DE OCORRÊNCIAS DE APOSENTADORIAS

ANO	QUANTIDADE DE SERVIDOR	Percentual de Redução (acumulado)
2014	323	38,5%
2015	18	40,5
2016	21	43%
2017	36	47,3%
Total	398	47,3%

Fonte: SIAPE-Maio/2014

6.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.1.2 - PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – PQVT 2014

AÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Curso de Pintura	mar/14	23
PROEB	Fev./Março/2014	174
Palestra - Ergonomia no Ambiente de Trabalho	12 de março de 2014	25
Mapeamento de Competências	11 de abril de 2014	207
Oficina de Flores e Caixas Decorativas	15 de abril de 2014	21
Grupo de Prevenção do Stress	27 de maio de 2014	11
Grupo de Teatro Institucional	04 de junho de 2014	9

Palestra - Assédio Moral	04 de agosto de 2014	44
Palestra - Prevenção do Câncer de Mama e Próstata	05 de agosto de 2014	16
Oficina de Enfeites natalinos	23/outubro de 2014	5
Encontro de Integração Natalina	17/dezembro de 2015	129

Fonte: SAAD/COGEP

Das 15 ações previstas para 2014 no Programa Qualidade de Vida, 11 foram realizadas, representando 73,3% da meta estipulada para o exercício.

Das ações realizadas pela Divisão de Treinamento e Capacitação há também a realização por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno – SIADRI, do 5º Ciclo de Avaliação de Desempenho para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE. O período avaliado compreendeu o intervalo de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e as avaliações foram preenchidas entre 12 de novembro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, quando foram avaliados 676 servidores, da seguinte forma: 330 lotados na sede do MT, 90 nos 14 Núcleos de Recursos Humanos, 14 no Programa Passe Livre (edifício do DNIT), 138 em 17 unidades do Departamento da Marinha Mercante, 69 cedidos e 35 em exercício provisório, distribuídos no DNIT, ASFRA e RFFSA.

Foi realizado ainda, por esta Divisão, também por meio do Sistema SIADRI, o 2º Ciclo de Avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos – GDACE, no período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014 com avaliações preenchidas entre 27/11/2014 e 19/12/2014, que totalizaram 23 servidores avaliados, desses 18 lotados estão em exercício no MT e 5 se encontram cedidos a outros órgãos.

6.1.3. Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014		320.677,56	26.723,13	-	59.352,39	-	-	-	-	406.753,08
	2013		320.677,56	26.723,13	-	-	-	-	-	-	347.400,69
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	51.768.395,94	63.787,68	29.504.693,81	3.710.570,94	10.350.930,62	38.950.775,31	412.252,36	16.936,44	60.390,26	99.349.064,91
	2013	52.153.100,90		26.931.339,95	3.610.001,76	9.638.813,90	21.608.389,82	326.521,57	157.793,55	35.339,12	114.461.300,57
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	4.699.583,40		391.631,95							5.091.215,35
	2013	4.414.149,60		367.845,80							4.481.995,40

Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	6.066.631,16	-	549.592,54	-	-	-	-	-	-	6.616.223,70
	2013	13.605.727,07	1.117.018,15	-	-	-	-	-	-	-	14.722.745,22
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2013	197.202,09	-	15.664,31	19.398,19	13.500,54	9.978,78	-	-	-	255.743,91
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Serviço de cálculo de Remuneração – SECR

6.1.4. Irregularidades na área de pessoal

6.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O controle das ocorrências de acumulação indevida de cargos é feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio de cruzamento de dados entre os Órgãos federais, estaduais e municipais. No exercício de 2014 não houve caso de acumulação indevida de cargo neste Ministério.

6.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Inexiste terceirização irregular de cargos.

6.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Dificuldade de acesso ao cadastro de servidores/empregados da extinta Rede Ferroviária Federal em Liquidação - RFFSA e extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, prejudicando a conclusão de pedidos de concessão/revisão de benefícios e a prestação de informações, em tempo hábil, ao Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria - Geral da União – CGU, Advocacia-Geral da União – AGU e Justiça em geral.

Baixa remuneração das carreiras de base do Poder Executivo faz com que os servidores admitidos permaneçam por pouco tempo neste órgão, fazendo com que não se tenha para quem transferir a base de conhecimento do órgão, ou seja, os servidores mais antigos se aposentam e a bagagem de conhecimento dos mesmos é repassada para mão de obra composta de estagiários e terceirizados, cuja presença no serviço público é temporária, agravando mais ainda os problemas do órgão.

6.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

TABELA 66 – INDICADORES GERENCIAIS – RECURSOS HUMANOS

Objetivo Unidade	Indicador	Coordenação	Responsável	Frequência	Unid.	Fórmula / Cálculo		2014			2015			
								2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T
Garantir Ambiente Organizacional propício - motivação, transversalidade e comunicação interna	Servidores com auxílio alimentação	COAD	DIBEN (Márcia / Vladimir)	Trimestral	Nº	Quantidade Servidores com auxílio alimentação	Meta				4835	4835	4835	4835
							Realizado	4877	4828	4817				
	Servidores com auxílio transportes	COAD	DIBEN (Márcia / Vladimir)	Trimestral	Nº	Quantidade Servidores com auxílio transportes	Meta				3686	3686	3686	3686
							Realizado	3739	3690	3658				
	Servidores com assistência pré-escolar	COAD	DIBEN (Márcia / Vladimir)	Trimestral	Nº	Quantidade Servidores com assistência pré-escolar	Meta				172	172	172	172
							Realizado	181	172	168				
	Servidores com auxílio-saúde	COAD	DIBEN (Márcia / Vladimir)	Trimestral	Nº	Quantidade de Servidores com auxílio-saúde	Meta				553	553	553	553
							Realizado	525	525	1160				
	Programa qualidade de vida	COAD	DITC (Marina)	Trimestral	Nº	Quantidade de ações de qualidade de vida (ex: palestras, seminários etc.)	Meta	3	4	5	3	4	4	4
							Realizado	3	3	2				
	Porcentagem de servidores capacitados	COAD	DITC (Marina)	Trimestral	%	Porcentagem atendida dos cursos de capacitação requeridos pelos servidores	Meta				92%	92%	92%	92%
							Realizado	90%	90%	90%				
	Atendimentos Médicos	COAD	SAMS (Carina)	Trimestral	Nº	Quantidade de atendimentos médicos realizados	Meta				647	647	647	647
							Realizado	519	764	653				
Licenças Homologadas	COAD	SAMS (Carina)	Trimestral	Nº	Quantidade de licenças homologadas	Meta				198	198	198	198	
						Realizado	136	256	199					
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Tempo de análise do processo de Aposentadoria	COAD	SEREF (Josefa)	Trimestral	Tempo (dias)	Média aritmética do quantitativo apurado entre as a Data de Entrada e Saída dos Processos	Meta	3	3	3	2	2	2	2
							Realizado	5	4	4				
	Tempo de análise do processo de abono de permanência	COAD	SEREF (Josefa)	Trimestral	Tempo (dias)	Média aritmética do quantitativo apurado entre as a Data de Entrada e Saída dos Processos	Meta	3	3	3	3	3	3	3
							Realizado	5	6	5				

Coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com cadastro funcional, concessão e revisão de aposentadorias e pensões	Atendimento de diligências da SFC/CGU e TCU.	COAP	COAP (Bráulio) DIVAP e DICOP	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	90%	90%	90%	92%	92%	92%	92%
							Realizado	90%	90%	90%				
	Informações prestadas à Justiça e Órgãos afins	COAP	COAP (Bráulio) DIVAP e DICOP	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	90%	90%	90%	92%	92%	92%	92%
							Realizado	100%	100%	100%				
	Atendimento de Trilhas de Pessoal da CGU	COAP	COAP (Bráulio, José Paulo, Maria Helena, Emerson, Rafael) DIVAP e DICOP	Semestral	%	Percentual do atendimento das trilhas de pessoal da CGU (aposentadoria e pensão)	Meta	65%	65%	65%	70%	70%	70%	70%
							Realizado	55%*	55%*	55%*				
	Processos concluídos de concessão de pensão	COAP	DICOP(Emerson)	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	81%	81%	81%	82%	82%	82%	82%
							Realizado	83,35%	83,35%	83,35%				
	Processos concluídos de concessão de Aposentadoria	COAP	DIVAP (José Paulo Cordeiro)	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	82%	82%	82%	84%	84%	84%	84%
							Realizado	100%	100%	100%				
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Quantidade de Processos	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Nº	A - B <= 0 (A = quantidade de processos que entram no setor; B= quantidade de processos que saem da DICAP)	Meta				<10	<11	<12	<13
							Realizado	13	8	8				
	Tempo de permanência dos Processos na	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Nº	A - B = X (A = data em que o processo	Meta				<10	<10	<10	<10

	Divisão					entrou no setor; B= data que o processo foi finalizado)	Realizado	8,6	8,2	8,6					
Coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas à manutenção e controle da folha e prestar informações e orientações em processos, referentes a demandas administrativas e judiciais, relativas ao pagamento de aposentados e de pensionistas	Análise de documentos e processos aposentados e de pensionistas	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	90%	90%	90%	92%	92%	92%	92%	
							Realizado	90%	90%	90%					
	Análise e revisão das informações a serem prestadas Justiça, TCU e Órgãos afins	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Percentual de documentos e processos recebidos e analisados	Meta	90%	90%	90%	92%	92%	92%	92%	
							Realizado	100%	100%	100%					
	Subsídio a Central de Relacionamento	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Subsídio ao atendimento da demanda da Central de Relacionamento relativa a pagamento de aposentados e de pensionistas	Meta	65%	65%	65%	70%	70%	70%	70%	
							Realizado	55%	55%	55%					
	Acompanhamento das situações de reversão de créditos de aposentados e de pensionistas	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Mensal	%	Quantitativo de reversões de créditos elaboradas	Meta	82%	82%	82%	84%	84%	84%	84%	
							Realizado	80%	85%	82%					
	Atendimento de Trilhas de Pessoal da Controladoria Geral da União	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Mensal	%	Percentual de trilhas atendidas	Meta	82%	82%	82%	84%	84%	84%	84%	
							Realizado	100%	100%	100%					
	Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Quantidade Pag. De Exercícios Anteriores - Aposentados	COPAP	SECAP (Iva)	Mensal	Nº	Quantidade de processos que resultaram em Pag. De Exercícios Anteriores - Aposentados	Meta				15	14	13	12
								Realizado	18	18	19				
Manutenção da Folha de Pagamento		COPAP	SECAP (Iva)	Mensal	Nº	Quantidade de Revisão de	Meta				80	80	80	80	

	Reversão de Créditos - Aposentados	COPAP	SECAP (Iva)	Mensal	Nº	Proventos Quantidade de Reversão de Crédito elaborada	Realizado	74	74	73					
							Meta				365	370	375	380	
	Pagamento de Auxílio Funeral	COPAP	SECAP (Iva)	Mensal	Nº	Quantidade de Pagamento de Auxílio Funeral	Realizado	360	360	360					
							Meta				345	348	350	352	
	Quantidade de Pag. De Exercícios Anteriores - Pensionistas	COPAP	SEPEN (Lucas)	Mensal	Nº	Quantidade de processos que resultaram em Pag. De Exercícios Anteriores - Pensionistas	Realizado	40	40	40					
							Meta				44	44	44	44	
	Reversão de Créditos - Pensionistas	COPAP	SEPEN (Lucas)	Mensal	Nº	Quantidade de Reversão de Crédito elaborada	Realizado	249	250	250					
							Meta				265	270	275	275	
	Receber, Incluir e acompanhar demandas judiciais	Processos Concluídos	COTEC	Divisão de Assuntos Técnicos Judiciais (Elaice)	Mensal	%	nº de processos despachados / nº de processos recebidos) * 100	Realizado	106,63%	125,02%	98,86%				
								Meta				100%	100%	100%	100%
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Quantidade de Processos	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Daniel)	Mensal	Nº	A - B >= 0 (A = quantidade de processos que saem do setor; B= quantidade de processos que entram no SEAINF)	Realizado	0	0	13					
							Meta				-13	0	0	0	
	Tempo de permanência dos Processos no Setor	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Daniel)	Mensal	Tempo (dias)	A - B = X (A = data em que o processo entrou no setor; B= data que o processo saiu do setor ou foi concluído)	Realizado	12	12	14					
							Meta				10	10	10	10	

6.2. Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

6.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

QUADRO A.6.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL														
UG/Gestão: 39004/0001							CNPJ: 37.115.342/0004-00							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	49/2009	00.478.727/0001-89	14/10/2009	13/10/2014								E
2012	V	O	12/2012	03.602.646/0001-37	21/05/2012	20/05/2014	54	54						A
2014	L	O	38/2014	00.478.727/0001-89	14/10/2014	13/10/2015	52	52						A
Observações: O contrato nº 38/2014 –MT possui 52 funcionários com nível de escolaridade não exigível														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: SAAD/CGRL

6.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários do Órgão

QUADRO A.6.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRL														
UG/Gestão:390004/00001							CNPJ:37.115.342/0004-00							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	17/2009	26.413.146/0001-52	31/03/2009	30/03/2014								E
2009	9	O	21/2009	02602476/0001-67	01/06/2009	31/05/2014								E
2009	3	O	39/2009	38056404/0001-70	29/07/2009	28/07/2014								E
2009	3	O	40/2009	38056404/0001-70	29/07/2009	28/07/2014								E
2009	12	O	52/2009	01644731/0001-32	15/09/2009	14/09/2014								E
2009	4	O	55/2009	04.248.842/0001-18	01/12/2009	30/11/2014								E
2010	10	O	16/2010	10.811.374/0001-40	07/05/2010	06/05/2015	18	18						A
2010	8	O	29/2010	08.454.128/0001-37	23/08/2010	22/08/2015			1	1				A
2010	8	O	42/2010	03.015.651/0001-43	25/10/2010	24/10/2015	4	4						A
2010	12	O	54/2010	26.413.146/0001-52	06/12/2010	05/12/2015	10	10	11	11	37	37		A
2011	12	O	02/2011	26.413.146/0001-52	20/01/2011	19/01/2015			4	4	9	9		P
2011	8	O	06/2011	26.413.146/0001-52	28/02/2011	27/02/2015			79	79	25	25		P
2011	12	O	13/2011	14.355.750/0001-90	09/05/2011	08/05/2015	4	4	1	1	1	1		P
2012	2	O	34/2012	04.248.842/0001-18	01/11/2012	02/05/2015	28	28						P
2012	7	O	39/2012	07.402.534/0001-93	10/12/2012	09/12/2015			1	1	11	10		P
2013	11	O	04/2013	06.090.065/000-51	01/03/2013	19/05/2014								E
2014	11	O	22/2014	08.139.629/0001-29	20/05/2014	05/01/2015								E
2014	9	O	23/2014	26.415.117/0001-20	02/06/2014	01/02/2015	14	14						P
2014	3	O	27/2014	05.085.461/0001-28	01/10/2014	30/09/2015			2	2	20	17		P
2014	3	O	28/2014	10.682.187/001-04	01/10/2014	30/09/2015			8	8	4	4		P
2014	7	O	32/2014	38.036.000/0001-14	17/09/2014	16/09/2015			2	2				P

2014	12	O	35/2014	01.644.731/0001-32	26/09/2014	25/09/2015			150	150			P
2014	4	O	40/2014	02.843.359/0001-56	01/12/2014	30/11/2015	33	33					P
2015	11	O	01/2015	03.873.484/0001-71	06/01/2015	05/01/2016			72	50	50	36	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de contrato

6.2.3. Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2

Os contratos para prestação de serviços de limpeza e higiene, assim como para vigilância ostensiva, têm apresentado gestão satisfatória, não tendo sido registradas dificuldades relacionadas a interrupções na prestação dos serviços, tampouco foi evidenciada a ausência de pagamento de verbas trabalhistas por parte das empresas contratadas.

A locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários do Órgão ocorre dentro da normalidade esperada, em estreita observância à legislação pertinente, não tendo sido observadas quaisquer dificuldades relevantes ou insanáveis na condução dos respectivos contratos.

6.2.4. Contratação de Estagiários

QUADRO A.6.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	114	111	109	113	R\$ 902.505,69
1.1 Área Fim	20	21	21	28	R\$ 182.931,22
1.2 Área Meio	94	89	87	85	R\$ 719.574,47
2. Nível Médio	158	164	160	145	R\$ 820.276,95
2.1 Área Fim	51	49	45	41	R\$ 244.644,00
2.2 Área Meio	107	115	115	103	R\$ 575.632,94
3. Total (1+2)	272	275	269	257	R\$ 1.722.782,64
Análise Crítica					

Fonte: Divisão de Treinamento e Capacitação – DITC.

O Programa de Estágio do Ministério no exercício de 2014 possibilitou a realização de 384 contratações, com 66 desistências, o que resultou em 318 novos estagiários. Houve, ainda, 288 desligamentos, desses 168 a pedido dos estagiários, 69 por conclusão do período de estágio e 51 por

interesse da administração, em razão das ocorrências de inassiduidade habitual, ou desempenho insatisfatório de acordo com informações dos supervisores de estágio.

6.3. Situação Econômica Financeira dos Contratos Vigentes e Vencidos Beneficiados com a Desoneração.

6.3.1. Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Como atividade inicial, foi aberto o processo 50000.002951/2014-03 com a documentação relacionada abaixo, para que a Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes avaliasse a questão e recomentasse as diretrizes a serem tomadas.

- Ofício 37211/DITRA/DISFC/CGU-PR
- Formulário de atendimento encaminhando dúvida de legislação ao sítio do Compras Net para esclarecimento do assunto
- Respostas da equipe “Compras Net.normas” informando que os órgãos e entidades deveriam aguardar a manifestação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI com as medidas necessárias a revisão dos contratos
- Memorando 52/2013-DIAC/COEX/CGRL/SAAD/MT, solicitando a prorrogação do prazo de resposta, haja vista a complexidade do caso vertente, junto a secretaria Federal de controle Interno
- Cópia da Lei 12.546, de 14/12/2011
- Cópia do decreto 7.828, de 16/10/2012
- Orientações da SLTI acerca do acórdão 2859/2013-TCU que trata da desoneração contratual
- Cópia do Ofício 487/2013-SAAD/SE/MT, em resposta a Secretaria Federal de Controle Interno
- Despacho da DIAC submetendo a questão a CONJUR
- Parecer 52/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJA/rc: cumpre registrar que, de acordo com as prescrições do Decreto 7.828, de 16/10/2012, os períodos e alíquotas indicados pela planilha elaborada pela Divisão de Atos e Contratos parecem corretos, especificamente os contratos indicados como serviços de tecnologia da informação – TI ou de tecnologia da informação e comunicação – TIC; destacou que o presente aditivo formaliza ato administrativo que impõe a revisão econômica do contrato administrativo, através de reequilíbrio econômico (álea extraordinária), não se caracterizando como aditivo de supressão.

Importante registrar que todo o trâmite do referido processo de desoneração utilizou como metodologia a Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o Decreto 7.828, de 16/10/2012 e as orientações da SLTI acerca do acórdão 2859/2013-TCU.

Por fim, salientamos que todos os Contratos relacionados no quadro detalhado no item 6.3.3 abaixo já estavam vencidos em dezembro de 2014 e, portanto, os valores a serem ressarcidos à União deverão ser formalizados por intermédio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

6.3.2. Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Não ocorreu qualquer obtenção de ressarcimento até a presente data. Providências vêm sendo adotadas a respeito, conforme mencionado no subitem 6.3.3.

6.3.3. Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

O quadro abaixo relaciona os contratos firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento:

QUADRO A.6.3.3 – CONTRATOS BENEFICIADOS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA

Contrato	Empresa	Contratante	CNPJ/CONTRATANTE	Objeto	Vigência	Redução de valor	Valor Ressarcido	Valor a ressarcir
38/2009	IOS Informática Organização e Sistemas s.a	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção dos sistemas de informação e de sítios web do MT	28/08/2009 a 09.07.2013	78.078,75	-----	78.078,65
39/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção da Infraestrutura do Ambiente de Tecnologia da Informação do MT	29/07/2009 a 28.07.2014	530.817,87	-----	530.817,87
40/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Serviço de Atendimento e Suporte aos Usuários do MT (HELP DESK)	29/07/2009 a 28/07/2014	161.865,84	-----	161.865,84
35/2012	BASIS Tecnologia da Informação	CGTI	11.777.162/0001-57	Desenvolvimento de novos sistemas e manutenção dos sistemas de informação do MT, no modelo de fábrica de Software, compreendendo a elicitação de requisitos, análise, projeto, codificação, testes, documentação, implantação, configuração e treinamento, limitado ao quantitativos máximo de 15.908(quinze mil)	01/11/2012 a 31/10/2013	Em apuração	-----	Em apuração
52/2009	CTIS Tecnologia S.A	CGRH	01.644.731/0001-32	Central de relacionamento, nas modalidades receptivo, contemplando a disponibilização por parte da contratada, de infraestrutura de rede e equipamentos de informática, sistema de gestão de relacionamento, telefonia e engenharia de telecomunicações, equipamento da plataforma....	15/09/2009 a 14/09/2014	637.675,01	-----	637.675,01

Fonte: SAAD/CGRL

SITUAÇÃO ATUAL DE CADA PROCESSO:

- Processo nº 50000.028070/2014-12: encaminhado Ofício nº 25/2015-CGRL/SAAD/MT, e Guia de Recolhimento da União – GRU no valor de R\$ 78.078,65, (setenta e oito mil e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) à empresa Informática Organização e Sistema S.A – IOS - , referente ao contrato 38/2009. Processo em fase de encaminhamento a CONJUR/MT, com vistas as medidas judiciais considerando esgotadas as providências administrativas;
- Processo nº 50000.028072/2014-01: encaminhado Ofício nº 25/2015-CGRL/SAAD/MT, e Guia de Recolhimento da União – GRU no valor de R\$ 530.817,87 (quinhentos e trinta e oitocentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos) à empresa Informática Organização e Sistema S.A – IOS - , referente ao contrato 39/2009. Processo em fase de encaminhamento a CONJUR/MT, com vistas as medidas judiciais considerando esgotadas as providências administrativas;
- Processo nº 50000.028071/2014-59: encaminhado Ofício nº 25/2015-CGRL/SAAD/MT, e Guia de Recolhimento da União – GRU no valor de R\$ 161.865,84 (cento e sessenta e um mil oitocentos e oitenta e quatro centavos) à empresa Informática Organização e Sistema S.A – IOS - , referente ao contrato 40/2009. Processo em fase de encaminhamento a CONJUR/MT, com vistas as medidas judiciais considerando esgotadas as providências administrativas;
- Processo nº 50000.028073/2014-48: atendendo orientação da CONJUR/MT, foi encaminhado Ofício 372/2014-CGRL/SAAD/SE/MT, de 15 de dezembro de 2014, solicitando ao IBAMA cópia da documentação referente ao Registro de Preços 07/2011-IBAMA para subsidiar o procedimento dos cálculos dos valores a serem ressarcidos ao Ministério. Estamos no aguardo de resposta daquele órgão para a continuidade dos trabalhos juntos ao contrato 35/20012 firmado com a empresa Tecnologia da Informação S.A - BASIS;
- Processo nº 50000.028074/2014-92: encaminhado Ofício nº 25/2015-CGRL/SAAD/MT, e Guia de Recolhimento da União – GRU no valor de R\$ 637.675,01 (seiscentos e trinta e sete mil e seiscentos e setenta e cinco reais e um centavo) a empresa CTIS Tecnologia S.A - referente ao contrato 52/2009. A pedido da empresa, foi concedido prazo de 20 dias corridos para que a mesma analise os cálculos apresentados pelo Ministério e se manifeste.

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação que dispõe sobre o uso da frota oficial: Lei 1.081/1950; Decreto 6.403/2008 e a Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008.

TABELA 67 - VEÍCULOS COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO POR GRUPO

Item	Marca	Modelo	Ano	Placa	Patrimônio	Renavan	Chassi	Grupo
Grupo I - Veículos de Representação								
01	Ford	Fusion	2008	JGC-1421	037484	973269030	3FAHP08Z68R2348111	G- I
02	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1541	039.776	196689619	9BD110586A1523017	G- I
							Total	02
Grupo III - Veículos de Transporte Institucional								
01	GM	Omega	1998	JFP- 4491	018314	711137404	6G1VX69TXWL378317	G-III
02	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1531	039.772	196686750	9BD110586A1522982	G-III
03	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1551	039.775	196690986	9BD110586A1522993	G-III
04	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1571	039.773	196622646	9BD110586A1522978	G-III
05	Fiat	Fiat Linea	10/10	JJU-1611	039.774	197710018	9BD110586A1522986	G-III
06	Renault	Megane	05/06	JKH-5671	033029	873325117	8 A1LA1D356L650565	G-III
07	Ford	Focus guia	2003	JFP-8095	028194	818023120	8AFCZZFFC4J324593	G-III
08	Ford	Focus guia 2.0lfc	05/06	JKH-4551	033025	870784633	8AFFZZFFC6J464597	G-III
							Total	08
Grupo IV - Veículos de Serviço Comuns								
01	Fiat	Fiat Doblo	10/10	JJU-1561	039.771	196557232	9BD119205A1065054	G-IV
02	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JJU-0071	039.763	190868600	9BFZF54P8A8491663	G-IV
03	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JJU-0081	039.761	190867639	9BFZF54P6A8491807	G-IV
04	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8962	039.758	183778499	9BFZF54P3A8491652	G-IV
05	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8972	039.762	183781082	9BFZF54P8A8491615	G-IV
06	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8982	039.760	183788672	9BFZF54P6A8491581	G-IV
07	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-8992	039.749	183717040	9BFZF54PXA8491616	G-IV
08	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9002	039.755	183740343	9BFZF54P2A8491657	G-IV
09	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9012	039.753	183763998	9BFZF54P1A8491617	G-IV
10	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9022	039.751	183766040	9BFZF54P0A8491558	G-IV
11	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9032	039.757	183775180	9BFZF54P3A8491649	G-IV
12	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9762	039.752	183854608	9BFZF54P0A8491656	G-IV
13	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9772	039.750	183855191	9BFZF54PXA8491650	G-IV
14	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9782	039.754	183855957	9BFZF54P1A8491651	G-IV
15	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9792	039.764	183858530	9BFZF54P9A8491803	G-IV
16	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9802	039.756	183856520	9BFZF54P2A8491805	G-IV
17	Ford	Fiesta Sedan	09/10	JHG-9812	039.759	184971756	9BFZF54P4A8491806	G-IV
18	GM	Corsa Sedan	04/05	JFQ-0765	030.137	845060880	9BGSA19E05B178579	G-IV
19	VW	Caminhão	06/07	JFO-2169	034.229	905311620	9BWA952P97R706266	G-IV
20	Citroen	Jumper	13/14	OVQ-6082	048.785	00690766122	935ZBWMME2127905	G-IV
							Total	20
TOTAL GERAL								30

TABELA 68 - MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS

GRUPOS	Quantidade de veículos	Somatório de KM rodados em 2014	Media anual de KM rodados
Grupo I - Veículos de Representação	02	16084	8.042
Grupo III - Veículos de Transporte Institucional	08	81.103	10.137,87
Grupo IV - Veículos de Serviço Comuns	20	231.579	11.578,95
TOTAL	30	328.766	10.958,87

TABELA 69 - IDADE MÉDIA PONDERADA DA FROTA POR VEÍCULO ATÉ 2014 POR GRUPO

GRUPO I					
Veículos	Ano de Fabricação			Total de Veículos	Idade Média
	2008	2010	2014		
Fusion	1	-	-	1	6
Linea	-	1	-	1	4
Total	1	1	-	2	5

GRUPO III							
Veículos	Ano de Fabricação					Total de Veículos	Idade Média
	1998	2003	2005	2010	2014		
Omega	1	-	-	-	-	1	16
Focus	-	1	1	-	-	2	10
Megane	-	-	1	-	-	1	9
Linea	-	-	-	4	-	4	4
Total	1	1	2	4	-	8	7,625

GRUPO IV								
Veículos	Ano de Fabricação						Total de Veículos	Idade Média
	2004	2006	2009	2010	2013	2014		
Corsa-Sedan	1	-	-	-	-	-	1	10
Fiesta Sedan	-	-	16	-	-	-	16	5
Caminhão	-	1	-	-	-	-	1	8
Doblo	-	-	-	1	-	-	1	4
Jumper-Van	-	-	-	-	1	-	1	1
Total	1	1	16	1	1	-	20	5,15

Fonte: SAAD/CGRL

TABELA 70 - CUSTO ANUAL ASSOCIADO À MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2014

ITENS	VALOR ANUAL
Combustível	R\$ 130.177,11
Reparos - Manutenção preventiva e corretiva	R\$ 49.300,80
Seguro Obrigatório / Licenciamento	R\$ 5.178,32
Pessoal responsável pela administração (servidores do quadro de pessoal do MT)	-

Fonte: SAAD/CGRL

O órgão utiliza dos seguintes recursos para procurar manter a prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Controle de Movimento Diário de veículos
- Requisição de veículos
- Telefonia fixa
- Computadores
- Requisição de abastecimento
- Mapa de controle anual de veículos
- Relatório de abastecimento
- Check List de viaturas
- Controle de troca de Óleos
- Controle de troca de pneus de viaturas
- Serviço de lavagem de viatura
- Comunicação ao setor responsável pela concessão do benefício de auxílio-transporte ou pela indenização decorrente de locomoção as informações relativas aos usuários para que sejam providenciados os devidos ajustes, quando couber nos casos de deslocamento com veículo oficial da residência para o local de trabalho e vice-versa.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Distrito Federal	05	05
	Brasília	05	05
	PARÁ	05	05
	Belém	05	05
Subtotal Brasil		10	10
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		10	10

Fonte:SAAD/CGRL

7.2.2. Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO A.7.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
390004	97012485.500-7	11	Bom		19/08/2014	48.689.561,12		
390004	970121382.500-9	10	Bom		24/08/2012	34.459.837,12		
390004	970121377.500-1	10	Bom		18/12/2014	1.809.350,28		
390004	970121381.500-3	4	Bom		18/12/2014	1.738004,34		
390004	970121374.500-5	13	Bom		18/12/2014	182.952,69		
390004	042700536.500-4	13	Regular		06/05/2013	98.033,71		
390004	042700537.500-0	13	Regular		06/05/2013	106.071,80		
390004	042700538.500-5	13	Regular		06/05/2013	118.983,65		
390004	042700539.500-0	13	Regular		06/05/2013	103.192,15		
390004	042700732.500-0	13	Regular		03/05/2013	106.870,75		
Total								

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

OBS: Não se aplica para esta UJ a cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ, objeto do quadro A.8.2.2.2 da Portaria nº 90/2014.

7.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não houve ocorrência. Inexiste imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UJ.

7.2.4. Análise Crítica

A estrutura de controle e gestão patrimonial do MT é feita por meio do sistema ASI (Automation System of Inventory), contratado de empresa terceirizada, sendo sua funcionalidade satisfatória, podendo ainda ser aperfeiçoada com a contratação de serviços de melhorias no sistema, na medida em que se apresentar a necessidade.

Para registros das informações dos imóveis, utiliza-se o sistema SPIUnet regularmente e sua qualidade e completude é satisfatória, assim como a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

7.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não houve ocorrência. Inexiste imóveis locados de terceiros.

8. Gestão da Tecnologia da Informação

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Abaixo seguem os esforços que foram necessários para o atendimento das metas e objetivos definidos em 2014.

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:

- Revisão e publicação do PDTI 2013/2014 revisado;
- Aprovação do PDTI 2015/2017;
- Publicação da POSIC;
- Instituição do Núcleo de Métricas de Tecnologia da Informação e Comunicação – NMTIC;
- Instituição do Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação – NCTIC;
- Alteração do regimento do COGETI;
- estímulo e alcance do aumento do índice do iGovTI de 0,38 para 0,73, levando o MT ao 4º lugar entre os Ministérios;
- criação do Escritório de Projetos de TI – EGP/TI;
- acompanhamento e conclusão da contratação de serviços de Tecnologia da Informação para o Ministério dos Transportes contemplados no PDTI 2013/2014;
- elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015;
- acompanhamento do desenvolvimento e a implementação de projeto com vistas à aprovação e publicação do PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Setor Transportes;
- avaliação, priorização e viabilização da implementação das demandas dos diversos segmentos do Ministério dos Transportes internalizadas no Sistema de Pleitos da área de Tecnologia da Informação – SPATIC, bem como as contempladas no PDTI 2013/2014;
- apresentação do Relatório de Gestão 2013;
- participação das Reuniões de Coordenação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP;
- acompanhamento da Execução do PDTI 2013/2014;
- acompanhamento e aprovação da Revisão do PDTI 2013/2014;
- acompanhamento da elaboração e aprovação do PDTI 2015/2017;
- viabilização, junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP, de treinamentos específicos para a área de TI;
- padronização da plataforma tecnológica do ambiente de TI;
- apoio à implementação do ciclo da Governança de TI, apoiado nas melhores práticas de mercado, com domínio de ferramentas e metodologias como ITIL, CobiT, ISO27001 e outras com vistas a suportar as melhores decisões e consequentemente alinhar TI aos negócios;
- acompanhamento da implementação de Metodologia de Gerenciamento de Projetos de forma a se obter um melhor acompanhamento da execução do PDTI;
- acompanhamento da área de segurança da informação, no que se refere aos macros objetivos que estejam em consonância com os objetivos do negócio do MT de modo a assegurar que estes sejam alcançados através da implementação de controles e ações corretivas nos processos e sistemas de informação que lhes dão suporte;
- representação do MT no Núcleo de Segurança da Informação e Comunicações do SISIP;

- participação no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – COGETI, respondendo por ele na condição de Coordenador-Executivo;
- participação no Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática do Setor Transportes – CETIIT;
- prestação de Contas aos órgãos de controle, tais como Corregedoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU; e
- na condição de representante de órgão participante do SISP, acompanhar e atender as orientações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI.

Coordenação de Governança e Informação para o Negócio:

Planejado e Realizado:

- Execução, Monitoramento e Avaliação do PDTI-2013-2014.
- Criação da Equipe de Planejamento da Contratação Institucionalizada (NCTIC).
- Customização do Módulo “Recursos” da Ferramenta GP-Web.
- Aprimoramento da Customização na ferramenta de Gerenciamento de Projetos GP-Web para um melhor atendimento do Acompanhamento da Execução do PDTI.
- Elaboração de Protótipo do Portal da CGTI de forma a divulgar as ações e trabalhos desenvolvidos por essa Coordenação-Geral.
- Elaboração, juntamente com as outras Coordenações, do Plano de Capacitação da CGTI.
- Implementação de ações para melhorar o índice de Governança de TI – iGovTI acompanhado pelo Tribunal de Contas da União.
- Elaboração do PDTI 2015/2017.

Não planejado e Realizado:

- Apoio e acompanhamento na institucionalização do Escritório de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação – EGP/TI.
- Elaboração da portaria de institucionalização do Núcleo de Métricas de Tecnologia da Informação e Comunicação – NMTIC.
- Elaboração da portaria de institucionalização do Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação – NCTIC.
- Elaboração dos Artefatos que atendem à Instrução Normativa Nº 04, visando à contratação das Necessidades de TI solicitadas por meio do PDTI 2013/2015.

Planejado e não Realizado com Justificativa:

- Criação do módulo de Gestão de Contratos na ferramenta GP- Web:
 - Justificativa: Em conclusão, atualmente em processo de implantação.

Contratos:

Contratos Novos:

- Empresa: Imagem Geosistemas e Comércio LTDA - Contrato nº. 21/2014 (Serviço de Treinamento para Solução de Georreferenciamento).

Coordenação de Infraestrutura de Informática:

Gestão dos Contratos e Serviços:

Contratos Novos:

- Empresa: DATAINFO – Contrato Nº 27/2014
Prestação de serviços especializados de tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para planejamento, implantação, administração, manutenção, suporte e operação do ambiente tecnológico do Ministério dos Transportes.

- Empresa: INTELIT Smart Group – Contrato Nº 28/2014
Prestação de serviço de atendimento e suporte aos usuários, com desenvolvimento de atividades de manutenção, de configuração, de instalação de softwares aplicativos, de saneamento de defeitos e demais atos afetos à área de sustentação. E do pleno funcionamento dos equipamentos de TI a cargo dos usuários do Ministério dos Transportes, com atendimento remoto e presencial, com vistas a possibilitar a adequada segurança e continuidade dos trabalhos.
- Empresa: Serviço de Processamento de Dados – SERPRO – Contrato Nº 13/2014
Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASILIA, que é estruturada sobre malha de cabeamento de fibra ótica de propriedade do MPOG. Adesão ao Novo Modelo de Negócio V.3.
- Empresa: Vernet Comunicação de Dados LTDA – Contrato Nº 28/2013
Aquisição de Switches de Borda.
- Empresa: NTC Informática – Contrato Nº 31/2014
Aquisição de equipamentos de rede sem fio com garantia e suporte técnico por um período de 60 meses.
- Empresa: NCT Informática – Contrato Nº 44/2014
Aquisição de Cluster de Firewall – VPN - Ambiente interno Configuração III.
- Empresa: LanLink Informática Ltda – Contrato Nº 42/2014
Fornecimento de Solução para armazenamento de dados – STORAGE.
- Empresa: SYSTECH – Contrato Nº 45/2014
Aquisição de oito servidores de rede.
- Empresa: TORINO Informática LTDA – Contrato Nº 41/2014
Aquisição de 132 (cento e trinta e dois) notebooks, de uso corporativo, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia.
- Empresa: TORINO Informática LTDA – Contrato Nº 43/2014
Contratação de empresa especializada no fornecimento de 300 (trezentos) microcomputadores com vistas a atender a necessidade de modernização do maquinário do Ministério dos transportes, bem como a manutenção.

Contratos Renovados:

- Empresa: VICMA – Comércio de Equipamentos para Escritório LTDA-EPP - Contrato Nº 20/2013
Impressão corporativa, agregando recursos de equipamentos multifuncionais como scanner para digitalização de documentos.
- Empresa: COLUMBIA STORAGE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - Contrato Nº 15/2013
Manutenção, atualização e suporte técnico do equipamento de armazenamento de dados Storage NetApp.
- Empresa: UNITECH-RIO Comércio e Serviços LTDA – Contrato Nº 16/2013
Manutenção, atualização e suporte técnico ao equipamento de backup (Robô automatizado).
- Empresa: BRISA Soluções em Tecnologia da Informação EIRELI-EPP – Contrato Nº 08/2013
Manutenção, atualização e suporte técnico dos softwares VMware de gerenciamento e virtualização de servidores.
- Empresa: ACECO TI S/A – Contrato Nº 09/2013
Manutenção e readequação da sala cofre do MT, aperfeiçoando a segurança do ambiente e dos ativos necessários para o pleno funcionamento do órgão.
- Empresa: PSN Tecnologia LTDA – Contrato Nº 24/2012
Manutenção, Atualização e Suporte Técnico às Licenças do Produto de Detecção e Proteção de Arquivos, e-mails e ambiente Web.

Contratos Finalizados

- Empresa: IOS Informática, Organização e Sistemas S/A - Contrato N° 39/2009
Serviço especializado para a área de redes e banco de dados visando à continuidade dos serviços na área de TI.
- Empresa: IOS Informática, Organização e Sistemas S/A - Contrato N° 40/2009
Serviço especializado para a área de suporte ao usuário visando à continuidade dos serviços na área de TI.
- Empresa: Vernet Comunicação de Dados LTDA – Contrato N° 07/2009.

Serviço de manutenção, de suporte e de atualização em equipamento de rede local (switches core).

Ambiente de Rede Corporativa:

- Instalação e configuração de sistema de gerenciamento de serviços;
- Disponibilização ao MT de ferramenta SYSAID para o gerenciamento de serviços;
- Elaboração de projeto de contratação de suporte da rede wireless ou modernização da estrutura existente;
- Implantação de uma nova solução de rede sem fio;
- Solicitação para que as salas dos racks dos edifícios Sede e Anexo sejam fechadas iluminadas, refrigeradas e protegidas contra incêndios;
- Implantação de autenticação de usuários da rede sem fio “MT-VISITANTE” e “MT-SERVIDOR”, possibilitando a identificação do usuário e dos acessos à Internet conforme determinado pelo GSI;
- Elaboração dos processos de renovação dos contratos ou termos aditivos vigentes no âmbito da COINF;
- Realização de estudo para avaliação do parque tecnológico de equipamentos de TI, visando à identificação de possíveis atualizações, manutenções, descontinuidade ou aquisições, com levantamentos de planejamento, carga e utilização;
- Documentação de mudanças ocorridas na infraestrutura de redes e banco de dados do órgão.

Atendimento a Usuários:

- Aquisição da ferramenta de gerenciamento de serviços – “Service Desk” - para gestão de serviços de TI;
- Aquisição de novas estações de trabalho fixa (desktop) e móvel (notebooks) para atender as demandas e atualização do parque tecnológico do MT;
- Documentação e aprimoramento dos procedimentos do setor de Atendimento, com rotinas e definições;
- Disponibilização para os usuários da opção de scanner nas impressoras da empresa VICMA, sem custo de bilhetagem;
- Execução de manutenções preventivas em todas as estações de trabalho disponibilizadas aos usuários do MT, em Brasília;
- Elaboração e implantação do projeto de atendimento remoto utilizando ferramenta compatível com o Windows XP e Windows7.

Segurança da Informação:

- Aquisição de solução englobando equipamentos e softwares de armazenamento de dados (Storage) e servidores de rede, como um dos passos necessários ao atendimento do PCN;
- Planejamento de contratação e aquisição de equipamento firewall;

- Realização de proposta de adoção de novas políticas de segurança, em conformidade com as exigências estabelecidas para o Governo Federal;
- Alteração da Portaria N° 137/2010 pela Portaria GM N° 430/2014;
- Realização da proposta de criação de norma complementar objetivando a regulação dos acessos pelos usuários à Internet do MT;
- Implantação do protocolo de segurança 802.1x em alguns seguimentos da rede LAN do MT;
- Atualização da política de segurança da informação e comunicações do MT – POSIC, em conformidade com as diretrizes do Governo Federal;
- Realização do projeto de adoção de novo browser corporativo com recursos de segurança e controle.

•
Demais Ações Implementadas:

Ambiente de Rede Corporativa:

- Acompanhamento da implantação da sala multimídia do Gabinete do Ministro.

Segurança da Informação:

- Implantação da autoridade certificadora interna para aplicações do MT.

Coordenação de Projetos de Sistemas de Informação

- Readequação contratual, o objeto contratual foi readequado de forma a atender todas as demandas de sistemas do MT;
- Atendimento parcial metas e objetivos registrados no PDTI-2013-2014;
- Aplicação das atualizações da legislação referente à TI;
- Sustentação do parque de sistemas legados do MT;
- Participação, junto à COGIN, da definição e implantação de Governança de TI no MT;
- Colaboração na otimização e aumento do iGov;
- Colaboração na implantação do PCTI - Plano de Contratação de Tecnologia da Informação, segundo a Lei 8.666/1993 e IN 04 e suas atualizações;
- Identificação e implantação de tendências de tecnológicas;
- Definição de Portfólio de software utilizado no ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas com ferramentas adquiridas e padronizadas pelo Ministério;
- Gestão e fiscalização dos contratos 35/2012, 03/2013 e 11/2013;
- Acompanhamento da área por meio de Dashborads;
- Confecção de novo termo de referência para contratação de empresa especializada para prestação de serviços em tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas e manutenção de sistemas legados.

Principais resultados

De acordo com os objetivos estabelecidos, no exercício de 2014, a CGTI atuou obtendo, entre outros, os seguintes resultados:

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:

- PDTI 2013/2014 revisado e publicado;
- PDTI 2015/2017 criado e aprovado pelo COGETI;
- POSIC revisada e publicada;
- Operacionalização do Núcleo de Métricas de Tecnologia da Informação e Comunicação – NMTIC;
- Operacionalização do Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação – NCTIC;

- Regimento do COGETI alterado incluindo a redução da periodicidade das reuniões ordinárias para mínimo de 3 (três) meses;
- Aumento do índice do iGovTI de 0,38 para 0,73 levando o MT ao 4º lugar entre os Ministérios;
- Escritório de Projetos de TI – EGP/TI criado;
- Proposta orçamentária para 2015 planejada;
- Demandas internalizadas no Sistema de Pleitos da área de Tecnologia da Informação – SPATIC bem como as contempladas no PDTI 2013/2014;
- Relatório de Gestão 2013 conclusivo;
- Atuação integral nas Reuniões de Coordenação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP;
- Metodologia de Gerenciamento de Projetos aplicada ao acompanhamento do PDTI;
- Quadro de servidores capacitados ampliado;
- Ciclo da Governança de TI, apoiado nas melhores práticas de mercado, com domínio de ferramentas e metodologias como ITIL, CobiT, ISO27001 e outras com vistas a suportar as melhores decisões e consequentemente alinhar TI aos negócios;
- Melhor acompanhamento da execução do PDTI 2013/2014, com a Implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos;
- Melhor acompanhamento da área de segurança da informação, no que se refere aos macros objetivos que estejam em consonância com os objetivos do negócio do MT de modo a assegurar que estes sejam alcançados através da implementação de controles e ações corretivas nos processos e sistemas de informação que lhes dão suporte;
- Participação efetiva e integral no Núcleo de Segurança da Informação e Comunicações do SISP;
- Participação efetiva e integral no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – COGETI e responder por ele na condição de Coordenador-Executivo;
- Participação no do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes – CETIIT;
- Atuação em dia com relação à prestação de contas aos órgãos de controle, tais como Corregedoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU;
- Atendimento às orientações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI.

Coordenação de Governança e Informação para o Negócio:

- Apoio à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;
- Acompanhamento da execução do PDTI 2013/2014;
- Revisão do PDTI 2013/2014;
- Sistematização do levantamento das necessidades de Tecnologia da Informação para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do PDTI 2015/2017, por meio da Ferramenta GP-WEB;
- Participação efetiva na melhoria do Índice de Governança de TI – iGovTI;
- Implementação de Metodologia de Gerenciamento de Projetos, baseando-se no Guia de Melhores Práticas PMBook e Guia de Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP;
- Melhor gerenciamento e acompanhamento dos Contratos de TI;
- Gestão e fiscalização dos contratos inerentes à área de atuação da COGIN;
- Coordenação do NCTIC – Núcleo de Contratação de Tecnologia da Informação e comunicação;
- Coordenação do EGP-TI – Escritório de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação;
- Elaboração de minutas de Portarias diversas;

- Emissão de Pareceres para órgãos de Controle (TCU e CGU);
- Atendimento a auditorias (TCU e CGU).

Coordenação de Infraestrutura de Informática:

Dentre os serviços gerenciados, os que trouxeram maior destaque:

- A contratação de empresa para prestação de serviços especializados em TI – DATAINFO – garantiu a continuidade dos serviços de suporte a infraestrutura de rede do Ministério, inclusive na elevação do nível técnico comparando à contratação antecessora.
- Com o objetivo de criar e implantar o PCN foram adquiridos oito servidores de rede, cluster de firewall e solução de armazenamento de dados.
- Os primeiros passos para a implantação do gerenciamento de serviços de TI com base no ITIL foram dados com a implantação da central de serviços.
- Os acessos à rede sem fio “MT-VISITANTE” passaram a ser autenticados e rastreáveis, possibilitando que os usuários sejam identificados nos acessos à internet.
- A Portaria GM Nº 430/2014 foi divulgada, possibilitando a atualização da Política de Informática do MT;
- A implantação do protocolo 802.1x em determinados segmentos da rede de dados demonstrou a confiabilidade da adoção da solução, possibilitando que ela seja aplicada a toda a infraestrutura do MT.

Atendimento a Usuários:

- Formatado, configurado, criada imagem e instaladas 700 (setecentas) estações de trabalho;
- Em 2014 foram atendidos 14.106 chamados técnicos, incluindo os contratos da empresa IOS e INTELIT, havendo diminuição de 1.675 chamados técnicos em relação a 2013. Tal redução foi consequência do planejamento de ações pró-ativas, sendo as manutenções preventivas, substituição de 700 estações de trabalho e o atendimento remoto do Ministério os destaques destas ações;
- Instalado e configurado o Sistema de Gerenciamento de Serviços (Service Desk) – SysAid em outubro/2014;
- Implantado o atendimento remoto às estações Windows XP e Windows 7 do MT.

Coordenação de Projetos de Sistemas de Informação

- Padronização/Aquisição das ferramentas utilizadas no ciclo de desenvolvimento de software;
- Padronização/Aquisição de ferramenta para versionamento e geração de builds automática;
- Entrega do sistema CADIPP em atendimento à área SPNT;
- Definição/mapeamento/automação do fluxo de demandas na COPSI;
- Migração de todos os bancos de dado para a ferramenta IDA;
- Migração de artefatos para o controle de versionamento na ferramenta RTC.
- Manutenção e Evolução de mais de 70 Sistemas legados, a citar: Portal de Internet, Gestão de Pessoas, Gabinete, Orçamento, Almoxarifado e Compras, SigPAC, Passe Livre, dentre outros
- Gestão de Contrato de Serviços de TI, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas com 15.908 Pontos de Função.

QUADRO A.8.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do Contrato/AR P	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
24/2012	Manutenção, atualização e suporte a sistemas Anti-vírus McAfee.	05/07/2013 a 04/07/2015	04.786.911/0001-47	PSN Tecnologia LTDA	348.000,00	348.000,00
16/2013 + aditivo	Prestação de serviços de suporte e atualização da unidade robotizada de back-up.	06/07/2011 a 05/07/2015	32.578.387/0003-16	Unitech Rio Comércio e Serviços LTDA	50.196,00	58.562,00
09/2013	Manutenção preventiva, programada, corretiva e readequação em sala cofre.	15/03/2013 a 14/03/2015	433.209.436/0001-0	Aceco TI S.A	741.567,96	286.030,29
03/2013	Contratação de suporte, manutenção, atualização, atendimento e treinamento no sistema integrado do Gabinete do MT	02/07/2013 a 14/03/2015	01.968.073/0001-34	Evolução Desenvolvimento de Sistema Ltda - EPP	643.200,00	348.400,00
11/2013	Prestação de serviços de suporte técnico e manutenção continuada do software de Gestão ASI	15/08/2013 a 14/08/2015	24.936.973/0001-03	Link Data Informática e Serviços	297.000,00	325.741,68
20/2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de impressão corporativa (OUTSOURCING).	13/05/2013 a 12/05/2015	05.630.085/0001-05	Vicma Comércio de Equipamentos para Escritorio Ltda	547.980,00	499.891,34
08/2013	Serviço de manutenção e suporte ao VMware - PDTI	11/04/2014 a 10/04/2015	15.353.817/0001-10	Brisa Soluções em Tecnologia da Informação - EIRELI	194.376,00	129.584,00
18/2014	Desenvolvimento de Sistema e Manutenção de Sistemas Legados - PDTI 2013/2014	01/10/2014 a 30/09/2015	07.267.078/0001-16	Interação Tecnologia da Informação LTDA	4.779.876,76	2.388.338,55
27/2014	Infraestrutura TI - Item 01 Serviços de Rede	09/03/2014 a 08/03/2015	05.085.461/0001-28	DataInfo Soluções em Tecnologia da Informação LTDA	3.840.753,00	-
13/2014	Serviços de Uso dos Recursos de Infraestrutura e Serviços da Infovia Brasília	20/05/2014 a 19/05/2015	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	180.480,00	105.280,00
21/2014	Serviço de Treinamento para Solução de Georreferenciamento	12/09/2014 a 11/09/2015	67.393.181/0001-34	Imagem Geosistemas e Comércio LTDA	501.032,12	296.933,17
31/2014	Solução para rede de dados Wireless	01/10/2014 a 30/09/2015	03.017.428/0001-35	NCT Informática LTDA	637.000,00	-

Nº do Contrato/AR P	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
28/2014	Infraestrutura TI - Item 02 Atendimento ao Usuário	19/12/2014 a 18/12/2017	10.682.187/0001-04	Intelit Processos Inteligentes LTDA	1.117.899,29	93.158,25
41/2014	Notebooks	19/12/2014 a 18/12/2015	03.619.767/0001-9	Torino Informática LTDA	526.020,00	-
42/2014	Solução de Armazenamento de Dados STORAGE	22/12/2014 a 21/12/2015	41.587.502/0012-09	LanLink Informática LTDA	1.150.846,40	-
43/2014	Microcomputador	05/12/2014 a 04/03/2016	03.619.767/0001-91	Torino Informática LTDA	963.000,00	-
44/2014	Solução de Proteção de Rede para Segurança da Informação Perimetral (FIREWALL)	05/12/2014 a 04/12/2015	03.017.428/0001-35	NCT Informática LTDA	527.000,00	-
45/2014	Servidores de Rede para atendimento à crescente demanda por novos serviços pelas diversas áreas do Ministério dos Transportes	04/04/2013 a 03/04/2014	03.263.975/0001-09	Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda	334.144,00	-
40/2012	Equipamentos de conexão de rede.	27/07/2010 a 26/08/2014	07.860.761/0001-62	VERNET COMUNICACAO DE DADOS LTDA	516.638,00	-
40/2009	Serviço de Atendimento e Suporte aos Usuários (Help Desk)	29/07/2009 a 30/09/2014	38.056.404/0001-70	IOS Informatica Organizacao e Sistemas Ltda	494.997,72	523.696,90
39/2009	Manutenção da Infraestrutura do Ambiente de TI.	29/07/2009 a 30/09/2014	38.056.404/0001-70	IOS Informatica Organizacao e Sistemas Ltda	494.997,72	1,301.015,81
13/2014	Serviço de acesso à Internet - Infovia – SERPRO - PDTI	09/03/2014 a 08/03/2015	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	311.352,00	105.280,00
15/2013 + aditivo	Serviço de Manutenção, atualização e suporte técnico dos equipamentos de armazenagem e unidade robotizada de backup	13/07/2012 a 28/11/2016	58652678/0001-39	Columbia Storage Integração de Sistemas LTDA	128.499,96	137.432,77
ARP 15/2013	Monitores	19/02/2013 a 19/02/2014	12.132.240/0001-29	Capital Tecnologia e Equipamentos	186.550,00	13.729,80
14/2013	Velcros	16/01/2013 a 15/01/2014	01.115.345/0001-53	Multirede Distribuidora LTDA	958,00	958,00
28/2013	Equipamentos de conexão de rede (Switches)	06/09/2013 a 05/09/2014	07.860.761/0001-62	Vernet Comunicação de Dados LTDA	1.032.500,00	1.032.499,96
06/2013	Fornecimento, adequação, montagem e instalação de equipamentos e acessórios de videoconferência.	26/12/2013 a 25/12/2014	58.619.404/0001-48	Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações LTDA	261,299,99	261,299,99

Nº do Contrato/AR P	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
25/2010	Servidores DELL	27/07/2010 a 26/07/2014	32.923.310/0001-74	Microlog Informática e Tecnologia LTDA	347.970,00	-
22/2011	Servidores DELL	06/07/2011 a 05/07/2015	32.923.310/0001-74	Microlog Informática e Tecnologia LTDA	161.400,00	-
31/2010	Servidores DELL	06/09/2010 a 05/09/2014	32.923.310/0001-74	Microlog Informática e Tecnologia LTDA	53.800,00	-
27/2014	Infraestrutura de TI – Serviços de rede	01/10/2014 a 30/09/2015	05.085.461/0001-28	Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação LTDA	3.840.753,00	-
ARP 14/2013	Velcro	16/01/2013 a 16/01/2014	01.115.345/0001-53	Multirede Distribuidora LTDA	958,00	958,00
ARP 12/2013	Notebook	16/01/2013 a 16/01/2014	05.135.842/0001-74	Lorena BSB Comércio, Importação e Serviços de Informática - EPP	319.800,00	111.930,00
57/2010	Licenças do software AutoCAD	31/12/2010 a 10/02/2014	03.620.200.0001/35	Pro-Systems Informática LTDA	74.000,00	-
ARP 15/2013	Monitores	16/01/2013 a 16/01/2014	03.573.081/0001-07	Capital Tecnologia e Equipamentos LTDA	32.690,00	13.729,80
ARP 16/2013	Impressoras Monocromáticas Laser	16/01/2013 a 16/01/2014	04.552.128/0001/19	Gomes e Garcia Informática LTDA – EPP	35.470,00	-
ARP 17/2013	Tablets e HDs Externo	16/01/2013 a 16/01/2014	12.132.240/0001/29	Lituania Comércio de Mercadorias em Geral LTDA	193.748,50	-
ARP 18/2013	Licenças do Software MS Project	11/03/2013 a 11/03/2014	14.415.523/0001-03	Amplasoft Computação Corporativa LTDA-ME	82.599,30	-
07/2009	Manutenção de equipamentos de rede local (switches) item 01 marca Foundry	04/02/2009 a 03/02/2010	07.860.761.000/162	Vernet Comunicação de Dados LTDA	75.999,96	25.333,32
05/2013	Serviços de Uso dos Recursos de Infraestrutura e Serviços da Infovia Brasília	25/04/2013 a 25/04/2014	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	311.352,00	77.538,00

Fonte: SAAD/CGTI

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

QUADRO A.9.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

Fonte: SAAD/CGRL

10. Atendimento de Demandas de Órgão de Controle

10.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					013034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-004.093/2005-9	2849/2014	1.8		OFICIO 13111/2014-TCU/SEFIP de 07/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
<p>1.8 Determinação:</p> <p>1.8.1. autorizar, com fundamento no art.26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, o pagamento parcelado da multa aplicada a Dirce Barbosa dos Santos (082.942.321-49) mediante o Acórdão TCU nº 1886/2007- Plenário, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, atualizadas monetariamente a partir de 14/9/2007, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação da presente liberação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor;</p> <p>1.8.2. informar o responsável de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, conforme disposto no parágrafo único do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;</p> <p>1.8.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data prevista para o recolhimento de cada parcela, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, a efetivação do recolhimento, nos termos do art. 2214, inciso III, alínea “a” do RITCU;</p> <p>1.8.4. dê-se ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado e aos interessados.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Atendendo a determinação do TCU, foram expedidos em 24/11/2014, via Correio com confirmação de recebimento, os ofícios de nº 7878-2014/COGEP/MT, a WILSON DAMIÃO DOS SANTOS FILHO, de nº 7880-2014/COGEP/MT, a CLODOALDO PINTO FILHO, de nº 7881-2014/COGEP/MT, JORGE DA SILVA NETTO. Foram entregues em mãos também em 24/11/2014, os ofícios de nº7879-2014/COGEP/MT, a DIRCE BARBOSA DOS SANTOS, de nº 7877-2014/COGEP/MT, a LUCIA MARIA DE OLIVEIRA e de nº 57/COAD/MT, a ROBSON DE SOUZA ANDRADE, todos com cópias do Acórdão referido para conhecimento, sendo que para Senhora Dirce foi ressaltada quanto ao cumprimento das determinações contidas nos itens: 1.8.1 a 1.8.4.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A demanda foi atendida conforme determinada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Pessoal Ativo – COAD.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.165/2012-0	747/2014-TCU-1ª Câmara	9.2 e 9.4	DE	Ofício 1540/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Ministério dos Transportes	2846
Descrição da Deliberação	
9.2 considerar ilegal a concessão de pensão civil a Jacy Maria Vieira dos Santos, recusando o registro; 9.4 Determinar ao Ministério dos Transportes que adote medidas para: 9.4.1 dar ciência, no prazo de 15 dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada Jacy Maria Vieira dos Santos; 9.4.2 fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal; 9.4.3 encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias comprovante de que a pensionista Jacy Maria Vieira dos Santos teve ciência do teor do Acórdão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas	14304
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado o Ofício nº 2285/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 03 de abril de 2014 e nº 2784/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 23 de abril de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas no item 9.4 do Acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendida integralmente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	020.426/2013-5	730/2014-TCU-1ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	Ofício 1574/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
9.1 considerar ilegal e negar registro ao ato inicial da concessão da pensão civil instituída por José Ana Filho; 9.2 determinar ao Ministério dos Transportes que: 9.2.2 cessar no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal; 9.2.3 no prazo de 15 (quinze) proceder a correção do valor do benefício previdenciária, em conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal e os artigos 2º e 15 da Lei 10.887/2004; 9.2.4 no prazo de 15(quinze) dias corrigir o benefício de partida da pensão, proporcionalizando a rubrica relativa a VPI (Lei nº 10.698/2003), na razão dos proventos do instituidor da pensão (33/35); 9.2.5 dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas Francisca Pereira de Lima e Maria José Silva; 9.2.6 encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias comprovante de que as interessadas tiveram ciência do teor do Acórdão. 9.2.7 submeta à apreciação do TCU por meio do sistema SISAC, novo ato, livre das falhas apontadas no prazo de 30 (trinta) dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 6329/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 08 de setembro de 2014 e nº 7024/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 15 de outubro de 2014, com os comprovantes do atendimento das ações solicitadas no item 9.2 do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	021.334/2007-4	8670/2013-TCU-1ª Câmara	9.1	DE	Ofício 19102/2013-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
9.1 determinar ao Ministério dos Transportes que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, a inclusão, no sistema SISAC, de novos atos de concessão de pensões civis em substituição aos considerados ineptos pelo Tribunal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 574/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 24 de janeiro de 2014 e nº 3712/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 28 de maio de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas no item 9.1 do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	012.420/2013-1	373/2014-TCU-Plenário	1	DE	Ofício 1450/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
1 determinar ao Ministério dos Transportes que, no prazo 60 (sessenta) dias, informe a este Tribunal as providências adotadas quanto à investigação de eventual ocorrência de má-fé no oferecimento de denúncia improcedente por sua servidora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 3362/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 15 de maio de 2014 e nº 5295/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 29 de julho de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas no Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	004.093/2005-9	1886/2007-TCU-Plenário	9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4.2 e 9.6.1	DE	Ofício 1070/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
<p>9.3.1 realize o recadastramento anual de que trata o Decreto nº 2.251/1997;</p> <p>9.3.2 estabeleça mecanismos eficazes de controle de exclusão de aposentados e pensionistas por ocasião de óbito;</p> <p>9.3.3 envie ao Tribunal, os atos de aposentadorias e pensões que tenham sido concedidos e ainda não registrados, nos termos da IN Nº 44/2002;</p> <p>9.4.2 adote providências urgentes, administrativas e judiciais, se for o caso, com vistas à completa e tempestiva reversão dos valores pagos indevidamente aos beneficiários falecidos, em conformidade com o art. 222 da lei nº 8.112/1990.</p> <p>9.6.1 solicitação de informações sobre o pagamento de pensões civis aos benficiários dos instituidores abaixo relacionados.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 2430/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 07 de abril de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas nos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4.2 e 9.6.1 do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	033.365/2013-0	946/2014-TCU-Plenário	1.8 e 1.9.1	DE	Ofício 3215/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
<p>1.8 Determinar ao Ministério dos Transportes que providencie, no prazo de 15 (quinze) dias, o cadastramento do Sisac da pensão civil concedida em 6/6/2006 à Sra. Maria Aparecida Marques (CPF 507.275.409-04, Siape 04819951) com fulcro no art. 217, "a", da Lei 8.112/90, em decorrência do falecimento do ex-servidor Antonio Manoel Marques (CPF 063.829.759-15, Siape 7859570) em 29/1/2005, em obediência à então vigente IN-TCU 44/2002;</p> <p>1.9.1 solicitar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes cópia do processo de concessão da aludida pensão (incluindo o laudo médico que a amparou), bem como informar se a beneficiária vem sendo submetida a avaliações periódicas das condições que ensejaram a concessão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 4106/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 13 de junho de 2014 e nº 7475/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 31 de outubro de 2014, com os comprovantes do atendimento das ações solicitadas nos itens 1.8 e 1.9.1 do Acórdão.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Atendida integralmente.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	020.423/2013-6	729/2014-TCU-1ª Câmara	9.2 e 9.3	DE	Ofício 8833/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
<p>9.2 considerar ilegais e negar registro dos atos de concessões de pensões civis instituídas por Euclides da Silva Guedes, Floriano Gonzaga Borges e Pedro Alves de Miranda;</p> <p>9.3 determinar ao Ministério dos Transportes que:</p> <p>9.3.2 cesse no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais;</p> <p>9.3.3 no prazo de 15 (quinze) dias proceda à correção dos valores dos benefícios previdenciários considerados ilegais, em conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, e os artigos 2º e 15 da Lei 10.887/2004;</p> <p>9.3.4 dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;</p> <p>9.3.5 encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias comprovante das datas em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte;</p> <p>9.3.6 submeta à apreciação do TCU, por meio do sistema SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma do § 1º do art. 15 da IN TCU 55/2007:</p> <p>9.3.6.1 novos atos de pensão civil instituídos por Euclides da Silva Guedes, Floriano Gonzaga Borges e Pedro Alves de Miranda, escoimados das irregularidades apontadas no Relatório e Voto que antecedem o Acórdão;</p> <p>9.3.6.2 novo ato de alteração de pensão civil instituída pelo ex-servidor Raimundo Rodrigues da Silva, a fim de ser incluída a beneficiária Creuza Rodrigues da Silva na condição de filha maior solteira, com fundamento no artigo 5º da Lei 3.373/1958, e excluída e beneficiária Maria da Conceição Pereira da Silva.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 6330/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 08 de setembro de 2014 e nº 7478/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 31 de outubro de 2014, com os comprovantes do atendimento das ações solicitadas no item 9.3 do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	006.306/2011-0	7885/2014-TCU-1ª Câmara	9.1 e 9.3	DE	Ofício 15930/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Ministério dos Transportes	2846
Descrição da Deliberação	
9.1 considerar ilegal a concessão de pensão civil a Jeronymo de Mello Calmon, recusando o registro; 9.3 determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para: 9.3.1 fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal; 9.3.2 dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário; 9.3.3 encaminhar ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas	14304
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado o Ofício nº 381/2015-COGEP/SAAD/SE/MT, de 28 de janeiro de 2015 com os comprovantes do atendimento das ações solicitadas no item 9.3 do Acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendida integralmente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	041.780/2012-4	4713/2014-TCU-1ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	Ofício 13575/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
9.1 conhecer o pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; 9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 7917/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 24 de novembro de 2014 e nº 8480/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 17 de dezembro de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas no item 9.2 do Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	017.721/2003-9	27672017-TCU-1ª Câmara	9.4.1	DE	Ofício 1172/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846

Descrição da Deliberação	
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas	14304
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado o Ofício nº 2540/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 15 de abril de 2014, ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, com cópias das correspondências encaminhadas aos senhores Gilberto Diego Veríssimo Pedrosa e Manoel Fortes dando ciência da ilegalidade de suas aposentadorias, bem como informamos ao senhor João Álvaro Pereira da Silva e as senhoras Virginia Pereira da Silva e Maria do Desterro Carvalho da Silva da ilegalidade das aposentadorias dos instituidores Jomar da Fonseca Ribeiro e Antônio Barroso de Moraes respectivamente.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendida integralmente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	005.392/2009-5	5755/2014-TCU-2ª Câmara	9.5	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
9.5. Reiterar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério dos Transportes à determinação contida no subitem 9.3.3 do <u>Acórdão nº 1886/2007-Plenário</u> (envie ao Tribunal, os atos de aposentadorias e pensões que tenham sido concedidos e ainda não registrados, nos termos da IN nº 44/2002), para que envie ao Tribunal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da notificação, os atos de aposentadorias e pensões que tenham sido concedidos e ainda não registrados, nos termos da IN nº 55/2007;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas					14304
Síntese da Providência Adotada					
Ainda foi encaminhado ofício ao TCU em atendimento ao item 9.5 do Acórdão 5755/2014-TCU-2ª Câmara, uma vez que o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério dos Transportes ainda não foi notificado pelo TCU para atender o item 9.5 do supramencionado acórdão.					
Foram lançados 1.413 cadastros de atos de concessão de aposentadoria no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões SISAC-Net.					
140 Aposentadorias não foram cadastradas tendo em vista tratar-se de aposentados do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem –DNER-, com vigência anterior a Lei nº 8.112/90, não sendo submetidos a julgamento.					
179 Aposentadorias já haviam sido submetidas a julgamento pela antiga Ciset.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendida integralmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

QUADRO A.10.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva – SE					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-006.942/2012-1	905/2014 - TCU - 2ª C.	U	DE	Ofício 0136/2014-TCU/SecobRodovia, de 24/3/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva – SE					002846
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do Acórdão 8.791/2011 - 2ª Câmara, por meio do qual foram julgadas as contas do Grupo Executivo para Extinção do DNER (extinto)/MT, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar parcialmente atendidas as determinações constantes do Acórdão 8.791/2011- 2ª Câmara; e determinar , com fulcro no art. 7º da Lei 8.443/92 c/c art. 194 do RI/TCU, à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes que encaminhe, junto a sua prestação de contas anual, o deslinde dos processos administrativos que tratam dos pagamentos indevidos às empresas Higiterc Higienização e Terceirização Ltda. e Tech Mix Comercial e Serviços Ltda., no curso dos contratos 1/2008 e 1/2007, respectivamente, conforme tratado no item 1.8 do Acórdão 8.791/2011 - 2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD					
Síntese da Providência Adotada					
A informação está disponível no Item 10.4 do presente relatório, Quadro A.10.4.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	010.294/2014-7	5373/2014-TCU-1ª Câmara	9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4.1	DE	Ofício 11878/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação					
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Tânia Malachini Garcia de Carvalho, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;					
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de trinta dias, cópia do comprovante de que a interessada teve ciência					

desta deliberação;
 9.3.4.1. permanecer aposentada, com proventos proporcionais a 25/30 avos, calculados pela média de contribuições, com base no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, sendo necessário, nesse caso, a emissão de novo ato e sua respectiva submissão ao registro deste Tribunal.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas	14304
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Foi concedido o direito de opção a ex- servidora e elaborado portaria de alteração com base no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, conforme optado pela ex- servidora. Cabe realtar que será elaborado novo abono provisório bem como ato de alteração da aposentadoria registrado no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões –SISAC-Net.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	022.412/2013-1	2651/2014-Plen.	9.1	RE	Ofício 0513/2014-TCU/SecobHidroferrovia, de 16/10/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Descrição da Deliberação					
9.1. Com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério dos Transportes , na qualidade de supervisor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., que: 9.1.1. Estude e, se for o caso, redefina as atribuições da Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Dnit (DIF/Dnit), a fim de que essa Diretoria seja estruturada adequadamente e dotada de recursos humanos capacitados a exercer as atividades legalmente a ela atribuídas; 9.1.2. Estude opções à execução das intervenções em perímetro urbano, nos aspectos de responsabilidade pela obra e de possíveis financiamentos, de modo a não estar subordinado unicamente aos recursos do Orçamento Geral da União, além de tornar eficientes e eficazes os recursos e o tempo despendidos na execução.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Executiva – SE					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
9.1.1 - O assunto encontra-se em estudo. Foi levantada a possibilidade de criação de uma empresa brasileira de ferrovias (EBF), a qual absorveria as atribuições da DIF/DNIT, porém essa definição esta fora da governabilidade plena do Ministério dos Transportes, pois depende de decisão do Governo Federal, envolvendo outros ministérios e a Casa Civil da Presidência da República, além do Congresso Nacional por tratar-se de alteração a ser feita por meio de lei. 9.1.2 - o assunto encontra-se em análise no DNIT, com previsão de retorno no 1º semestre de 2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	004.875/2014-1	3290/2014-TCU-Plen.	9.1	DE	Aviso nº 1231-Seses-TCU-Plenário, de 26/11/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar ao Ministério dos Transportes, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, adote as seguintes medidas:</p> <p>9.1.1. em relação às obras de construção da BR-163/MT/PA, entre Guarantã do Norte/MT e Santarém/PA, objetos dos Contratos 00329/2009, 00037/2009, 00038/2009, 00040/2009, 00039/2009, 00542/2010, 00543/2010, e dos Termos de Cooperação TCO-179/2010 e TCO-981/2010:</p> <p>9.1.1.2. apure as causas da degradação precoce do pavimento, acione os meios contratuais e legais que garantam a correção dos problemas pelas empresas contratadas, caso sejam responsáveis pela execução deficiente desse pavimento, em conformidade com o art. 69 da Lei 8.666/93; e</p> <p>9.1.1.3. apure as responsabilidades pela causa dos problemas, inclusive quanto ao indício de deficiência na fiscalização da execução desses contratos e termos de cooperação, em conformidade com o art. 66 da Lei 8.666/93;</p> <p>9.1.2. em conformidade com os art. 6º, inc. IX e 8º da Lei 8.666/93; art. 2º, inciso II, alínea "c" da Lei 12.462/11 e art. 8º, inc. XI e art. 74, inc. II do Decreto 7.581/11:</p> <p>9.1.2.1. somente publique licitações de obras e serviços de engenharia após a realização do planejamento de execução das obras, que deve refletir a real condição de execução, apontando, inclusive, nos casos de certames lastreados na Lei 8.666/93, pontos de controle e caminhos críticos;</p> <p>9.1.2.2. preveja no edital, tanto nos casos regidos pela Lei 8.666/93 como naqueles regidos pelo RDC, cláusulas que obriguem a empresa contratada a apresentar cronograma de obra que reflita a condição de execução por ela prevista (desde que com prazo menor ou igual ao do edital), apontando, de forma semelhante ao edital, os pontos de controle e caminhos críticos;</p> <p>9.1.2.3. estabeleça, para as obras em andamento, critérios internos objetivos para acompanhamento dos contratos, incluindo pontos de controle parciais e caminhos críticos para sua execução, de forma a promover o real acompanhamento de prazo da obra e permitir a alocação da parcela de responsabilidade das empresas contratadas.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>No Acórdão nº 3/2015 - TCU - Plenário, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por erro material, o item 9.1 do Acórdão 3290/2014 - TCU - Plenário, para, onde se lê "Ministério dos Transportes", leia-se "Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	004.875/2014-1	3290/2014-TCU-Plen.	9.2	RE	Aviso nº 1231-Seses-TCU-Plenário, de 26/11/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. recomendar, nos termos do inciso III do art. 250 do Regimento Interno do Tribunal:</p> <p>9.2.1. à Casa Civil da Presidência da República que, em conformidade com o art. 2º, inc. I, alínea "a" da Lei 10.683/03, promova a integração entre o planejamento hidrelétrico do Ministério de Minas e Energia e o planejamento logístico do Ministério dos Transportes, de forma a garantir a navegabilidade das hidrovias dos principais corredores logísticos do Brasil;</p> <p>9.2.2. ao Ministério dos Transportes que procure garantir que as soluções apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia para a transposição de nível das barragens do São Luís do Tapajós e do Jatobá, no Rio Tapajós, por ocasião dos estudos para sua concessão, contemplem a necessidade do setor de transportes, tanto em termos econômicos, quanto em termos logísticos.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
No Acórdão nº 3/2015 - TCU - Plenário, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por erro material, o item 9.1 do Acórdão 3290/2014 - TCU - Plenário, para, onde se lê "Ministério dos Transportes", leia-se "Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Ministério dos Transportes	002846
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	033.881/2013-8	2891/2014-TCU-Plen.	9.1	DE	Aviso nº 1154-Seses-TCU-Plenário, de 29/10/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar ao Ministério dos Transportes, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, adote as seguintes medidas:</p> <p>9.1.1. desenvolva plano de ação contendo medidas para tornar o acompanhamento das obras prioritárias do corredor logístico Centro Sudeste efetivo e tempestivo, contemplando visão integrada e transversal das obras, e contendo, ao menos:</p> <p>9.1.1.1. relação das obras prioritárias e críticas;</p> <p>9.1.1.2. prazos iniciais de conclusão;</p> <p>9.1.1.3. órgãos/entidades gestoras dos empreendimentos;</p> <p>9.1.1.4. prazos atuais de conclusão;</p> <p>9.1.1.5. motivos de eventuais atrasos; e</p> <p>9.1.1.6. medidas corretivas adotadas, além de outros dados que permitam o acompanhamento efetivo das obras que tenham impacto no escoamento da produção agrícola pelo corredor logístico do Centro Sudeste.</p> <p>9.1.2. desenvolva plano de ação contendo medidas para melhorar as condições de operação dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário no corredor logístico Centro Sudeste, contendo, ao menos:</p> <p>9.1.2.1. ações preventivas e corretivas a serem tomadas;</p> <p>9.1.2.2. responsáveis;</p> <p>9.1.2.3. prazos para a implementação de cada ação.</p> <p>9.1.3. promova ajustes no plano de ação interministerial descrito na Nota Técnica nº 04, de 31 de dezembro de 2013, a fim de ajustar:</p> <p>9.1.3.1. a descrição das ações;</p> <p>9.1.3.2. os responsáveis pelas respectivas implementações;</p> <p>9.1.3.3. os prazos e cronogramas de implementação (factíveis);</p> <p>9.1.4. acrescente ao plano de ação citado no item 9.1.3 as medidas específicas para assegurar o aumento da capacidade de escoamento por meio do modal ferroviário até o Porto de Santos, incluindo, sobre essas medidas, ao menos:</p> <p>9.1.4.1. ações preventivas e corretivas a serem tomadas;</p> <p>9.1.4.2. responsáveis pelas implementações;</p> <p>9.1.4.3. prazos para a implementação de cada ação.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Executiva e Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Providências em andamento.</p> <p>Autuado o processo MT 50000.051723/2014-59 e encaminhado à Secretaria Executiva com sugestão de: fazer-se a revisão da relação dos empreendimentos considerados atualmente como prioritários para o citado corredor logístico, a qual poderá ser homologada no âmbito do Grupo Interministerial instituído pela Portaria MAPA nº 231, de 24 de abril de 2013; constituir grupo de trabalho para colher contribuições das unidades envolvidas com o planejamento, execução, acompanhamento e regulação do setor transporte e negociar prazos de execução; acompanhamento dos empreendimentos pela SEGES com emissão de relatórios sistemáticos; articulação do MT, por meio da SE e SEGES, com as unidades vinculadas p/ elaboração do 2º Plano de Ação solicitado pelo TCU; convocar uma reunião do grupo de trabalho interministerial para discutir e propor ajustes nas ações previstas na Nota Técnica GT nº 04/2013, 31/12/2013.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	022.540/2013-0	2573/2014-TCU-Plen.	9.5	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Descrição da Deliberação					
<p>9.5. DETERMINAR, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), à Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes (MT) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) que, em 120 (cento e vinte) dias, apresentem plano de ação conjunto contendo as atividades planejadas, bem como os respectivos prazos, para atendimento à determinação constante dos itens:</p> <p>a) 9.1.2 do Acórdão 351/2006-TCU-Plenário, que trata das providências para desincumbir o Dnit das funções de administração hidroviária; e para exercer as funções citadas, enquanto não ocorrer a desincumbência;</p> <p>b) 9.5.1 do Acórdão 351/2006-TCU-Plenário, que trata da estruturação das administrações hidroviárias de modo a garantir o funcionamento adequado das atividades de manutenção das hidrovias;</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Executiva – SE					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Foi constituído Grupo de Trabalho pela Portaria MT nº07, de 19 de janeiro de 2015, que elaborou relatório técnico sobre a estruturação da gestão do modal hidroviário. As conclusões do relatório foram integralmente aprovadas pelo Ministro dos Transportes, porém considerando as novas orientações e diretrizes das políticas adotadas no início de 2015 pelo Governo Federal, tornou-se inapropriada, no contexto atual, a transformação da CODOMAR na Empresa Brasileira de Hidrovias. Assim sendo, propôs garantir ao DNIT estrutura mínima adequada ao cumprimento de suas atribuições legais. Ofício nº 70/2015-SE/MT, de 18/2/2015, encaminhado ao TCU.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: SE/GM/AECI

10.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

10.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	13034

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Solicitação de Auditoria nº 201405234/03	4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação			
4- Considerando a possibilidade de pensionista ter união estável com Everaldo Lima de Melo, descaracterizando sua condição de solteira.			
<ul style="list-style-type: none"> a) Solicito que essa unidade diligencie a referida pensionista com o objetivo de esclarecer a sua situação. b) Solicito encaminhar cópia do expediente enviado à pensionista. c) Solicito ainda informar sobre outras providências que essa Unidade vier a adotar diante do caso. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas			14304
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhados os Mem. nº 154/2014-COGE/SAAD/SE/MT, de 09 de maio de 2014 e nº 346/2014-COGE/SAAD/SE/MT, de 15 de dezembro de 2014, com os comprovantes de atendimento das ações solicitadas no item 4 da Solicitação da Auditoria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida integralmente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

10.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Solicitação de Auditoria nº 201405234/02	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação			
<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Solicito que essa Unidade diligencie a pensionista Augusta Maria Barbosa Sampaio para que a mesma faça a opção por uma das duas pensões; 1.2 Solicito encaminhar cópia do expediente enviado à pensionista; 1.3 Solicito ainda informar sobre outras providências que essa unidade vier a adotar diante do caso. 			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas	14304
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Encaminhado o Mem. nº 153/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 09 de maio de 2014, informo o atendimento dos itens 1.1 e 1.2 da demanda, sendo encaminhado o Ofício nº 530/2014-DICOP/COAP/COGEP/SAAD/SE/MT, de 09 de maio de 2014, à beneficiária Augusta Maria Barbosa Sampaio para manifestação.</p> <p>Encaminhado Ofício nº 1.094/2014-DICOP para o INSS - Agência da Previdência Social da Ilha do Governador-RJ solicitando informações acerca de eventual comprovação de que a Sra. AUGUSTA MARIA BARBOSA SAMPAIO recebe benefício junto aquele Órgão, com a finalidade de instrução de Trilha oriunda da CGU.</p> <p>Atendido parcialmente</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Solicitação de Auditoria nº 201407544/01	1	Ofício nº 11273/DPPES/DP/SFC/CGU -PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação			
1. Cadastrar no Sistema SISAC os 622 atos constantes do anexo I, observando o disposto no art. 1º da instrução normativa nº 64/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas			14304
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Foi encaminhado o Ofício nº 3746/2014-COGEP/SAAD/SE/MT, de 30 de maio de 2014, informo o atendimento parcial da demanda, sendo que dos 622 (seiscentos e vinte e dois) atos de pensão civil solicitados foram elaborados 133 (cento e vinte e três) atos.</p> <p>Atendido parcialmente</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	Ministro Paulo Sergio 26/06/2014 Secretário Executivo Anivaldo Vale 09/04/2014	Ministro Cesar Borges 26/06/2014 Secretário Executivo Miguel Masella 09/04/2014	4
	Entregaram a DBR			4
	Não cumpriram a obrigação			0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			0
	Entregaram a DBR			0
	Não cumpriram a obrigação			0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			376
	Entregaram a DBR			376
	Não cumpriram a obrigação			0

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL

10.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Elaboração de ofícios comunicando aos servidores sobre a obrigatoriedade de envio da declaração de IRPF ou opção pela autorização de acesso aos dados da Declaração de Bens e Rendas. A unidade interna responsável pelo gerenciamento da recepção das DBR é a Divisão de Cadastro – DICAD/COGEP.

Não há sistema informatizado para gerenciamento, o controle é feito mediante planilha eletrônica. A entrega é efetuada em papel e não há autorização por meio eletrônico. A DBR é guardada em envelope lacrado, na pasta de assentamentos funcionais do servidor, arquivada no Serviço de Registro Funcional – SEREF/DICAD/COAD/COGEP)

10.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Nos casos de danos ao erário a COGEP procede de acordo com a Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, que estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades do sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, para reposição de valores ao erário.

Abre-se um processo no qual a pessoa responsável pelo dano é notificada podendo se defender dentro dos prazos e não ficando descaracterizado o débito, aplica-se a cobrança, na forma da lei.

QUADRO A.10.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
Processo nº 50000.049851/2013-51			<u>01</u>					
Processo nº 50000.021428/2014-78			<u>01</u>					

Fonte: SE/SAAD/COGEP

Processo nº 50000.049851/2013-51: Cumprimento do item 1.8 do Acórdão 8.791/2011 – TCU – 2ª Câmara. Foi aberto, em 2013, Processo Administrativo, apurado o débito pela Coordenação-Geral de Modernização e Organização – CGMO e notificados os agentes públicos responsáveis, bem como as empresas envolvidas, para manifestação. As defesas apresentadas pelos agentes públicos notificados não foram acolhidas, razão pela qual a SAAD atualizou os valores a serem ressarcidos pelos citados agentes aos cofres públicos, emitindo as respectivas Guias de recolhimento da União (GRUs).

As empresas envolvidas, após notificação por meio de “Editais de Convocação” publicados na Imprensa Oficial (DOU nº 7, de 10/1/2014, Seção 3, páginas 197/198) e em jornais diários de grande circulação nacional (O Globo e Correio Braziliense, ambos de 10/1/2014) não se manifestaram.

Todas as instâncias recursais administrativas foram esgotadas e, em decorrência, foi encaminhada à Consultoria Jurídica do Ministério cópia dos autos processuais para subsidiar a propositura de ação na esfera judicial, visando ao ressarcimento do dano ocorrido.

Processo nº 50000.021428/2014-78: Em cumprimento ao DESPACHO/AUDITORIA ESPECIAL Nº 20/2003 da Controladoria Geral da União na Paraíba, que apurou débito relativo à celebração do 6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PD/13-01/97-00, firmado entre o 13º DRF/DNER-PB, extinto, e o Serviço de Vigilância Patrimonial e Ostensiva Ltda., foi aberto, em 2014, o Processo Administrativo com atualização dos valores e notificação dos agentes públicos responsáveis, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa em homenagem ao princípio do contraditório.

Por força do Mandado de Segurança 42131-19.2014.4.01.3400, em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi deferida liminar no sentido de sustar qualquer providência de execução em relação aos impetrantes.

10.5. Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.10.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Leonardo Martins Ribeiro Cruz, CPF 012.576.301-80, Analista Técnico Administrativo, chefe da Divisão de Atos e Contratos, cargo exercido na Coordenação de Execução Orçamentária e financeira, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.

(Leonardo Martins Ribeiro Cruz)

(CPF 012.576.301-80)

(Chefe da Divisão de Atos e Contratos/SAAD/SE/MT)

11. Informações Contábeis

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

A Unidade Gestora 390004 aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, quanto a mensuração de ativos, passivos e depreciação, amortização e exaustão.

A vida útil econômica estimada do ativo imobilizado e o cálculo de sua reavaliação foram apurados mediante a aplicação das orientações constantes na Macro Função Siafi nº 020330.

Da mesma forma, a depreciação também foi calculada aplicando a metodologia constante na Macro Função Siafi nº 020330, que demonstra a vida útil do bem, na qual é baseada a taxa de depreciação a ser aplicada e também os percentuais residuais por conta contábil.

A mensuração e avaliação das saídas dos estoques são apuradas pelo custo médio ponderado, conforme orientação da NBC T 16.10.

Com a utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 as contas de resultado foram impactadas conforme segue: baixa de estoque R\$ 647.013,36 (seiscientos e quarenta e sete mil, treze reais e trinta e seis centavos) , depreciação R\$ 1.617.976,74 (um milhão, seiscientos e dezessete mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) e reavaliação de bens R\$ 1.120.445,49 (um milhão, cento e vinte mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Não se aplicam às Unidades Gestoras 390007, 390056 e 390058 os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

11.2. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

O Ministério dos Transportes por meio da Portaria nº 30, de 20/01/2012, alterada pela Portaria de 28/02/2013, nomeou comissão para elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação da estrutura do Sistema Setorial de Custos.

A comissão apresentou solicitação de uma estrutura mínima para funcionamento da área de custos, a qual se encontra em análise para criação de uma Divisão de Verificação e Análise de Custos – DIVAC e sua inclusão no Regimento Interno do MT.

Dessa forma, o MT pretende priorizar a criação formal da setorial de custos para melhor monitorar e avaliar a evolução das despesas, o que poderá contribuir na adequação do orçamento em execução e também da proposta orçamentária elaborada anualmente pelas unidades desta Pasta.

11.3. Conformidade Contábil

A verificação da Conformidade Contábil se dá por meio dos demonstrativos contábeis, análise do Balancete e Auditores, que permitem identificar inconsistências das informações, gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

As unidades gestoras executoras que compõem o Ministério dos Transportes e seus respectivos contadores são:

- 390002 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – Maria Cristina Liotto,
- 390004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – Evandro Luiz de Souza,
- 390007 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Vera Cruz de Carvalho Melo,
- 390056 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos – Evandro Luiz de Souza, e
- 390058 – PREMEF/BIRD-PHE Plano Hidr.Estratégico – Evandro Luiz de Souza.

Em relação à UG 390002 as conformidades contábeis foram todas registradas sem ocorrências, alertas, ou ressalvas, no exercício de 2014.

A verificação da conformidade contábil ocorreu baseada em análise dos demonstrativos contábeis e auditores contábeis gerados pelo SIAFI OPERACIONAL, que possibilitou identificar inconsistências das informações no exercício de 2014. As Unidades Gestoras 390007, 390056 e 390058 não apresentaram ocorrências, enquanto que na Unidade Gestora 390004, foram identificadas cinco (05) ocorrências, sanadas durante o exercício. Segue abaixo a relação das ocorrências do exercício de 2014:

TABELA 71 – OCORRÊNCIA DA UJ 390058 SANADAS NO EXERCÍCIO

Mês	Restrição	Título	Grupo
02	315	Falta/Restrição Conform.Registro de Gestão	199
02	603	Saldo Contábil do Almox. Não Confere c/RMA	211
06	674	Sld. Along/Indev. Ctas Transit. Pass. Circulante	221
11	603	Saldo Contábil do Almox. Não Confere c/RMA	211
11	697	Saldo Invertido – Passivo Compensado	229

Obs. A Unidade Gestora 390058 – Premef/Bird-Phe Plano Hidr. Estratégico, não apresentou movimentação no exercício de 2014.

11.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO A.11.4 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL			390004
Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD			390056
Premef/Bird – Phe Plano Hidr. Estratégico			390058
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas citadas acima.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	13/02/2014
Contador Responsável	Paulo Roberto de Lima	CRC n°	DF-006836/O-3

11.4.1. Declaração Plena

QUADRO A.11.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Subsecretaria de Orçamento e Finanças – SPO			390002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada citada acima.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	11/02/2014
Contador Responsável	Maria Cristina Liotto	CRC n°	DF-009807/O-5

11.4.2. Declaração com Ressalva

Não houve ocorrência por não se aplicar a esta UJ.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

12.1.1. Outras Considerações Relevantes no Âmbito da SAAD

Conforme anteriormente mencionado, o Serviço de Apoio Administrativo é a única unidade integrante do Gabinete da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, ao qual compete a execução de atividades de apoio administrativo no âmbito da Subsecretaria.

O quadro demonstrativo abaixo retrata a demanda de expedientes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, no exercício de 2014:

DEMANDAS DE EXPEDIENTES DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

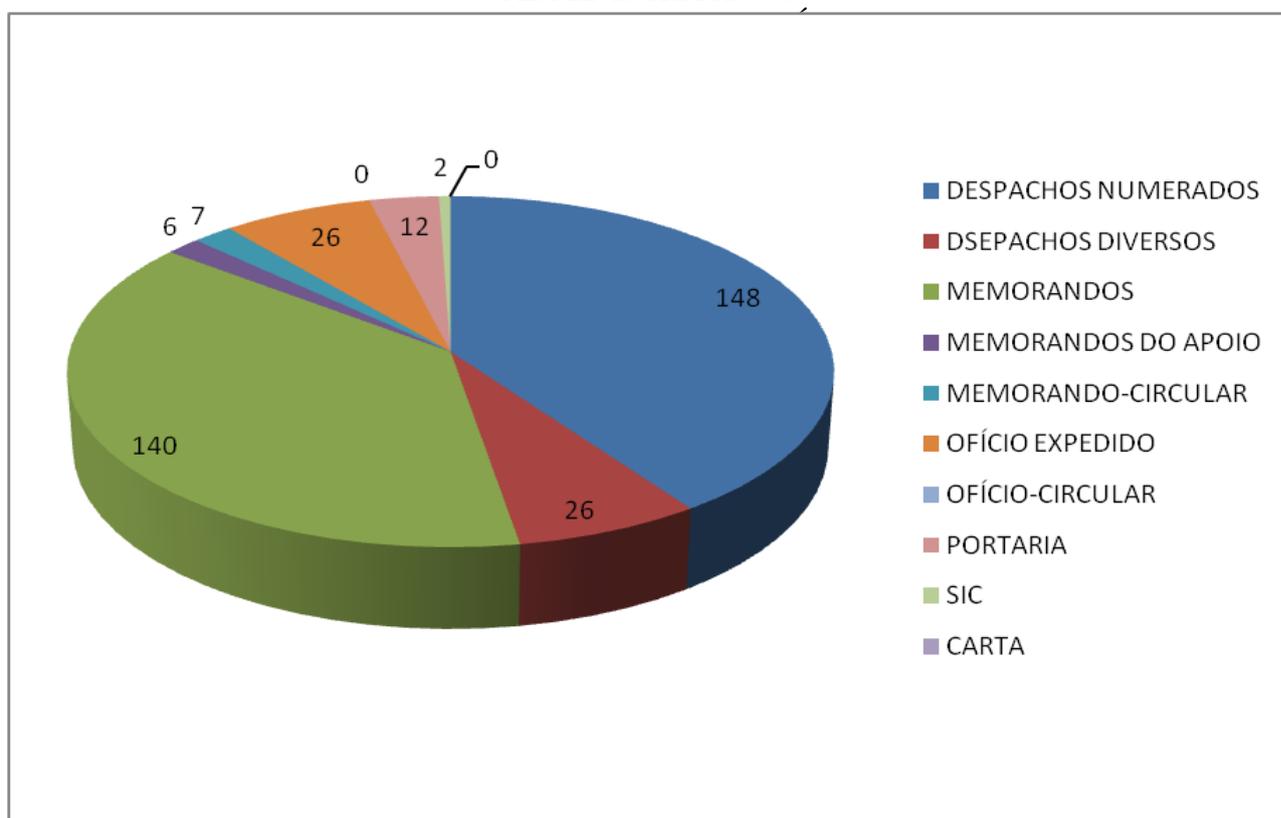


Figura 10: Gráfico ii Demandas de Expedientes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Um total de 4.745 expedientes foi formalizado pela Subsecretaria, sendo 1.898 despachos numerados; 284 despachos sem numeração; 1.790 memorandos expedidos; 36 memorandos circulares e 322 ofícios expedidos.

Digno de destaque o atendimento realizado pela SAAD a 191 demandas/solicitações protocolizadas junto ao Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que facilitou aos cidadãos o exercício do direito de acesso às informações públicas. Os citados atendimentos reportaram-se especialmente a informações das áreas de gestão de pessoas e obtenção do benefício do Passe Livre do Governo Federal.

❖ Programa Passe Livre para as Pessoas Portadoras de Deficiência

No que concerne ao Programa Passe Livre, trata-se de benefício instituído pela Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para a concessão de gratuidade nos serviços de transportes interestaduais de passageiros, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, para pessoas com deficiência física, mental, auditiva, visual ou renal crônica, comprovadamente carente.

Tal direito, atualmente, encontra-se disciplinado na Portaria GM nº 261, de 3 de dezembro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de dezembro de 2012. Nos termos deste ato, em seu artigo 50, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos é a unidade responsável pela administração, operação e controle do Passe Livre Interestadual, embora o Programa não esteja formalmente inserido na estrutura regimental da Pasta.

No uso do permissivo do já citado artigo 50, parágrafo único, da Portaria GM nº 261, de 3 de dezembro de 2012, o Subsecretário de Assuntos Administrativos delegou competência a servidor ocupante de cargo de Assessor, código DAS 102.4, desta Subsecretaria, para os atos de administração do Programa, dentre os quais o recebimento e a autuação dos documentos apresentados pelos interessados; a análise do pedido do benefício, com vistas ao deferimento ou não; a emissão da credencial (carteirinha) de Passe Livre e a instrução e o fornecimento de resposta às demandas formuladas pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como pelos órgãos de controle interno e externo, no que tange às atividades desenvolvidas no Programa.

No exercício de 2014, com vistas a melhorar o atendimento prestado aos interessados, foram providenciadas diversas melhorias, dentre as quais nas instalações físicas do Programa, com vistas a um novo leiaute para melhor organização; distribuição de senhas manuais para atendimentos presenciais; alteração no procedimento de envio dos processos ao Protocolo Geral do Ministério, para registro e etiquetagem e acesso aos interessados à Central de Atendimento do Ministério dos Transportes.

TABELA 72 - QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA PASSE LIVRE

Descrição da Atividade	Realizado/2014
Processos novos cadastrados	37.802
Processos analisados e reexaminados	85.682
Credenciais emitidas - Beneficiários	53.711
Credenciais emitidas - Acompanhante	1.100
Correspondências expedidas	121.300

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

Em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, a Portaria Ministerial nº 72, de 18 de março de 2014, estendeu o benefício do passe livre ao acompanhante do deficiente, desde que comprovada a hipoinsuficiência financeira e desde que comprovada, por laudo médico, a necessidade do acompanhamento.

E, no propósito de prestar melhor atendimento, a Portaria Ministerial nº 394, de 10 de novembro de 2014, dispensou a apresentação de novo atestado médico nos casos de deficiência permanente devidamente comprovada.

Ao Ministério dos Transportes, na análise do pedido de Passe Livre, é permitido consultar informações socioeconômicas e de saúde de outros programas a nível federal, estadual ou municipal, e confrontá-las, com o objetivo de decidir quanto à concessão do benefício. Nessa seara, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos mantém contatos periódicos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de modo a viabilizar permissão para consulta ao Banco de Dados daquele órgão, a fim de garantir maior segurança no exame dos documentos indispensáveis à concessão do benefício.

Ainda em 2013, o Subsecretário de Assuntos Administrativos encaminhou ao Senhor Secretário-Executivo solicitação para que as atribuições inerentes ao Programa Passe Livre fossem exercidas por outra unidade organizacional ou mesmo entidade vinculada ao Ministério, visto que seu objeto não se alinha com as competências institucionais da SAAD. Tal proposição encontra-se sob decisão superior.

❖ Trabalhos Remanescentes do Extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER

Em 08 de agosto de 2003, por intermédio do Decreto nº 4.803/2003, os trabalhos da Inventariança do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foram encerrados, ao mesmo tempo em que foi atribuída ao Ministério dos Transportes a competência para solucionar as pendências restantes da Inventariança do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Em 2003, por meio da Portaria nº 971/2003 do Ministro dos Transportes, publicada em 22/09/2003, foi criado o “Grupo Executivo”, com a finalidade de exercer as atribuições estabelecidas no Decreto nº 4.803, de 08/08/2003, publicado em 11/08/2003, dentre as quais o gerenciamento das pendências deixadas pela Inventariança do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Posteriormente, foi publicada a Portaria Ministerial nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de outubro de 2010, extinguindo o Grupo Executivo e atribuindo, transitoriamente, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos, a competência para dar continuidade ao processo de liquidação da extinta Autarquia.

O Decreto nº 7717/2012, ao estabelecer a nova Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes, criou, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, a Coordenação-Geral de Modernização e Organização, unidade que, além de outras competências, ficou responsável pelo trato de todas as atividades do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Com a transferência dos trabalhos da inventariança do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER para a Subsecretária de Assuntos Administrativos – SAAD/SE/MT, a partir de novembro de 2010, e dando continuidade aos exames e instruções documentais, recebimento de créditos, quitação de débitos, atendimentos, incluindo prestação de informações, aos Órgãos de controles – internos e externos – à Advocacia Geral da União e à Justiça, foram realizadas, sinteticamente, as seguintes evoluções.

TABELA 73 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO/EXERCÍCIO	2010	2011	2012	2013	2014
1	CRÉDITO LIQUIDO PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO	2.588.835,15	1.743.035,00	10.220.770,00	10.000.000,00	6.000.000,00
2	EMPENHOS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO	2.097.701,27	931.488,46	4.324.473,97	4.078.835,05	3.828,51
3=1-2	CRÉDITO DISPONÍVEL - NO EXERCÍCIO	491.133,88	811.546,54	5.896.296,03	5.921.164,95	5.996.171,49
4	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	-	4.675,96	34.585,60	-	1.169.923,74
5	RESTOS A PAGAR RECEBIDO do extinto Grupo Executivo	105.758.598,60	-	-	-	-
6=4+5	TOTAL DE RESTOS A PAGAR	105.758.598,60	4.675,96	34.585,60	-	1.169.923,74
7	RESTOS A PAGAR ANULADOS	-	37.687.817,65	1.933.828,03	16.445.184,74	20.433.188,05
8	RESTOS A PAGAR PAGOS	-	20.670.362,55	254.969,16	63.346,22	49.176,73
9	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	105.758.598,60	47.405.094,36	45.250.882,77	28.742.351,81
10=6-7-8+9	RESTOS A PAGAR A PAGAR	105.758.598,60	47.405.094,36	45.250.882,77	28.742.351,81	9.429.910,77

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

O grande volume de Restos a Pagar recebido do extinto Grupo Executivo (R\$ 105.758.598,60) é, possivelmente, decorrente da necessidade de garantir notas de empenhos para quitar eventuais débitos que seriam apurados no exame do grande número de processos existentes nos arquivos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

O alto valor, R\$ 20.670.362,55, pago com empenhos inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2011, é dividido em: (i) R\$ 20.073.671,81 - diversos depósitos em juízo para cumprimento de determinações judiciais, visando satisfazer ações movidas por credores do extinto DNER, sendo que, individualmente, a ação movida pelo Consórcio Rodovia foi atendida com R\$ 19.829.744,60; e (ii) R\$ 596.690,74 – quitação de débitos apurados em processos examinados pela equipe técnica da CGMO/SAAD.

As dotações propostas/aprovadas/empenhadas para os exercícios 2012/2014 visaram atender eventuais créditos apurados nos processos examinados pela equipe técnica da CGMO/SAAD, bem como em demandas judiciais impetradas por credores do extinto DNER.

É importante demonstrar que após análises efetuadas pela equipe técnica da CGMO/SAAD em diversos processos que possuíam notas de empenho prévias ficou concluído que eventuais créditos reclamados haviam sido alcançados pelo advento da prescrição, resultando nas anulações vultosas de restos a pagar (R\$ 37.687.817,65 em 2011; R\$ 1.933.828,03 em 2012; R\$ 16.445.184,74 em 2013 e R\$ 20.433.188,05).

❖ Estoques de Processos a Serem Examinados

Na atividade de análise de processos transferidos do extinto DNER para a CGMO/SAAD, foi estimada a existência de aproximadamente 4.650 processos principais, com igual quantitativo de apensos, ou seja, um total de 9.300 processos.

Até dezembro de 2014, foram analisados e concluídos 985 processos principais, com mais 1.141 apensos, totalizando 2.126.

Restam aproximadamente 3.665 processos principais e mais 3.509 apensos, ou seja, restam 7.174 processos a serem examinados, instruídos e submetidos às complementares decisões, cuja conclusão estima-se ocorrerá nos próximos quatro anos.

❖ Atividades de Modernização

Controle, atualização de personogramas e outras atividades relativas à área. As atualizações são feitas mediante a leitura e acompanhamento de Portarias no Diário Oficial da União, Seção I e II, diariamente, bem como nos Boletins de Pessoal do MT, com os devidos registros e, posteriormente, distribuídos às unidades.

Atualização da Lista de Dirigentes, quando há alteração em cargos de Direção de Assessoramento Superior. Sinalização vertical no âmbito das unidades do Ministério dos Transportes. Participação da Coordenação-Geral, COMOR e Técnicos desta unidade, na explanação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, apresentado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Participação da COMOR/CGMO, na elaboração da Minuta de Portaria de implantação e funcionamento do Processo Eletrônico de Documentos – PED, no âmbito do Ministério dos Transportes. Inventário dos bens patrimoniais da Biblioteca. Avaliação e seleção do material doado pela Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT. Organização do acervo oriundo do extinto GEIPOT. Correção de cadastro de obras no software SOPHIA. Cadastro e correção de obras da coleção Memória dos Transportes. Microfilmados 204.305 documentos das seguintes áreas: SFAT, SPO, COGEP, DIBEN e GM, perfazendo um total de 105 filmes. Participação nas reuniões para a definição do Mapa Estratégico do MT. Participação, como representante do MT, do Grupo de Trabalho da Agenda Social Quilombola – SEPPIR/PR. Atualização do Manual de Procedimentos do Conselho de Administração de empresas vinculadas ao MT. Elaboração de minuta de Regimento Interno do CONSAD/DNIT. Elaboração de minutas de Portarias para o MT.

Além do exposto anteriormente, entre as ações empreendidas pela Coordenação-Geral de Modernização e Organização, temos: atendimento a demandas originárias do Tribunal de Contas da União; da Controladoria Geral da União; bem como o atendimento, em tempo hábil, de dezenas de demandas originárias da Advocacia-Geral da União, com o fornecimento de informações para subsidiar a defesa da União.

Assim, pode-se afirmar que a Coordenação-Geral de Modernização e Organização tem exercido papel de extrema importância e vem alcançando seus objetivos no tocante ao encerramento definitivo dos trabalhos remanescentes da inventariança do extinto DNER.

Para uma melhor compreensão da demanda de atividades que ainda restam do DNER e dos bons resultados que a Coordenação-Geral de Modernização e Organização vem alcançando desde sua estruturação, em meados de 2012, apresentamos quadro abaixo onde se observa a análise de 572 processos no exercício de 2014. Insta realçar que a análise dos processos que ainda remanescem do

DNER demandam a realização de diversos atos de instrução pela CGMO, tais como solicitação de informações a órgãos/entidades, a busca por documentação complementar e ainda manifestação da Controladoria - Geral da União e do órgão de assessoramento jurídico da Pasta.

TABELA 74 - QUANTITATIVO E VALOR DOS PROCESSOS EM 2014

TIPO DE ANÁLISE	QUANTITATIVO	VALOR TOTAL (R\$)	OBS
Processos analisados	572	0,00	
Débitos do DNER	65	0,00	
Danos ao patrimônio	342	0,00	
Infrações de trânsito	165	0,00	
Precatórios	0	0,00	
Depósito judicial (*)	-0-	4.880,00	
Restituições de infrações de trânsito arrecadadas pelo extinto DNER indevidamente	-0-	3.828,51	

(*) Depósito com crédito POCAPO S/A – Serviços de Vigilância e Segurança

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

» Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas em face de gerir uma folha de pessoal composta por mais de 120 mil cadastros registrados, e ter herdado um passivo funcional, e respectivo acervo, oriundo de 55 órgãos/entidades extintos, dentre outros assuntos que impactaram sua rotina de trabalho no exercício de 2014, mesmo diante de sua parca e insuficiente força de trabalho de pessoal efetivo e de sua defasada estrutura regimental, atingiu ainda os expressivos resultados abaixo listados:

» Coordenação de Pagamento de Aposentados e de Pensionistas - COPAP

Além das atividades de rotina relativas a pagamento de aposentados e de pensionistas, cabe a Coordenação de Pagamento de Aposentados e de Pensionistas, por intermédio da Divisão de Cálculos e Pagamento de Aposentados e de Pensionistas promover o acompanhamento das situações decorrentes do efetivo cumprimento da sentença exarada em processos judiciais referentes a pagamentos da referida clientela sendo que os mesmos geralmente são processos coletivos.

Assim no exercício de 2014, as atividades da Divisão de Cálculos e Pagamento de Aposentados e de Pensionistas- DICAP/COPAP/COGEP estiveram voltadas para a análise de processos relativos a demandas judiciais em face da inadequada estrutura da Unidade e da necessidade de cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos pela Justiça e pela Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes. a exemplo do nº 50000.026700-2011/63 relativo à ação nº 000642-44.2006.4.01.3400 impetrada pela Associação dos Servidores Federais em Transportes - ASDNER que teve como objeto o enquadramento de aproximadamente 25.000 -vinte e cinco mil- aposentados e pensionistas originários do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, instituído pela Lei nº 11.171/2005).

Em relação ao referido processo é de se registrar que, apesar de já terem sido realizadas as ações necessárias para o efetivo enquadramento dos autores no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT, instituído pela Lei nº 11.171/2005, atividade concluída no primeiro semestre do exercício de 2012, durante a realização dos procedimentos necessários foi gerada uma grande demanda administrativa, para todas as unidades

da COPAP e da COAP em face da necessidade de revisão e ajuste de um grande número de benefícios em decorrência do enquadramento em questão.

No exercício de 2014, foi registrado outro grande impacto na rotina de trabalho da COPAP, principalmente nas atribuições de competência da DICAP pela necessidade de cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0018381-85.201.4.01.3400, protocolado neste Órgão sob o registro SICAP nº 00410.009046/2014-76, impetrado pela Associação dos Servidores Federais em Transportes - ASDNER, que tem como objeto o restabelecimento de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI que foram excluídas administrativamente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o mês de fevereiro de 2014 e beneficiou cerca de 17.000 (dezesete mil) servidores ativos, aposentados e pensionistas desta Pasta.

Relativamente aos processos desta natureza os resultados apresentados pela unidade são os informados a seguir:

TABELA 75 - ANÁLISE DE PROCESSOS RELATIVOS A DEMANDAS JUDICIAIS

ATIVIDADES	Exercício 2013	Exercício 2014	AC/DEC (%)
Processos relativos a Alvarás judiciais- não contenciosos	1.713	1.132	(33,91%)
Processos judiciais relativos a Ações diversas - contenciosas	7.955	4.601	(42,16%)
TOTAL	9.668	5.733	(40,70%)

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

OBS: Em que pese a aparente redução no número de processos trabalhados é de se registrar que tal percentual não evidência diminuição na aplicação dos recursos disponíveis para a execução das atividades visto que conforme informado nos itens 1.5 do presente apenas em dois processos impetrados pela ASDNER foram tratadas situações distintas de aproximadamente 42.000 (quarenta e dois mil) autores.

TABELA 76 - CÁLCULOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

ATIVIDADE	Exercício 2013	Exercício 2014	AC/DEC (%)
GTA- Cálculos Judiciais	356	969	172,19%
Total de processos trabalhados	356	969	172,19%

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

TABELA 77 - ANÁLISE DE DOCUMENTOS RELATIVOS A DEMANDAS JUDICIAIS

ATIVIDADE	Exercício 2012	Exercício 2013	AC/DEC (%)
Documentos recebidos e analisados	1.319	1.273	(3,48)
Encaminhamentos Expedidos	2.655	3.409	28,39
Memorandos Expedidos	12	16	33,33
E-MAILS Expedidos	433	1.528	352,88
Ofícios expedidos	305	388	27,21
TOTAL DE DOCUMENTOS ANALISADOS	4.724	6.614	40,00%

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

❖ Pensionistas

TABELA 78 – EVOLUÇÃO DOS CÁLCULOS DE PROCESSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REFERENTES A PENSIONISTAS

ATIVIDADES EXECUTADAS	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2014	AC/DEC (%)
Processos administrativos calculados, conferidos e lançados no sistema SIAPE, aguardando pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme critérios estabelecidos por aquele órgão normativo.	177	147	(-16,94)
Processos calculados aguardando conferência	92	229	151,64
Processos calculados e conferidos aguardando lançamento no módulo de exercícios anteriores do SIAPE.	402	373	(-7,21)
TOTAL DE PROCESSOS TRABALHADOS	671	928	38,30

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

TABELA 79 - VALOR REFERENTE AOS PROCESSOS DE PENSÃO LANÇADOS E AUTORIZADOS NO MÓDULO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO SIAPE, AGUARDANDO PAGAMENTO POR PARTE DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EXERCÍCIO	VALORES EM REAIS
Exercício de 2013	R\$ 4.167.274,58
Exercício de 2014	R\$ 3.433.097,08
TOTAL LANÇADO EM 2013/2014	R\$ 7.600.371,66

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

❖ Aposentados

TABELA 80 – EVOLUÇÃO DOS CÁLCULOS DE PROCESSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REFERENTES A SERVIDORES APOSENTADOS

PROCESSOS ANALISADOS - EXECUTADOS	Exercício 2013	Exercício 2014	AC/DEC (%)
Processos relativos a atrasados de servidores aposentados, calculados, conferidos e lançados no módulo de exercícios anteriores do Sistema SIAPE para fins de pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme critérios estabelecidos por aquele órgão normativo de Pessoal.	24	61	154,17%
Processos de exercícios anteriores pagos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *	10	47	370%

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

TABELA 81 – VALOR REFERENTE AOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA LANÇADOS E AUTORIZADOS, NO MÓDULO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO SIAPE AGUARDANDO PAGAMENTO POR PARTE DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

ANO/ EXERCÍCIO	VALORES EM REAIS
2013	R\$ 357.793,20
2014	R\$ 420.806,46
TOTAL LANÇADO EM 2013/2014	R\$ 778.599,66

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

❖ Reversão de Créditos de Aposentados e de Pensionistas

Como tem sido informado constantemente nos relatórios de Gestão da Coordenação de Pagamento de Aposentados e de pensionistas – COPAP, desta COGEP, em face da necessidade de atendimento das determinações constantes da decisão 950/2000-TCU - Plenário, do Acórdão 1886/2007-Plenário e do Acórdão nº 5075/2008-TCU Plenário, todos expedidos pelo Tribunal de Contas da União referente ao estabelecimento de mecanismos eficazes de controle de óbitos e exclusão de aposentados e pensionistas da folha de pagamento, bem como sobre adoção de medidas para a recuperação dos valores depositados na conta dos titulares dos benefícios de aposentadorias e pensões, pelo não conhecimento da ocorrência do falecimento informo:

❖ Quanto ao item que determinou o estabelecimento de mecanismos eficazes de controle de exclusão de aposentados e pensionistas por ocasião de óbito:

Por oportuno, é importante reiterar informação já prestada em oportunidades anteriores, no sentido de que desde a emissão da decisão 950/2000-TCU Plenário os dirigentes de recursos humanos desta Pasta consignaram que adotaram vários procedimentos para fins de aperfeiçoamento do controle de óbitos de aposentados com vistas a agilização da exclusão dos beneficiários falecidos da folha de pagamento evitando-se assim a ocorrência de danos ao erário, em decorrência de depósitos de aposentadorias e pensões na conta corrente de beneficiários falecidos.

Registre-se que os depósitos em questão não ocorrem por erro da administração, mas sim em função da falta ou demora da comunicação da ocorrência do óbito por parte dos familiares e ou representante legal.

Assim, o que se caracteriza como indevido não é o depósito da aposentadoria ou da pensão visto que o mesmo é realizado com base nos registros constantes do sistema SIAPE, no qual a situação do beneficiário se encontra regular. O que se caracteriza como indevido é o saque dos valores por parte de familiares e ou representante legal que tem conhecimento do óbito do servidor e além de não comunicarem o fato a este Ministério, continuam sacando os valores das aposentadorias e pensões de forma fraudulenta.

É de ser mencionado que, nestes casos, em face da demora na obtenção do documento que comprove o óbito do beneficiário, a recuperação dos valores depositados na conta dos mesmos fica prejudicada, pois neste período tais valores podem ser objeto de saques indevidos por parte de terceiros mediante a utilização do cartão bancário do titular.

Desta forma, a COGEP tem se utilizado de todas as vias disponíveis para a obtenção de documentos comprobatórios do falecimento do titular do benefício como descrito a seguir:

- a) solicitação de remessa da certidão de óbito pelos familiares e/ou representantes legais do titular do benefício ou pelos representantes dos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes por meio postal, por FAX ou por e-mail; em face da demora no recebimento do documento por postagem normal via correios;
- b) extração da certidão de óbito de processos relativos a requerimento de auxílio funeral por morte de servidores e /ou de processos relativos a requerimento de pensão apresentado por parte dos dependentes dos mesmos;
- c) extração da certidão de óbito dos processos relativos a alvarás e ações judiciais que venham a tramitar pela Coordenação tratando de solicitação de informações para subsídio a análise de demanda judicial em que sejam solicitados valores porventura devidos aos titulares falecidos. Registre-se nestes casos que quando o documento não

consta do processo o mesmo vem sendo solicitado ao Juízo onde tramita a causa com a informação da existência de valores pendentes em nome do titular;

- d) solicitação aos cartórios das certidões de óbitos detectados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio do Batimento de Dados do Cruzamento SIAPE X SCO disponibilizado mensalmente por aquele órgão no Sistema Siapenet.

Vale lembrar que o Sistema de cruzamento SIAPE X SCO utiliza como base o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos SISOBI, o qual foi instituído por meio da Portaria (MPS) nº 847/2001 do Ministério da Previdência Social e consolida as informações sobre as ocorrências de falecimento registradas nos cartórios de registro civil de pessoas naturais do Brasil, sendo que no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os dados do SISOBI são utilizados para cancelar benefícios por meio de cruzamentos com o Sistema Unificado de Benefícios (SUB) registrando-se por oportuno que nem todos os cartórios do Brasil estão informatizados e em condições de alimentar o referido Sistema.

Em consequência, com base no Sistema SISOBI, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na condição de Órgão Central do Sistema SIPEC institui o Sistema de cruzamento de dados SIAPE X SCO com o objetivo de identificar a ocorrência de óbitos de servidores públicos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo Federal, como se verifica dos dispositivos anexados ao presente quais sejam:

- a) Ofício-Circular nº. 32/SRH/MP, datado de 24.04.2002, informou aos Dirigentes de Recursos Humanos da realização do primeiro cruzamento de dados entre os cadastros dos Sistemas SIAPE e CONTROLE DE ÓBITOS - SCO, com o objetivo de identificar e excluir, de forma automática, os registros coincidentes com indícios de óbitos na administração pública federal, sendo os resultados disponibilizados por site próprio daquele Ministério, para fins de apuração de possíveis irregularidades na forma da lei;
- b) o Ofício-Circular nº. 64 SRH/MP, datado de 04.09.2002, por meio foi comunicada a implantação definitiva do citado cruzamento em rotina mensal a ser executada pela Auditoria de Recursos Humanos do órgão central do SIPEC, sendo a relação dos registros com indícios de óbitos, disponibilizada no SIAPENET, para adoção das providências necessárias à regularização das situações, tendo sido determinado inclusive à instauração de procedimento administrativo preliminar para verificação das circunstâncias em que ocorreram os pagamentos dos valores em questão, o que já aconteceu no âmbito deste órgão;
- c) Ofício-Circular n ° 26 /SRH/MP datado de 28 de agosto de 2003 o qual comunicou que em maio de 2003 foi encaminhado Ofício específico para os órgãos envolvidos no assunto em tela com o posicionamento gerencial dos processamentos, inclusive apontando a quantidade de registros ainda excluídos com a respectiva ocorrência SIAPE x SCO e, informando, ainda, que esta pasta estará providenciando a partir do 2º semestre, medidas cabíveis junto a outras esferas de poder da União, com vistas à adoção de procedimentos que o assunto requer.

Releva salientar que atualmente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao disponibilizar mensalmente para os órgãos seccionais, por meio do SIAPENET o relatório onde são informados dados de óbitos de servidores e pensionistas, detectados por ocorrência cruzamento SIAPE X SCO já providência automaticamente a suspensão dos pagamentos e a partir de então não mais ocorrem depósitos na conta dos beneficiários falecidos.

Entretanto, a efetiva comprovação da ocorrência do falecimento mediante a obtenção da certidão de óbito ou outro documento equivalente, fica a cargo do órgão de origem do beneficiário e, para a maioria das ações que envolvem a reversão de créditos, inclusive em relação aos óbitos

detectados por meio do cruzamento SIAPE X SCO, o tempo médio para a obtenção do documento é de 04 (quatro) meses.

Também é importante citar que as instituições financeiras detentoras das contas dos aposentados e pensionistas somente recebem o pedido de reversão de créditos mediante a juntada ao mesmo da certidão de óbito ou outro documento emitido por cartório, onde constem os dados do falecimento.

Portanto, somente após receber o documento comprobatório do óbito é possível providenciar a exclusão definitiva dos benefícios da folha de pagamento e proceder a remessa do pedido de reversão de créditos às instituições bancárias solicitando o retorno dos valores.

Assim sendo em face da demora na obtenção do documento que comprove o óbito do beneficiário, a recuperação dos valores depositados na conta dos mesmos fica prejudicada, pois neste período tais valores podem ser objeto de saques indevidos por parte de terceiros mediante a utilização do cartão bancário do titular.

Considere-se ainda que o tempo médio de resposta aos pedidos de reversão de créditos é de aproximadamente 6 (seis) meses e na maioria dos casos, quando há devolução de valores por parte das instituições financeira a mesma ocorre de forma parcial pois o tempo decorrido entre o recebimento da comunicação deste órgão e a adoção de medidas efetivas para o retorno dos valores aos cofres da União favorece a ocorrência dos saques indevidos.

Sobre as situações descritas nos itens 9/11 do presente, que na condição de Órgão central do Sistema SIPEC e na defesa do interesse público o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderia intervir junto às instituições financeiras no sentido de que as mesmas acatassem as informações constantes do batimento de óbito coincidentes com os registros do Sistema SIAPE, como documento comprobatório do falecimento para fins de retorno dos valores ao erário e também que agilizem o atendimento dos pedidos de reversão de créditos.

No que se refere à obtenção de certidões de óbitos junto aos cartórios, de acordo com os registros disponibilizados pelo Serviço de Cálculos e Pagamento de Aposentados- SECAP e pelo Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensionistas- SEPEN, atualmente aproximadamente 90 (noventa por cento) das solicitações encaminhadas aos cartórios são atendidas com a remessa da certidão ou outro documento onde constem os dados do óbito o que possibilita o encaminhamento dos pedidos de reversões de créditos às instituições financeiras em um prazo menor. Entretanto, alguns cartórios se recusam a encaminhar o documento, alegando que tal remessa está condicionada ao pagamento de taxas, ônus este com o qual a administração não tem como arcar.

Relativamente ao recadastramento de aposentados e de pensionistas, o mesmo também tem possibilitado a identificação de óbito de beneficiários de aposentadorias e pensões com maior agilidade, razão pela qual esta Coordenação sempre procurou atualizar os dados cadastrais da referida clientela. No entanto, em função das dificuldades já relatadas a essa Corte de Contas, somente em agosto de 2006, após a adequação dos recursos humanos, logísticos e tecnológicos existentes na Coordenação o mesmo passou a se constituir em rotina de serviço contínua e ininterrupta.

Registre-se ainda que até 29 de março de 2010, o recadastramento de aposentados e pensionistas foi feito por este Órgão com base nas disposições contidas no Decreto nº 2.251/97, sendo que o Decreto nº 7.141/2010 determinou que a 30 de março de 2010 o gerenciamento da rotina de recadastramento de aposentados e pensionistas passaria a ser de competência da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Posteriormente, por meio do Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012, foi delegada competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dos militares inativos e pensionistas das Forças Armadas, e dos anistiados políticos, civis e militares, e seus dependentes.

Entretanto, seguindo orientações do Órgão Central do SIPEC o Ministério dos Transportes continuou a realizar, anualmente, o recadastramento de seus beneficiários de aposentadoria e pensões até o mês de fevereiro de 2013 visto que somente por meio da Orientação Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2013, foram regulamentados os procedimentos para o recadastramento em questão por parte do Ministério do Planejamento o qual teve início no mês de março de 2013.

No entanto, registre-se que uma vez que o recadastramento em questão é realizado anualmente se houver a ocorrência do óbito do titular de um benefício imediatamente após a realização do procedimento e em não havendo a comunicação pelos familiares e/ou a detecção pelo Sistema de Cruzamento SIAPE X SCO, possivelmente o fato só chegará ao conhecimento da administração após decorridos no mínimo 12 (doze) meses o que acarretará a realização de depósitos do benefício e aumentará a possibilidade de saques indevidos por parte de terceiros antes da adoção das providências necessárias para a recuperação dos valores. Portanto a realização do recadastramento por si só não se constitui em medida capaz de sanar o problema relativo a reversão de créditos.

- ❖ Quanto a adoção de providências urgentes, administrativas e judiciais, se for o caso, com vistas à completa e tempestiva reversão dos valores pagos indevidamente aos beneficiários falecidos, em conformidade com o art. 222 da Lei nº 8.112/1990, cujo montante acumulado, constatado pela equipe de auditoria, entre 1997 a 2005, equivalia de R\$ 35.733.606,21 (trinta e cinco milhões setecentos e trinta e três mil).

Sobre este aspecto, reiteramos a informação já prestada no sentido de que até agosto de 2007 em consonância com as recomendações constantes do relatório final da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria 259/2005 (DOU de 08/09/2005) para apurar eventuais responsabilidades sobre depósitos efetuados indevidamente na conta corrente de servidores inativos e pensionistas após o óbito que originou o processo de nº 50000.076808/2004-7, esta Coordenação com o objetivo de recuperar os valores depositados após o óbito de aposentados e pensionistas em períodos em que a ocorrência ainda não era do conhecimento do órgão adotava o procedimento de acerto de contas entre débitos e créditos existentes em nome de aposentados e de pensionistas, inclusive aqueles relativos a reversões de créditos, por ocasião da elaboração de planilhas de cálculos para a apuração de valores porventura devidos aos titulares do benefício á título de exercícios anteriores.

No entanto, o procedimento em questão deixou de ser utilizado em face do despacho emitido pela Coordenação–Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas- do Departamento de Normas- SRH/MPOG em resposta à consulta formulada pela então Coordenação Geral de Recursos Humano por meio do ofício 2139/2007-CGRH/SAAD/SE/MT, de 28.05.2007, reiterado pelo de nº 3.988/2007-CGRH/SAA/SE/MT oportunidade em que aquela Coordenação se posicionou pela impossibilidade de realização *do referido procedimento*, o que retirou desta administração uma das principais alternativas para a recuperação dos valores desta natureza.

Em consequência, atualmente o procedimento de acerto de contas continua a ser realizado somente em relação aos processos relativos a pagamento de espólio referente ao passivo de 28,86%

por meio de alvará judicial por existir expressa previsão legal para a aplicação do mesmo no caso do passivo em questão, sendo que no caso de espólio de valores originários de atrasados de aposentadoria e/ou pensão e do passivo de 3,17% a compensação só pode ser efetivada mediante a autorização expressa da Justiça ou manifestação da parte credora, o que geralmente não vem ocorrendo.

Ainda buscando alternativas para a recuperação dos valores, relativos às reversões mais antigas a Coordenação procedeu a reiteração de todos os pedidos encaminhados às instituições bancárias anteriormente à manifestação do Ministério do Planejamento Orçamento em Gestão quanto à impossibilidade de aplicação do acerto de contas mencionado anteriormente. No entanto, em face do tempo decorrido, a maioria dos pedidos retorna com a informação de que as contas encontram-se com saldos zerados.

Também são encaminhadas Guias de Recolhimento da União quando da prestação de informações à Justiça para fins de instrução de processos relativos a procedimentos não contenciosos, situação em que se informa o valor do débito e se solicita ao Juízo que os herdeiros ou inventariante sejam informados da necessidade de regularização do débito.

Entretanto, no momento não é possível precisar os valores porventura recuperados por meio de pagamento das Guias de Recolhimento da União já emitidas, uma vez que de por se tratar de um procedimento implantado recentemente, ainda não foi possível estabelecer um mecanismo que possibilite a identificação do pagamento das Guias de Recolhimento da União emitidas para fins de recolhimento de valores pendentes de reversão, visto que o registro destes pagamentos é feito via sistema SIAFE.

Ainda em relação ao assunto, foi recebida na COGEP a Recomendação nº 84/2011/MPF/PR/DF da senhora Procuradora da República no Distrito Federal a qual se manifestou nos seguintes termos:

“Recomenda-se à Coordenadoria Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, na pessoa do Sr. Robson de Souza Andrade:”

- “1. Que passe a cientificar o Ministério Público Federal das notícias de crime, imediatamente após conhecimento do fato criminoso.”
- “2. Seja o Ministério Público Federal PR/DF, comunicado no prazo de 20 (vinte) dias sobre as medidas concretas adotadas para o cumprimento da presente recomendação.”

Em face desta determinação e da complexidade de que se reveste a matéria, o assunto foi submetido à apreciação da Consultoria Jurídica deste órgão a qual por meio da COTA 61/2012/CGAJ/CONJUR/MT/CGU: AGU; gsr anexada por cópia ao presente, se manifestou-se nos seguintes termos:

1.” Ciente da recomendação de fls. -04, feita pelo Ministério Público Federal, bem como das pertinentes considerações dessa CGRH, de fls. 11-14, entendo que o melhor procedimento a ser seguido para atender a ambos deve ser o seguinte:”

- a) “ Ciente essa CGRH tardiamente sobre o óbito de um beneficiado (o que é corriqueiro, já que não há por enquanto, sistema informatizado interligado com cartórios para aviso da imediata ocorrência), deverá solicitar ao banco a reversão dos valores.”
- b) “Se, em seguida, o banco informar, que houve saques, então deverá essa CGRH imediatamente informar ao Ministério Público Federal - MPF sobre o fato,

encaminhando os documentos que detiver, sem prejuízo da tentativa de obter os valores como já vinha sendo feito.”

2. “Veja-se que o procedimento acima é um pouco diferente daquele antes realizado, ou seja, apurava-se a ocorrência dos saques e, depois, realizava-se a possível cobrança na via administrativa, tudo antes de se encaminhar os acontecimentos ao MPF.”
3. “A pequena mudança que se propõe acima, segundo consta também da recomendação do MPF, evitará a ocorrência de eventual prescrição da pretensão punitiva estatal.”
4. “Prescrição da pretensão punitiva significa a perda do estado do direito de punir infrações penais, o que o MPF visa evitar com a recomendação acima.”
5. “Como as instâncias administrativa e Penal são independentes, isto é, não há relação de prejudicialidade entre uma e, entendo que as providências acima sugeridas tanto atenderão ao MPF quanto às atividades dessa CGRH.”

É oportuno informar que na prática o atendimento da recomendação em questão acarretou a alteração do procedimento de encaminhamento da notificação ao Ministério Público Federal até então utilizado, visto que anteriormente as orientações recebidas das comissões de sindicância e de inquéritos instauradas no âmbito deste Ministério para tratar do assunto eram no sentido de que somente após esgotados todas as medidas possíveis para a recuperação dos valores por via administrativa a denúncia crime deveria ser encaminhada com vistas a identificação da autoria e a apuração de responsabilidades pelo saque indevido e pela devolução dos valores com a adoção das medidas cabíveis em cada caso.

Com a nova orientação, a denúncia deve ser encaminhada tão logo seja recebida a informação das instituições bancárias quanto à impossibilidade de restituição dos valores, independentemente da adoção de medidas paralelas com vistas à recuperação dos mesmos por via administrativa, ressaltando-se novamente, que esta Coordenação não dispõe de todas as informações necessárias a instrução da notícia crime, principalmente no que se refere à autoria e a forma em que os valores foram sacados.

Também para dar cumprimento a determinação em questão, está sendo procedida a adequação de procedimentos até então utilizados, visto que embora a mudança de procedimento sugerido seja aparentemente simples, a mesma provocou a alteração de rotinas a serem assimiladas pela equipe, inclusive com o remanejamento de atividades entre os setores atualmente envolvidos na emissão, remessa e recebimento dos pedidos de restituição dos valores às instituições bancárias e no registro das informações recebidas daquelas entidades no Sistema de Reversões de Créditos utilizado por esta Coordenação.

Saliente-se ainda que no exercício de 2013, esta Coordenação encaminhou ao Ministério Público Federal um total de 22 (vinte e duas) denúncias, enquanto no exercício de 2014 foram encaminhadas 15 (quinze) não tendo sido possível a remessa de um número maior em face da complexidade de algumas situações onde se torna necessária a realização de várias pesquisas com o objetivo de se verificar se a necessidade de adoção do referido procedimento.

Ademais, além da remessa da denúncia ao Ministério Público Federal, esta Coordenação continua adotando todas as medidas possíveis para a recuperação dos valores em questão de forma administrativa, procedimento este que também foi recomendado pela Consultoria deste Órgão, ao manifestar-se sobre a matéria.

Por fim, em que pese às dificuldades informadas em relação ao assunto, no final do exercício de 2014 a situação de reversão de créditos apresentava-se da seguinte forma:

TABELA 82 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE REVERSÃO DE CRÉDITOS EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS DE 1997 A DEZEMBRO DE 2014

Pedidos de Reversões encaminhados aos Bancos	Pedidos de reversões respondidos pelos Bancos	Valor recuperado por retorno dos Bancos (R\$)	Valor compensado em planilhas de cálculos (R\$)	Valor Recuperado por meio de GRU - cobrança * (R\$)	Valor total recuperado (R\$)
41.136	28.798	49.830.763,97	1.002.262,84	45.324,07	50.878.350,88

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

Considerando ainda que a gestão do atual titular da Unidade de recursos humanos iniciou-se em 27/03/2008 informo a seguir a evolução da atividade de reversão de créditos no período compreendido entre os exercícios de 2008 e dezembro de 2014.

TABELA 83 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE REVERSÃO DE CRÉDITOS EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS DE 2008 A DEZEMBRO DE 2014

Pedidos de Reversões encaminhados aos Bancos	Pedidos de reversões respondidos pelos Bancos	Valor recuperado por retorno dos Bancos (R\$)	Valor compensado em planilhas de cálculos (R\$)	Valor Recuperado por meio de GRU -cobrança *(R\$)	Valor total recuperado (R\$)
19.598	13.134	22.058.064,34	235.847,39	45.324,07	22.339.235.80.

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

Por fim, apresento a seguir o quadro demonstrativo dos resultados alcançados no em relação aos exercícios de 2013 e 2014.

TABELA 84 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE REVERSÃO DE CRÉDITOS EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS DE 2013/2014

Exercício	Pedidos de Reversões encaminhados	Pedidos de reversões respondidos	Valor recuperado por retorno dos Bancos (R\$)	Valor compensado em planilhas de cálculos (R\$)	Valor Recuperado Por meio de GRU-cobrança * (R\$)	Valor Total
2013	2.835	1.650	4.241.862,90	22.696,90	--	4.264.559,80.
2014	2.365	879	1.958.440,03	2.668,52	45.324,07	45.324,07
TOTAL	5.200	2.529	6.200.302,93	25.365,17	45.324,07	6.270.992,17

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

Dos quadros apresentados anteriormente, denota-se que os procedimentos adotados em face do disposto nos itens que determinou o estabelecimento de mecanismos eficazes de controle de exclusão de aposentados e pensionistas por ocasião de óbito e a adoção de medidas para fins de recuperação dos valores em questão estão se mostrando eficazes visto que o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de exclusão de aposentados e pensionistas falecidos da folha de pagamento

têm permitido que as exclusões ocorram que forma mais ágil, o que possibilita a remessa do pedido de reversão de crédito às instituições bancárias de forma mais rápida, diminuindo-se assim a oportunidade de saques dos valores por parte de terceiros.

Relativamente aos valores recuperados cabe frisar que o montante ressarcido na administração do atual titular de Gestão de Recursos Humanos corresponde a aproximadamente a 43% (quarenta e três por cento) dos valores reabilitados.

Continuamos reafirmando que a continuidade de pagamento a aposentados e/ou pensionistas falecidos é um problema recorrente em toda a Administração Pública, atingindo com mais contundência órgãos maiores, sobretudo aqueles que herdaram um expressivo passivo de servidores aposentados e pensionistas de outros órgãos e entidades extintos, como é o caso do Ministério dos Transportes.

Do exposto conclui-se que relativamente à efetiva recuperação dos valores em questão, conforme tem sido constantemente noticiado, diversas providências administrativas vêm sendo tomadas em prol de uma maior eficiência na utilização dos mecanismos de controle de óbitos e recuperação de créditos. Entretanto, diversos fatores que fogem ao âmbito de governabilidade desta Coordenação impactam contrariamente a obtenção de um resultado significativo de uma maneira mais imediata. Nesse contexto, podemos afirmar que todas as providências possíveis já foram adotadas para o cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.3.2 e 9.4.2 do Acórdão n.º 1.886/2007 – Plenário.

Em face da necessidade de cumprimento das determinações constantes da Decisão 950/2000-Plenário, do Acórdão 1886/2007-Plenário e do Acórdão nº 5075/2008-TCU - Plenário, todos expedidos pelo Tribunal de Contas da União, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas por meio das Coordenações que tratam da administração e pagamento de aposentados e de pensionistas (COAP/COPAP) têm buscado a cada exercício, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle das atividades de exclusão de aposentados e de pensionistas falecidos da folha de pagamento e a consequente adoção das medidas relativas à solicitação de restituição por parte das instituições financeiras, dos valores relativos aos depósitos de aposentadoria ou pensão efetuados após o óbito do titular do benefício e a falta ou demora na comunicação da ocorrência por parte dos familiares e/ou representante legal.

Conforme tem constado nos relatórios de gestão da Coordenação de Pagamento de Aposentados e Pensionistas, desde o exercício de 2005, esta atividade tem merecido atenção especial do titular da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas e diversas medidas vêm sendo firmemente adotadas no âmbito das subunidades da Coordenação de Pagamento de Aposentados e de Pensionistas, para dar cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União em relação ao assunto e ainda por aplicação do Projeto administrado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, intitulado “Melhoria da Qualidade dos Gastos da Folha de Pagamento no Âmbito do SIAPE”.

Também, conforme tem constado dos relatórios de gestão a referida atividade vem sendo efetuada respectivamente pelo Serviço de Cálculos e Pagamentos de Aposentadorias – SECAP em relação aos servidores aposentados e Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensão - SEPEN, em relação aos pensionistas.

Entretanto, ainda não está sendo possível à geração dos relatórios de controle de óbitos e de reversão de crédito de maneira separada para aposentados e pensionistas sendo que a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação está verificando os ajustes necessários no sistema no Sistema de Controle de Óbitos e reversão de Créditos utilizado pela Coordenação, de maneira que este fique

configurado para disponibilizar, os relatórios separadamente, mas o trabalho ainda não foi concluído e segundo previsões daquela Unidade poderá ocorrer dentro de alguns meses.

Assim, os resultados relativos a esta atividade, os quais se referem a aposentados e pensionistas são os apresentados a seguir: COPAP.

TABELA 85 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE REVERSÃO DE CRÉDITOS DE APOSENTADOS E DE PENSIONISTAS - PERÍODO DE JANEIRO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2014

Número de Reversões encaminhadas	Valor das reversões encaminhadas (R\$)	Número de reversões respondidas	Valor recuperado por retorno dos bancos (R\$)	Valor compensado planilhas de cálculos (R\$)	Valor pendente de recuperação (R\$)
5200	28.155.647,77	2529	6.200.302,93	25365,17	21.929.97967

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

TABELA 86 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE REVERSÃO DE CRÉDITOS DE APOSENTADOS E DE PENSIONISTAS - PERÍODO DE JANEIRO DE 1997 A DEZEMBRO DE 2014

Número de Reversões encaminhadas	Valor das reversões encaminhadas (R\$)	Número de reversões respondidas	Valor recuperado por retorno dos bancos (R\$)	Valor compensado planilhas de cálculos (R\$)	Valor pendente de recuperação (R\$)
41136	175.216850,67	28755	49.713.621,10	1.002.262,84	124.500.966,73

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

Por oportuno, e em face de tudo que foi exposto registramos que a responsabilidade pela recuperação dos valores em questão não é de competência exclusiva da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas conforme se observa do teor do Parecer nº 16/2010-CGAJ/CONJUR/MT/AGU/jbt, emitido no processo de nº 50000.076702-2007-17.

O mencionado parecer foi emitido pela Consultoria Jurídica deste órgão, após aprofundada análise do assunto mediante as informações oferecidas por esta Coordenação conclui que somente as ações efetivadas pela falta de competência para a adoção de determinadas medidas que poderiam possibilitar a agilização da recuperação dos valores em questão mediante uma efetiva participação de órgãos, inclusive de outras esferas de poder da União, entendimento este que se coaduna com o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme se verifica do teor do Ofício-Circular 26 /SRH/MP datado de 28 de agosto de 2003.

Por fim informo que em conjunto com as subunidades que compõem esta Coordenação e ainda com representantes das unidades da COGEP com as quais a COPAP se relaciona para fins de execução das atividades relativas a este seguimento e com a Coordenação de Informática deste órgão, estão sendo realizados vários estudos com o objetivo de aperfeiçoamento do Sistema de Óbitos e Reversão de Créditos utilizados atualmente para que o mesmo possa atender plenamente as necessidades desta administração em relação à matéria.

- » Coordenação de Administração de Pessoal Ativo – COAD
- » Divisão de Treinamento e Capacitação – DITC.

No exercício de 2014 foi dado início aos trabalhos para implementação do modelo de Gestão por Competências, com a aplicação do Projeto de Mapeamento de Competências e Pesquisa de Clima Organizacional deste Ministério dos Transportes, após consumação do Termo de Cooperação Técnica de nº 05/2013/SE-MT, de 11 de dezembro de 2013, celebrado entre este Ministério e a Universidade Federal do Pará – UFPA, mediante descentralização de recursos, dividido em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 190.000,00, repassada a referida Universidade em dezembro de 2013 e a segunda neste exercício, no valor de R\$ 266.101,23.

O Termo de Cooperação referido tem como objeto a previsão de entrega dos seguintes produtos: Estudo diagnóstico sobre Mapeamento de Competências do Ministério dos Transportes; Relatório de Avaliação de Clima Organizacional do Ministério dos Transportes; e ainda a cessão do Sistema GESTCOM, de Gestão de Competências, pelo prazo de 24 meses, prorrogáveis por 60 meses.

Ainda no exercício de 2014 foram realizadas as atividades relativas ao mapeamento das competências institucionais através de grupos focais coordenados pela equipe da universidade e compostos por representantes de cada unidade do órgão, tanto na sede quanto nas unidades descentralizadas.

Também houve a realização de avaliação das competências individuais dos servidores do Órgão através de questionário elaborado pela UFPA, enviados por via emails para o corpo funcional.

Além disso, foi validado o instrumento de Pesquisa de Clima Organizacional pela equipe da Divisão de Treinamento e Capacitação, que será aplicado no início do exercício de 2015.

Os trabalhos relativos ao Mapeamento de Competências e Pesquisa de Clima Organizacional terão sequência neste exercício, conforme registrado acima, com previsão de conclusão para o mês de Junho de 2015.

TABELA 87 - PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – PQVT 2014

AÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Curso de Pintura	mar/14	23
PROEB	Fev./Março/2014	174
Palestra - Ergonomia no Ambiente de Trabalho	12 de março de 2014	25
Mapeamento de Competências	11 de abril de 2014	207
Oficina de Flores e Caixas Decorativas	15 de abril de 2014	21
Grupo de Prevenção do Stress	27 de maio de 2014	11
Grupo de Teatro Institucional	04 de junho de 2014	9
Palestra - Assédio Moral	04 de agosto de 2014	44
Palestra - Prevenção do Câncer de Mama e Próstata	05 de agosto de 2014	16
Oficina de Enfeites natalinos	23/outubro de 2014	5
Encontro de Integração Natalina	17/dezembro de 2015	129

Fonte: Coordenação de Administração de Pessoal Ativo - COAD

Das 15 ações previstas para 2014 no Programa Qualidade de Vida, 11 foram realizadas, representando 73,3% da meta estipulada para o exercício.

Das ações realizadas pela Divisão de Treinamento e Capacitação há também a realização por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno – SIADRI, do 5º Ciclo de Avaliação de Desempenho para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE. O período avaliado compreendeu o intervalo de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e as avaliações foram preenchidas entre 12 de novembro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, quando foram avaliados 676 servidores, da seguinte forma: 330 lotados na sede do MT, 90 nos 14 Núcleos de Recursos Humanos, 14 no Programa Passe Livre (edifício do DNIT), 138 em 17 unidades do Departamento da Marinha Mercante, 69 cedidos e 35 em exercício provisório, distribuídos no DNIT, ASFRA e RFFSA.

Foi realizado ainda, por esta Divisão, também por meio do Sistema SIADRI, o 2º Ciclo de Avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos – GDACE, no período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014 com avaliações preenchidas entre 27/11/2014 e 19/12/2014, que totalizaram 23 servidores avaliados, desses 18 lotados estão em exercício no MT e 5 se encontram cedidos a outros órgãos.

- » Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP

TABELA 88 – INDICADORES DE DESEMPENHO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO

INDICADOR DE DESEMPENHO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO	2011	2012	2013	2014									
(A) atendimentos telefônicos	54.585	32.532	36.210	33.104									
(B) Assuntos solucionados pela central telefônica	45.513	26.579	29.659	26.894									
(C) Assuntos direcionados aos técnicos de área (níveis 2, 3 e 4)	9.217	6.275	6551	5.190									
(D) Pendências que ficaram em aberto (o total mensal informa as pendências do mês somadas às que foram acumuladas ao longo do período e o total anual demonstra o somatório de todas as pendências, inclusive as já resolvidas).	589	1.736	1.689	1.157									
ESTATÍSTICA MENSAL (DETALHAMENTO MENSAL DO ANO DE 2014)													
ICD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
A	3.815	3.307	3.555	3.509	3.081	2.268	2.784	2.449	1.391	2.009	2.626	2.310	33.104
B	3.037	2.637	3.070	3.020	2.520	1.183	2.283	2.052	1.241	1.626	2.223	2.002	26.894
C	778	400	485	489	561	335	501	397	150	383	403	308	5.190
D	93	184	55	191	283	74	122	104	0	20	19	12	1.157

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

- » Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnica - COTEC

TABELA 89 – ESTATÍSTICA ANUAL DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PARA ASSUNTOS TÉCNICOS JUDICIAIS.

RELATORIO ANUAL DE 2014 DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA PARA ASSUNTOS TÉCNICOS JUDICIAIS-DITEC														
	JA N	FE V	MA R	AB R	M A I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOT AL	
Proc. encaminhados à CONJUR despachos elaborados pela DITEC	3	-	61	2	9	10	14	7	15	14	5	9	149	
Processos encaminhados para as Áreas da COGEP	318	378	359	407	456	299	583	369	447	439	410	446	4911	
Processos encaminhados a outros órgãos	1	-	-	1	2	-	-	1	-	2	-	-	7	
Processos virtuais instruídos via E-PROC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Processos encaminhados ao ARQUIVO GERAL	253	47	5	22	53	102	156	145	104	56	5	109	1057	
Memorandos de Cobrança de Processos Judiciais dirigidos às áreas da COGEP	32	33	21	75	55	40	42	39	18	42	19	24	440	

Memorandos Expedidos pela Chefe da DITEC (Diversos)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Documentos autuados pela DITEC (Recebidos por Fax e E-mail)	147	130	148	167	211	157	225	185	140	184	150	125	1969
Documentos Recebidos via Apoio/COGEP	228	329	304	332	400	245	474	315	408	314	309	426	4084
Total de Documentos Recebidos													6053
OFÍCIOS expedidos elaborados pela DITEC	4	-	18	12	4	2	3	5	4	10	3	4	69
OFÍCIOS expedidos elaborados pela DITEC	4	-	18	12	4	2	3	5	4	10	3	4	69
Ofícios expedidos para instrução de Mandado de Segurança		-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
E-MAILS enviados	40	59	30	40	39	43	55	25	33	44	40	32	480
TOTAL	1.031	976	965	1070	1.233	900	1.555	1.097	1.173	1.115	944	1.175	19.291

Fonte: Divisão de Administração para Assuntos Técnicos Judiciais

TABELA 90 – ESTATÍSTICA DA DIVISÃO DE NORMAS DE GESTÃO DE PESSOAS - DINOR

MESES	ENCAMINHAMENTO	NOTA TÉCNICA	NOTA INFORMATIVA	MEMORANDO
JANEIRO	71	1	0	0
FEVEREIRO	53	15	0	2
MARÇO	61	13	0	0
ABRIL	47	4	0	0
MAIO	118	12	0	1
JUNHO	67	17	0	0
JULHO	50	3	0	0
AGOSTO	85	17	0	0
SETEMBRO	447	6	0	1
OUTUBRO	118	6	0	2
NOVEMBRO	111	9	0	2
DEZEMBRO	111	9	0	2
TOTAL	1.339	112		

Fonte: Divisão de Normas de Gestão de Pessoas - DINOR

» Serviço de articulação de Informações - SEAINF

No exercício de 2014, este Serviço desempenhou majoritariamente a análise processual de natureza judicial e administrativa, a fim de subsidiar a defesa da União, elaborar respostas a requerimentos administrativos de ativos/aposentados/pensionistas, atendimento a pleitos parlamentar, além de atendimentos de informações requeridas pela Lei de Acesso à Informação. Quanto à análise de processos judiciais, esclareço que esta compreende apenas a fase de instrução dos respectivos litígios judiciais, de modo que este Serviço de Articulação visa responder de modo mais célere os processos com prazos exíguos.

Nesse sentido, houve uma melhora no método de mensuração dos processos em trâmite deste Setor, por meio de controle mais completo dos dados processuais, tais como período de análise, período para assinatura, prazo para atendimento e afins. Esse novo método de mensuração processual ocorreu a partir do presente exercício, de modo que os dados coletados remontam apenas o ano 2014, não permitindo, atualmente, um comparativo histórico. Fato que será possível no decorrer dos próximos exercícios. Segue quadro sintético de dados processuais que tramitaram neste Setor em 2014.

TABELA 91 – DADOS PROCESSUAIS QUE TRAMITARAM NO SEAINF

Tipo de processo	Quantidade	Prazo de tramitação no SEAINF (em dias)
Lei de Acesso à Informação	112	11,42
Litígios Judiciais	884	12,6

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

❖ Proposta de autorização de Concurso Público para provimento de Servidores

Em 2014, esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas elaborou a proposta de autorização de Concurso Público para provimentos de servidores nesta Pasta, tombado sob nº 50000.021377/2014-84 e encaminhada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG por meio do Aviso nº 48/2014, de 30 de Maio de 2014.

Nesse contexto, a Coordenação – Geral de Gestão de Pessoas procedeu à consolidação e elaboração da proposta deste certame público, desempenhando as atividades cabíveis para tal fim.

❖ Atividades De Fiscalização de Contratos Celebrados pela COGEP

Atualmente, esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas celebra 5 (cinco) contratos de terceirização de mão de obra, são estas serviços de apoio administrativo, apoio aos serviços de saúde na unidade médica, serviços de secretariado e serviço na Central de Atendimento aos Servidores, Aposentados e Pensionistas deste MT.

Os contratos totalizam 447 (quatrocentos e quarenta e sete) postos de trabalho e um montante anual de R\$ 27.599.187,96 (vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Assim, a gestão e fiscalização dos aludidos contratos se concentram neste Serviço que em 2014 compreendeu ainda a elaboração do Termo de Referência do novo contrato de Serviço de Apoio de Secretariado deste Ministério, atualmente o Contrato nº 01/2015.

» Serviço de Apoio Administrativo – SEAD

Os trabalhos executados pelo Serviço de Apoio Administrativo – SEAD no exercício de 2014 foram os seguintes:

- Foram recebidos 27.320 documentos cadastrados, dos quais 95% foram alterados, com o objetivo de facilitar a localização através de pesquisas de outras áreas.
- Foram cadastrados uma média de 11.276 documentos, destes 60% recebidos do protocolo geral sem registro (correspondências simples) e os outros 40% recebidos no balcão.
- Foram expedidos 8.666 ofícios, 351 memorando, 279 encaminhamentos, 04 notas técnicas,
- Foram publicados 107 editais, 2.315 portarias, 29 memorandos circulares, 3.424 despachos.
- Foram publicados 24 Boletins de Pessoal e 168 Boletins Especiais.
- Foram entregues aproximadamente 38.596 documentos e 9.481 processos, nos respectivos setores do COGEP e áreas diversas.
- Foram encaminhadas via correios (Protocolo-geral) 5.645 correspondências simples, 12.472 registradas e 194 malotes.

TABELA 92 - DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

DOCUMENTOS	QUANTITATIVO
Ofícios expedidos	8.666
Memorandos expedidos	351
Memorandos Circulares expedidos	29
Portarias expedidas	2.315
Despachos expedidos	3.424
Encaminhamentos	279
Notas Técnicas	04
Editais	107
Correspondências simples encaminhadas	5.645
Correspondências registradas encaminhadas	12.472
Documentos Recebidos do Protocolo-Geral	38.596
Documentos Recebidos de Áreas diversas /MT	2.844
Processos Recebidos do Protocolo-Geral	5.694
Processos Recebidos de Áreas diversas/MT	649
Documentos Cadastrados pelo Serviço de Apoio	11.276
Boletins Especiais publicados	168
Boletins de Pessoal	24
Processos recebidos/tramitados no Serviço de Apoio /CGRH	9.418

Fonte: Serviço de Apoio Administrativo 'SEAD

❖ Estatística do Serviço de Assistência Médico Social

TABELA 93 - ESTATÍSTICA ANUAL - SAMS ANO 2014 APOIO

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS							
PROCESSOS				EXPEDIENTES			
ENTRADA	SAÍDA			ENTRADA	SAÍDA	OUTROS	TOTAL
76	73			339	87	50	625
RECEPÇÃO (ENCAMINHAMENTOS)							
Médicos	Psicóloga	Enfermagem		ODONTO	OUTROS SETORES		TOTAL
2.060	959	4.654		1.220	0		8.893
ÁREA MÉDICA E PARAMÉDICA							
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES				MC	FIRMA	ESTAGIÁRIOS	TOTAIS
ATENDIMENTO MÉDICO	SERVID.	APOSENT.	DEPEND.				
	389	20	25	42	115	80	671
	598	16	20	25	289	135	1083
	183	0	8	8	98	9	306
PSICOLOGIA	469	0	138	0	346	6	959
ENFERMAGEM	2768	56	35	93	1425	277	4.654
ODONTOLOGIA	151	17	82	0	30	1	281
	256	11	93	0	99	4	463
	246	28	87	0	103	12	476
TOTAL DE ATENDIMENTOS	5.060	148	488	168	2.505	524	8.893
JUNTA MÉDICA - PERÍCIA							
PROCESSOS RECEBIDOS							
PENSÃO							23
APOSENTADORIA							0
REVISÃO DE APOSENTADOR.							9
INCLUSÃO DE DEPENDENTE							0
OUTROS							3
TOTAL							35
PROCESSOS EXPEDIDOS							
ENQUADRADOS							19

NÃO ENQUADRADOS	12
OUTROS	4
TOTAL	35
LICENÇAS HOMOLOGADAS	
LICENÇAS MÉDICAS - LOCAIS	736
LICENÇAS MÉDICAS - EXTERNAS	184
TOTAL	920
TOTAL DE ATENDIMENTOS	990
PERÍCIAS MÉDICAS (SIASS MJ)	18
CAMPANHA DE VACINAÇÃO	
SERVIDORES VACINADOS	269
TERCEIRIZADOS VACINADOS	231
TOTAL	500
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS DO SAMS	19.919

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD

» A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Em 2014, as ações de Tecnologia da Informação de acordo com as diretrizes constantes do seu planejamento interno, além de manterem a orientação estabelecida no exercício anterior, especificamente quanto à disponibilidade dos serviços afetos a essa área, ampliaram a satisfação dos usuários da TI.

Com o alinhamento do PDTI 2015/2017 ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MT será possível obter maior efetividade no desenvolvimento das ações na área de tecnologia da informação, de forma que a área de TI reveja e replaneje as ações de TI do Ministério dos Transportes a curto, médio e longo prazo, com uma visão alinhada à estratégia da Instituição.

Sendo assim, além de se ter instrumentos que balizam as ações da área de TI, é necessário frisar, mais uma vez, as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela área de Tecnologia da Informação para o exercício de 2014, que decorrem da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da não reposição do quadro, cuja reposição tem sido objeto de demandas formais junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Não pode deixar de ser mencionado que o desempenho da Coordenação- Geral de Tecnologia da Informação deste Ministério foi contemplada em avaliação positiva pelo Tribunal de Contas da União que entre 372 instituições ranqueadas pelo TCU, segundo o desempenho relativo ao índice de governança de Tecnologia de Informação (iGovTI) da Administração Pública Federal, o MT passou para 18º lugar, sendo que, no "Grupo Ministério", entre 28 órgãos, alcançou o 4º. A boa notícia reflete o aprimoramento da área em relação a 2012, quando o MT ocupou a 241ª entre 349 órgãos e 18º, de 25 ministérios.

Em termos técnicos, o MT passou do Nível de Capacidade Inicial (iGovTI 0,38) para o Nível Aprimorado (iGovTI 0,73), o que levou o Ministério a ocupar o quarto lugar entre os ministérios melhores avaliados, bem como o oitavo referente ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação SISP. Portanto, a análise dos dados levantados revelou melhoria da situação em relação ao ano de 2012, confirmando a tendência de evolução identificada nas pesquisas anteriores.

O Quadro Anexo, relativo a Indicadores de Desempenho de Gestão, evidencia o alcance das metas programadas para o exercício de 2014 pela CGTI.

TABELA 94 - INDICADORES DE DESEMPENHO DE GESTÃO DA CGTI

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO CGTI – 2014

Objetivos	Indicadores	Frequência de Medição	Unidade de Medida	Polaridade	Fonte	Formula de Cálculo	Status	Responsável pela Medição do Indicador	Responsável pela Meta	2014				
										1º T	2º T	3º T	4º T	
F03. Garantir a entrega de todas as demandas autorizadas ao usuário final	% de demandas autorizadas atendidas	Semestral	%	Quanto maior melhor	Relatório CGTI	Meta do ano/Frequência de Medição * % da meta do ano	Mensurado, mas ainda não consolidado	CGTI	COINF / COPSI / COGIN	Meta	-		-	90%
										Realizado	-		-	
F05. Identificar e implantar o plano de continuidade	% de implementação do plano de continuidade	Trimestral	%	Quanto maior melhor	Relatório CGTI	Meta do ano/Frequência de Medição * % da meta do ano	Atendido	CGTI	COINF	Meta				85%
										Realizado				100%
F08. Implementar a governança de TI	Índice IGovTI	Trimestral	Número	Quanto maior melhor	Relatório CGTI	Meta do ano/Frequência de Medição * % da meta do ano	Atendido	CGTI	COGIN	Meta				50%
										Realizado				73%
F09. Aprimorar e institucionalizar o processo de aquisição de bens e serviços de TI	% de implementação do processo de aquisição	Trimestral	%	Quanto maior melhor	Relatório CGTI	Meta do ano/Frequência de Medição * % da meta do ano	Atendido	CGTI	COGIN	Meta				90%
										Realizado				100%
F11. Aprimorar as políticas de segurança da TI segundo o GSI	% de implementação da política de segurança de TI (GSI)	Trimestral	%	Quanto maior melhor	Relatório CGTI	Meta do ano/Frequência de Medição * % da meta do ano	Atendido	CGTI	CGTI	Meta				90%
										Realizado				100%

Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

13. Considerações Finais - Resultados e Conclusões

O Ministério dos Transportes tem dado especial atenção ao aprimoramento da governança dentro de sua área de atuação, o que inclui o estabelecimento e a busca pela consecução de metas permanentes para o ajuste da matriz de transportes, com vistas à redução de custos logísticos e, em última instância, a melhoria da competitividade das *commodities* e demais bens de produção em âmbito nacional e internacional.

Os resultados obtidos em 2014, com expansão de investimentos, denotam a acertada condução das atuais políticas de transporte, que avançam a partir da conjunção de interesses públicos e privados e pavimentam caminhos para o desenvolvimento nacional com geração de emprego e renda.

Neste Relatório de Gestão do exercício de 2014 foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementações das políticas públicas do Governo para o setor transportes.

Destacam-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério dos Transportes, criado pela Portaria nº 352, de 29 de dezembro de 2011, DOU de 30/12/2011, do qual a Secretaria Executiva, por meio de sua Subsecretaria de Planejamento e Orçamento faz parte, onde o foco foi direcionado para melhoria dos gastos públicos.

Do planejamento efetuado no Fórum citado acima, foram estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento Geral da União. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 1.674,03 milhões e a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual estabelecida para o ano de 2014, no valor de R\$ 17,1 bilhões, foram pagos R\$ 14,0 bilhões, o que representa 82 % da meta fixada.

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, bem como nas disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2014.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, DOU de 20/02/2014, Seção I, e alterações posteriores.

A execução orçamentária para o exercício de 2014, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio) e Capital, considerando as disposições contidas no Decreto nº 8.197/2014, representou 78% do orçamento aprovado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, DOU de 21/01/2014, Seção I, e seus créditos adicionais.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, DOU de 20/02/2014, Seção I, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 51% do limite para movimentação de empenho, mais Restos a Pagar, sendo importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

O planejamento estratégico do Sistema Transportes surgiu como oportunidade de alavancar os programas e projetos deste Ministério, em consonância com as diretrizes do Governo Federal de modernizar a gestão pública e ampliar a eficiência e a agilidade das estruturas públicas. As metas são diminuir os custos logísticos, elevar a capacidade instalada e garantir a competitividade nos mercados internos e externos.

Planejamento. Dentre as principais ações de planejamento, desenvolvidas em 2014 no âmbito da Política de Transportes, destacam-se:

- Elaboração de estudos e pesquisas para desenvolvimento de metodologia para implantação de Centros de Integração Logística (CIL), com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da intermodalidade no transporte de cargas.
- Realização de estudos para a reimplantação de trens de passageiros em diferentes etapas de desenvolvimento: i) estudos concluídos em 2013 com audiências públicas realizadas em 2014; trecho Capão do Leão – Pelotas – Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul e trecho Conceição da Feira – Salvador – Alagoinhas, no Estado da Bahia; e ii) estudos concluídos em 2014: trecho Codó (MA) – Teresina (PI) – Altos (PI) e trecho Itapecuru Mirim (MA) – São Luiz (MA), todos com previsão de realização de audiências públicas para 2015;
- Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais de Transportes (IDE-T), principal iniciativa do Plano Estratégico de Geoinformações (PEGEO). O IDE-T tem como objetivo integrar tecnologias e políticas, por meio de mecanismos, procedimentos, padrões e acordos, capazes de otimizar a produção, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento e a disseminação para maior utilidade da geoinformação produzida pelo setor transportes.
- Elaboração de estudos e pesquisas de natureza tecnológica e econômica, como subsídio ao aprimoramento da política de outorgas das rodovias federais. Essa iniciativa reunirá o conhecimento histórico e atual das concessões rodoviárias para o aprimoramento da regulação das concessões rodoviárias federais.
- Ações relativas à elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI): i) análise das informações sobre o transporte de mercadorias utilizando notas fiscais eletrônicas para a elaboração das Matrizes de Origem e Destino de Cargas; ii) pesquisa com embarcadores para identificação do perfil das empresas na contratação ou solicitação de um serviço de transporte de cargas; iii) pesquisa de origem e destino em rodovias com o objetivo de coletar informações sobre as viagens, tais como: carga transportada (tipo, valor e peso), frequência e quilometragem percorrida; iv) elaboração de Matrizes de Origem e Destino de Cargas para configurar um retrato atual da movimentação de cargas no Brasil e permitir a realização de projeções do fluxo de carga futuro no território nacional; v) estruturação de um ambiente de simulações para redes de transporte visando à construção de um modelo logístico destinado a analisar a interação entre a demanda e a oferta de transporte com intuito de propor soluções de curto, médio e longo prazos; e vi) elaboração de um Portfólio Preliminar de Ações para apresentar indicativos de intervenções na infraestrutura de transporte com o objetivo de melhorar a qualidade e propiciar melhor integração dos modos de transporte.
- Produção de relatório com *benchmarking* das experiências internacionais e seleção de opções básicas para a regulação do novo Modelo Ferroviário Brasileiro; e relatório com a “definição dos objetivos” referentes aos estudos de identificação e proposição de padronização dos sistemas de comunicação e sinalização em linhas ferroviárias de cargas do Brasil.
- Desenvolvimento de uma metodologia de cálculo dos custos do transporte hidroviário, aplicável às diferentes situações de transporte fluvial no Brasil, que vai permitir comparar os custos totais do transporte hidroviário com os dos modais ferroviário e rodoviário.

Principais ações a serem desenvolvidas no exercício de 2015 com vistas a mitigar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos deste Ministério no exercício.

- Três etapas que concluirão o estudo referente aos Centros de Integração Logística (CIL): i) desenvolvimento da metodologia de localização dos CIL: proposição de um modelo matemático para a identificação de potenciais locais prioritários para a instalação dos CIL; ii) apresentação de resultados do projeto piloto: seleção de uma estrutura prioritária, estabelecendo um modelo básico de anteprojeto, concepções teóricas e funcionais e estimativas de orçamento, bem como indicadores de desempenho chaves para avaliações operacionais e econômicas de desempenho; e iii) entrega de relatório final do estudo: esta etapa está baseada na proposição de diretrizes estratégicas com vistas ao fomento das políticas de integração modal.
- Estudos e pesquisas para desenvolvimento e análise de modelos de exploração, operação e regulação de hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4), eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.
- Estudos para criação do Instituto Nacional de Pesquisa Ferroviária – INPF, um empreendimento ainda não contemplado em nenhum programa anterior, com missão de contribuir para o desenvolvimento e modernização do transporte ferroviário, propiciando formação e treinamento de pessoal, desenvolvimento de novas tecnologias, normatização e certificação de produtos e serviços, a fim de transferir tecnologia para a concepção, difusão e gestão de ações do setor ferroviário. Estão prosperando os estudos para criação do INPF, já tem sido realizada a modelagem e os entendimentos com diversos segmentos do setor como as concessionárias (ANTF e ANPTRLHOS), a indústria ferroviária (ABIFER e SIMEFRE), o meio acadêmico (UFRJ/COPPE, USP, IFES), dentre outros.
- Implementação de Grupos de Desenvolvimento Regional (GDR), etapa do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), que têm como objetivo viabilizar um gerenciamento mais eficaz das hidrovias em nível regional e servir de suporte para garantir a perenidade das condições de navegação das hidrovias.
- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologia para a implementação de documentos eletrônicos aplicados aos processos logísticos com vistas a incentivar o transporte de carga containerizada.
- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento de estratégia para a implantação do Programa Nacional de Parcerias em Trens Regionais.
- Ações relativas à elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI): o portfólio preliminar de ações será ajustado e submetido à apreciação de representantes da sociedade civil. O resultado desse trabalho levará ao desenvolvimento de projetos preliminares de engenharia (PPE) e projetos preliminares de serviços (PPS) para as intervenções logísticas selecionadas.
- Conclusão dos estudos para propostas de definição e desenvolvimento da regulação ferroviária; propostas de regras e estrutura de gestão da segurança para circulação de trens e propostas de padronização de plataforma tecnológica de sinalização e comunicações ferroviárias.

Transporte Rodoviário. Os investimentos em obras de adequação e construção de rodovias visam a ampliar a capacidade de tráfego, ordenar o trânsito de passagem nos perímetros urbanos e garantir condições permanentes de circulação de veículos, segurança e conforto aos usuários.

A estratégia atual é privilegiar os contratos de manutenção com duração de cinco anos, pois neste tipo de contrato, as ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento são planejadas para serem concluídas com maior qualidade e desempenho dos serviços prestados, de modo a se buscar o aumento da vida útil do pavimento, com conseqüente redução de custos finais de manutenção.

Em 2014, os Programas de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA), aliados às obras de restauração e serviços de conservação, contemplaram 46.443,5 km da malha rodoviária federal pavimentada, correspondendo a cerca de 89% da malha total, conforme a seguir:

- PROCREMA 1ª e 2ª Etapas: estão cobertos por este programa 30.325,8 km de rodovias pavimentadas, por meio de contratos de dois anos e de cinco anos de duração e que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual.
- Restauração de pista em contratos de duplicação: essa modalidade de restauração aplica-se a trechos de rodovias que se encontram em obras de duplicação. A pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final da obra. Em 2014, foram restaurados 2.073,7 km de rodovias.
- Restauração Tradicional: em execução 2.520,4 km de obras de restauração do pavimento de rodovias, que preveem intervenções mais substanciais na pista existente, como a correção geométrica em 202,7 km.
- Conservação Tradicional: cobertos 11.523,6 km de rodovias pavimentadas por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira.

Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) – O PNCV tem como objetivo o aumento da segurança viária nas rodovias federais, com benefício aos núcleos urbanos adjacentes, por meio da utilização de equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito. A partir de novas necessidades detectadas, a meta inicial do programa, que contemplava a instalação de 2.696 equipamentos eletrônicos, foi ampliada em 2014 para 3.341 equipamentos. Nesse ano entraram em operação 815 equipamentos, totalizando 2.755. Outros 586 encontram-se em fase de instalação.

Plano Nacional de Pesagem (PNP) – O controle do excesso de peso dos veículos de transporte de carga e de passageiros que trafegam nas rodovias federais teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV) até julho de 2014. O modelo de fiscalização do excesso de peso foi alterado para a constituição de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), cuja proposta é baseada na coleta de dados de veículos pesados. Em 2014, foram licitados os serviços de coleta de dados de veículos pesados em 35 PIAFs. Para 2015, está prevista a licitação de outros PIAFs, incluindo a reforma dos atuais PPVs que apresentarem viabilidade para operar de acordo com o novo modelo de fiscalização proposto.

Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-LEGAL) – O Programa BR-LEGAL tem como objetivo implantar e manter, por meio de contratos por desempenho de cinco anos, a sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito, em aproximadamente 59.000 km de rodovias federais. Em 2014, foram assinados 90 contratos, o que corresponde a aproximadamente 50.000 km. Outros 21 contratos têm previsão de serem assinados em 2015, totalizando 59.000 km. A modalidade de licitação adotada é o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), na forma da Contratação Integrada. Já foram aprovados 28.000 km de projetos básicos de sinalização e 16.100 km de projetos executivos. Quanto à execução, foi implantada, em 2014, sinalização horizontal em 4.358 km, sinalização vertical em 1.260 km e 1.418 km de rodovias com dispositivos de segurança.

Programa de Investimentos em Logística (PIL) – Concessões Rodoviárias. O Governo Federal administra atualmente 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas de concessão, totalizando 9.969,6 km. Há seis concessões referentes à Primeira Etapa (1.315,9 km), sete concessões referentes à Segunda Etapa – Fase I (2.624,4 km), uma concessão referente à Segunda Etapa – Fase II (680,6 km) e uma concessão referente à Terceira etapa – Fase II (475,9 km). Por

fim, as mais recentes concessões passaram a integrar o Programa de Investimentos em Logística (PIL). Uma corresponde à Terceira Etapa – Fase I (936,8 km) e cinco são referentes à Terceira Etapa – Fase III (3.936,0 km).

O PIL é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). O início da cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As seis concessões rodoviárias integrantes do PIL correspondem aos lotes das BR-040/DF/GO/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-163/MS e BR-163/MT, que tiveram os leilões realizados e contratos assinados. Em 2014, o Programa de Investimentos em Logística se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e o início de obras de duplicação em rodovias concedidas.

Foram publicados cinco editais de Chamamento Público para que empresas interessadas em elaborar estudos técnicos, levantamentos e investigações pudessem apresentar Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), de acordo com as disposições do Decreto 5.977, de 1º de dezembro de 2006. Os estudos que serão apresentados poderão, a critério do poder concedente, ser utilizados em modelagens de concessões de novos trechos rodoviários.

A atual concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km) que se encerrará em 31/05/2015 ensejou a publicação de Edital de Chamamento Público. O processo de renovação dessa concessão exigiu a realização de novos estudos concluídos em 2014. O estudo escolhido foi submetido a audiência pública. A previsão é de realização do leilão em 2015, após aprovação dos estudos pelo Tribunal de Contas da União.

Foram também publicados Editais de Chamamento Público em fevereiro de 2014 que visam à concessão de quatro novos trechos: BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis (MT) – Jataí (GO) – Goiânia (GO) (703,7 km); BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba (PA) (976,0 km); BR-364/GO/MG, Jataí (GO) – Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) (439,2 km) e BR-476/153/282/480, Lapa (PR) – Divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC) (493,3 km). As empresas autorizadas estão atualmente desenvolvendo os estudos, com previsão de entrega em 2015.

A partir da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que indicaram a necessidade de 578 obras em oito concessões da 2ª Etapa – Fases I e II, no ano de 2014, 317 obras (54,84%) foram concluídas e 139 (24,05%) em execução. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

Com vistas a assegurar a prestação adequada do serviço público foram introduzidos mecanismos de avaliação de desempenho do serviço cabendo destacar os mecanismos de revisão e reajuste das tarifas de pedágio e a previsão de modicidade tarifária quando da não realização dos investimentos.

Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) – O transporte rodoviário autorizado de cargas, objeto da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pela Resolução ANTT nº 3.056/2009, atividade econômica realizada por terceiros mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).

Estão regularmente inscritos no RNTRC, em 2014, 1.017.291 transportadores, sendo 848.519 autônomos, 168.367 empresas e 405 cooperativas, com uma frota total de 2.239.158 veículos registrados para operar no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) no território nacional.

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) – Formaliza o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, têm como foco principal os Transportadores Autônomos de Cargas (TAC), as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC) com até três veículos e as Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC) cadastradas no RNTRC. Em 2014, 21 empresas estão habilitadas como administradoras de meios de Pagamento Eletrônico de Frete. Em 2014, foram cadastradas 6.402.659 operações de transporte. Com relação ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cinco empresas estão habilitadas a fornecer os modelos que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.

Na área de atuação do Transporte Multimodal de Cargas, o exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) depende de prévia habilitação e registro. Em 2014, foram habilitados 63 OTMs, dentre os quais quatro foram amparados pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995), integrando um total de 491 habilitados.

Quanto à fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), em 2014 foram realizadas 15.976.943 fiscalizações. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC) foram realizadas 17.721 fiscalizações. Ressaltam-se ainda 3.945 fiscalizações referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP). A partir dessas ações de fiscalização no TRC foram lavrados 197.905 autos de infração, o que representa, em relação ao mesmo período de 2013, o percentual de acréscimo de 23,86%.

Além das fiscalizações rotineiras, destaca-se a Operação Safra com o objetivo de contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas ao Porto de Santos, com ênfase na fiscalização do transporte de soja. Foram utilizados cinco pontos de fiscalização em Frutal/MG, Itiquira/MT, Alto Araguaia/MT, Paranaíba/MS e Igarapava/SP, tendo sido realizadas 14.550 fiscalizações e lavrados 1.165 autos de infração em 2014. É importante destacar que a intensificação das fiscalizações contribuiu para o aumento do percentual de veículos agendados para descarga no Porto de Santos de 50%, no início da operação, para cerca de 95% ao final de 45 dias de fiscalização, com impacto na redução do frete.

O projeto de dinamização da Rede Nacional de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, denominado Propass, contempla a elaboração do plano de outorga de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Novas regras orientadas à qualidade e proteção dos usuários foram adotadas. Para maior agilidade nos processos de outorga, em 2014, foi publicada a Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014 permitindo que os serviços interestaduais e internacionais rodoviários passem a ser delegados por meio de autorização. A partir do novo marco legal, está em desenvolvimento instrumento regulatório onde serão definidas as regras para o processo de delegação desses serviços.

Em 2014, na região do Distrito Federal e dos Municípios do Entorno, foi realizada licitação para selecionar as empresas que prestarão os serviços de transporte rodoviário coletivo regular interestadual semiurbano de passageiros. A homologação do resultado final desta licitação está prevista para 2015. Ainda em 2014, outros serviços semiurbanos existentes no Brasil (Petrolina/PE – Juazeiro/BA e Teresina/PI – Timon/MA) tiveram seus estudos finalizados, com seus planos de outorga e minutas dos editais de licitação e contratos de permissão elaborados e submetidos à audiência pública para recebimento de contribuições.

Transporte Ferroviário. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

Destacam-se as principais obras de expansão da malha ferroviária e adequação de sua capacidade: Ferrovia Norte Sul - Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (855,0 km) – trecho concluído e em fase de operação assistida. Há previsão de conclusão de obras complementares e início de operação comercial em 2015. Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP (681,00 km) – o empreendimento já possui 77% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 24% de infraestrutura, 71% de superestrutura e 16% de obras de arte especiais, com previsão de conclusão em 2015. Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) - Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA (537,0 km) – o empreendimento já possui 61% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 20% de infraestrutura, 57% de superestrutura e 20% de obras de arte especiais, com previsão de conclusão em 2015. Trecho Caetité/BA – Barreiras/BA (485,0 km) – executados 9% de infraestrutura em 2014. Ferrovia Transnordestina: Trecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI (423,0 km) – executados 34% de infraestrutura, 28% de obras de arte especiais e 3% de superestrutura em 2014, com previsão de execução de 214,0 km em 2015. Trecho Pecém/CE – Missão Velha/CE (526,0 km) – obra retomada nos lotes 1 a 3, com previsão de conclusão de 251,0 km em 2015.

Adequação da Malha. O Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (PROSEFER) tem por objetivo expandir os investimentos em infraestrutura ferroviária e de eliminar os gargalos para o desenvolvimento do País. Esse programa proporciona uma visão geral da atual situação dos conflitos ferroviários, especialmente os urbanos, em aproximadamente 15 mil km de extensão da malha ferroviária, e tem como diretriz nortear os investimentos em contornos ferroviários e adequações.

Em 2014, foram aprovados os seguintes projetos executivos: transposição da via férrea nos Municípios de Cerqueira César/SP, Avaré/SP e Guararema/SP, contorno Ferroviário de Ourinhos/SP e interseção na linha férrea no perímetro urbano de São Carlos/SP, sendo que as transposições e o contorno têm previsão de licitação em 2015.

Destaca-se, em 2014, a conclusão do Contorno Ferroviário e Pátio de Tutóia, no Município de Araraquara/SP, a execução de 3,7% da construção de intervenções para eliminação dos conflitos rodoferroviários no Município de Juiz de Fora/MG e a retomada da construção do contorno Ferroviário no Município de Três Lagoas/MS, com execução física acumulada em 73,51% e previsão de conclusão em 2015.

Com relação à obra de adequação ferroviária e pátio Anísio Braz no Município de Barra Mansa/RJ, devido a processos de desapropriação e reintegração de posse, encontra-se paralisada desde 2013. O terminal intermodal de Campo Grande/MS, que teve execução física acumulada em 90% em 2013 não pode ser concluído em 2014 devido à paralisação imposta por processos de recuperação judicial da construtora.

Regulação. Como parte da agenda regulatória para o biênio 2013/14 foram publicados o Regulamento de Segurança na Circulação de Trens; a Padronização dos Sistemas de Sinalização de Comunicações Ferroviárias; e o Regulamento do Operador Ferroviário Independente (OFI), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Resolução ANTT nº 4.348/2014, que aprova o Regulamento do Operador Ferroviário Independente para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas significou grande avanço para o transporte ferroviário visto que integra o conjunto de medidas decorrentes do marco

regulatório para o novo modelo de ferrovias a ser adotado no Programa de Investimentos em Logística (PIL), conhecido como modelo horizontal ou “*open access*”, no qual atuam um gestor de infraestrutura do trecho ferroviário, responsável por serviços como o de manutenção da via, e os operadores ferroviários independentes que prestam o serviço de transporte aos clientes interessados. Com o novo regulamento, espera-se que haja um incentivo à concorrência no modo de transporte ferroviário, com consequente diminuição dos preços dos fretes.

Em atendimento à nova regra regulatória, que prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2015-2017, com previsão de investimentos privados na ordem de R\$ 15 bilhões.

Concessão. Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos por meio do modelo de concessão vertical praticado anteriormente à criação do novo modelo ferroviário horizontal ou “*open access*”, a saber: Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP (193,0 km) – executados 56,0 km de duplicação em 2014, com previsão de execução de 4,0 km em 2015. Estrada de Ferro Carajás. Duplicação da Linha Tronco (892,0 km) – duplicados 69,0 km em 2014, com previsão de conclusão da obra em 2015. Construção do Ramal Sudeste do Pará (100,0 km) – construídos 30,0 km em 2014, com previsão de execução de 40,0 km em 2015.

Em 2014, no âmbito das concessões ferroviárias componentes do PIL, foram executados estudos bem como publicados Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para a realização de estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto (MG); Belo Horizonte (MG) – Guanambi (BA); Estrela D’Oeste (SP) – Dourados (MS); Sapezal (MT) – Porto Velho (RO); e Sinop (MT) – Miritituba (PA). A previsão é de que esses estudos sejam concluídos no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se a inclusão, no escopo do PIL – Ferrovias, de projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional (TO) – Estrela D’Oeste (SP). Cabe ressaltar que o segmento Porto Nacional (TO) – Anápolis (GO) foi concluído e o segmento Estrela D’Oeste (SP) – Anápolis (GO) encontra-se ainda em fase de construção.

Em 2015, há previsão para conclusão dos estudos que subsidiarão os procedimentos licitatórios para os trechos das novas Concessões Ferroviárias: Trechos: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto/MG; Belo Horizonte/MG – Guanambi/BA; Estrela D’Oeste/SP – Dourados/MS; Sapezal/MT – Porto Velho/RO; e Sinop/MT – Itaituba/PA; todos com Editais de Chamamento Público para a realização de estudos, por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI). Trecho Lucas do Rio Verde/MT – Campinorte/GO, com projeto básico elaborado. Trecho Rio de Janeiro/RJ – Campos/RJ – Vitória/ES, com estudo de viabilidade detalhado.

Transporte de Cargas e Passageiros. No âmbito do projeto de implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) Rio de Janeiro – Campinas foram concluídos estudos preliminares para o licenciamento ambiental do empreendimento e realizados estudos urbanísticos das áreas das estações do TAV.

Concomitantemente, foram desenvolvidas atividades de nivelamento e aprimoramento da base de dados do projeto, que passou a incorporar restrições resultantes dos estudos geológico-geotécnicos regionais e restrições socioambientais anteriormente não disponíveis. Tal melhoria na base de dados ensejou a revisão e realização de ajustes do traçado referencial resultante dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) anteriormente elaborados.

Para 2015, está prevista a atualização do EVTEA e, em paralelo, a realização de estudos e ações preparatórias para a elaboração dos projetos de engenharia para implantação do sistema TAV Rio de Janeiro – Campinas.

Transporte Hidroviário. Com a aprovação da Lei nº 13.081/2015, de 2 de janeiro de 2015, a construção de barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis deverá ocorrer de forma concomitante com a construção, total ou parcial, de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis para permitir a navegação da hidrovia. O planejamento, licenciamento e implantação de eclusa ou de outro dispositivo de transposição de níveis, deverão ser promovidos, de forma a não prejudicar o cronograma, os custos e os processos para a implantação do aproveitamento de geração de energia elétrica.

Assim, a Lei garante a separação e independência dos aproveitamentos de cada recurso hídrico, respeitando as áreas de competência de cada órgão responsável pelos usos destes recursos. Sem prejuízo da separação e independência a operação das infraestruturas de geração de energia e de transporte hidroviário deverá ser integrada.

Manutenção e Adequação das Hidrovias. Para atender às diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), foram executadas, em 2014, ações de sinalização, balizamento, destocamento, dragagem, batimetria e elaboração de cartas náuticas, que visam à manutenção da navegabilidade em aproximadamente 6.000 km de hidrovias federais. Também foram realizados outros investimentos em 800 km de hidrovias estaduais, compreendendo a hidrovia do Tietê.

Foram concluídos em 2014 três Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) em corredores hidroviários estratégicos: Madeira – Mamoré – Guaporé. Paraná – Tietê e Parnaíba. Outros seis EVTEA estão em andamento: Amazonas; Tapajós – Teles Pires – Juruena; Brasil – Uruguai (MERCOSUL); Paraguai; São Francisco; e Tocantins – Araguaia.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a Hidrovia do Tietê, de um investimento inicialmente previsto em R\$ 923 milhões, foi repassado ao Governo do Estado de São Paulo o montante de R\$ 13,68 milhões em 2014, perfazendo o total, a partir de 2011, de R\$ 96,05 milhões. Esses investimentos foram destinados às obras de adequação de canais, adequação de pontes e melhorias em eclusas.

Ainda com recursos do PAC, há previsão de investimentos para ampliação, adequação e manutenção dos corredores do Madeira, Tapajós, São Francisco, Paraná, Paraguai e Brasil – Uruguai. Em 2014 foram investidos R\$ 18,24 milhões.

No tocante às ações de manutenção de eclusas, foi mantido o contrato das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, no Estado do Pará e firmado contrato de cinco anos para a manutenção das eclusas de Três Irmãos, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

Dando sequência aos melhoramentos necessários para a navegabilidade da hidrovia Tocantins (PA), durante períodos de menores vazões fluviais, a jusante da Eclusa de Tucuruí, foi publicado, em novembro de 2014, o Edital de Licitação para a contratação das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, em uma extensão de 43,0 km. Dado não ter havido interessados no certame, que previa contratação por meio do Regime Diferenciado de Contratações

(RDC), novo edital licitatório está previsto para 2015. Os melhoramentos, orçados em cerca de R\$ 452,3 milhões, darão segurança e confiabilidade ao transporte fluvial com integração logística entre os corredores Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste.

Para 2015, destaca-se a previsão de assinatura de contratos de manutenção para período de cinco anos que contemplarão serviços de dragagem, balizamento, levantamento hidrográfico e monitoramento ambiental, nas hidrovias do Madeira, São Francisco, Paraguai, Paraná, Tapajós, Tocantins e Brasil-Uruguaí (Lagoa-Mirim).

Anexos

O Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes – MT não utilizou anexo.